

O que o Governo quer

Novo pacote laboral até ao fim do ano

Piores pensões Centrais maiores descontos menos Segurança Social

Maastricht

Há outro caminho para uma Europa de paz e cooperação

Declaração
de Carlos
Carvalhas

Pág. 3



Álvaro Cunhal à chegada de Cuba

Firme determinação para vencer grandes dificuldades

Pág. 13

Reuniu o Conselho Nacional do PCP

Pág. 32

Eleições autárquicas

• Artigo de Luís Sá Pág. 18

Grandes lutas de massas na Europa

Pág. 15

COMÍCIO FESTA

PCP

6ª Feira - 5 NOV - 21.30 H.
PAV. DESPORTOS

CARLOS CARVALHAS
ÁLVARO CUNHAL

CDU é de confiança!

Os candidatos da CDU às Câmaras e Assembleias Municipais

Págs. 20 a 23



EDITORIAL

Maastricht e a ofensiva anti-social

Discretamente, mesmo meio envergonhadamente, o Tratado de Maastricht entrou em vigor no passado dia 1 de Novembro.

Esta aparente timidez não pode iludir a especial gravidade deste novo passo do processo de integração europeia e as suas consequências extremamente negativas para o nosso povo e o nosso país e outros povos e outros países europeus.

Como oportunamente salientou o PCP, através da declaração de Carlos Carvalhas, de sexta-feira passada: "O Tratado da União Europeia institucionalizou uma organização supranacional, com identidade jurídica própria e de orientação marcadamente federalista, impondo um conjunto sistematizado de transferências de soberania em áreas particularmente sensíveis para a independência nacional."

Nos últimos meses, ao mesmo tempo que se sucediam as atribulações que acompanharam a ratificação do Tratado em vários países, o debate em torno das suas directrizes e orientações (e alguma prática destas últimas) tornou muito aguda e generalizada a consciência das ameaças e implicações nefastas e diversificadas que representa para os Estados nele envolvidos, em que praticamente nenhum aspecto relevante fica incólume, nomeadamente, a soberania nacional, o desenvolvimento socioeconómico, o bem estar a as próprias liberdades políticas.

A reserva e a demarcação em relação ao Tratado de Maastricht da parte de forças políticas e personalidades conhecidas pelo seu entusiasmo pela "integração europeia" e que inicialmente o apoiaram é muito significativo, esclarecedor e comprovador dos justos receios que o Tratado suscita.

A aplicação antecipada, abusivamente, de critérios do Tratado, nomeadamente dos critérios de convergência nominal, é hoje amplamente considerada como um factor que agravou a crise económica e as suas desastrosas consequências sociais, nos países da comunidade europeia, dramaticamente simbolizados pelos 20 milhões de desempregados e mais de 50 milhões de pobres.

O editorial do "Le Monde Diplomatique", de Setembro, revelou a existência de um relatório da Comissão de Bruxelas, "evidentemente não tornado público", que demonstra que a UEM vai agravar ainda mais o desemprego.

Há uma estreita relação entre o Tratado de Maastricht e a presente ofensiva anti-social dos governos e do grande capital dos países comunitários, o que decorre tanto dos textos do Tratado no domínio social, como das consequências engendradas pelas suas orientações económicas, financeiras e monetárias.

O Conselho Europeu, da passada sexta-feira, que abordou a entrada em vigor da União Europeia, realizado num quadro de manifestações e greves que agitavam Bruxelas, confirmou o pendur anti-social da União de Maastricht. Salientou o enviado do "Expresso": "A dimensão social é mesmo o mais pequeno capítulo das conclusões da Cimeira: num documento de oito páginas, apenas seis linhas de promessas vagas."

Não chegam a ser sequer vagas as promessas contidas no chamado acordo de concertação social, que Cavaco Silva tem andado a apregoar e quer impor aos trabalhadores.

O conhecimento do texto revela que não se trata de qualquer "concertação social", mas de fraude e violência social, em que a hipocrisia começa no título.

Há uma estreita relação entre o Tratado de Maastricht e a presente ofensiva anti-social dos governos e do grande capital dos países comunitários, o que decorre tanto dos textos do Tratado no domínio social, como das consequências engendradas pelas suas orientações económicas, financeiras e monetárias.

Chama-se "Acordo da política do emprego" a um documento que fomenta o desemprego e que, quando muito, adopta algumas medidas para assegurar a gestão, deste, em geral com a diminuição dos direitos dos desempregados.

Chama-se escandalosamente "acordo de concertação" a um texto que é todo ele a tentativa de impor aos trabalhadores não apenas a redução dos salários reais, mas draconianos cortes nos seus direitos - a troco de um importante conjunto de benefícios... para o patronato.

O novo "pacote laboral" que o Governo quer impor pela via enviesada da falsa concertação compreende: a alteração da lei dos contratos a prazo; a imposição da polivalência de funções; a flexibilização do horário de trabalho; a liberalização e passagem de trabalhadores de tempo inteiro a tempo parcial; a liberalização das declarações de falência; a intensificação do saque à Segurança Social; a desvalorização da contratação colectiva.

É evidente que um pacto tão descaradamente contrário ao interesse dos trabalhadores só pode ser subscrito por quem nada tem a ver com eles.

O texto do chamado acordo de concertação social é um exemplo claro da forma agravada com que o Governo de Cavaco Silva conduz a ofensiva contra o mundo do trabalho, no nosso país.

Outro claro exemplo é o processo da TAP, com a recusa do diálogo, em que, depois da administração da empresa, se celebra o ministro Ferreira do Amaral e com o recurso à repressão - incluindo aos espancamentos e cargas de bastão - em que tem especiais responsabilidades o ministro Dias Loureiro.

O que melhor caracteriza, no entanto, a completa ausência de posicionamento democrático da parte do cavacismo em face da profunda crise social que avassala o nosso país, foram os chocantes comentários do próprio Primeiro-Ministro a propósito do espancamento dos manifestantes da TAP pela Polícia de Intervenção.

Cavaco Silva não hesitou em tentar reduzir a um mero caso de manutenção da ordem pública o grave episódio, que lembra os tempos do fascismo, de uma carga brutal da polícia de intervenção contra trabalhadores que protestavam, cheios de razão, contra os despedimentos iminentes e reclamavam diálogo com as autoridades. Não contente com isso, o homem que detém a chefia do Governo ainda acrescentou que o incidente pouco importava naquele dia (era sexta-feira e estava na reunião do Conselho Europeu, em Bruxelas), era preciso era "brindar a Maastricht com uma taça de champagne".

Até agora, pelo menos em público, o PSD e o PS ainda não brindaram a Maastricht. Talvez o façam mais recatadamente na Assembleia da República.

É muito suspeita tão grande discrição da parte dos dois partidos.

Ninguém pode esquecer a forma autoritária com que impuseram a ratificação do Tratado, as maravilhas com que ambos o pintaram, a fúria com que atacaram os que se lhe opuseram, como o PCP, a conspiração com que ambos impediram um verdadeiro e esclarecedor debate público, a forma escandalosa como obstruíram um referendo que permitisse que o povo português intervisse na decisão.

Um observador ingénuo poderia pensar que os "cruzados" de Maastricht generosamente não quiseram cantar vitória.

Olha quem! O que eles - PSD e PS - não querem, em véspera das eleições para as autarquias e depois da má fama que Maastricht justamente adquiriu, é lembrar muito que são seus defensores.

É mais uma boa razão para que o povo português não esqueça e vote em conformidade, dando a sua confiança à CDU.



Prossegue a bom ritmo a campanha da CDU para as eleições autárquicas. Este domingo, decorreu em Faro um plenário regional de candidatos CDU, em que participou Carlos Carvalhas

RESUMO

27 Quarta-feira

O diário portuense «Primeiro de Janeiro» anuncia que vai recorrer a um processo de despedimento colectivo que abrange cerca de duas dezenas de trabalhadores ■ Mário Soares termina uma visita de nove dias ao Japão ■ Azere do Perdigão é homenageado em sessão solene do Parlamento com todos os partidos e o presidente da Assembleia a subirem à tribuna para elogiar a figura do antigo presidente da Fundação Gulbenkian ■ A administração Clinton exorta o Governo de Luanda e a Unita a chegarem a um acordo em Lusaca ■ Uma greve geral de estudantes, em Espanha, protesta contra as novas matrículas e aumentos de propinas nas universidades.

28 Quinta-feira

O PCP anuncia que vai chamar à ratificação da Assembleia da República uma série de diplomas governativos na área da Segurança Social ■ O Governo recua no debate de Orçamento Suplementar para 93 e aceita manter os benefícios fiscais sobre as mais-valias reinvestidas ■ Os trabalhadores da TAP ocupam a pista durante hora e meia ■ O Supremo Tribunal de Justiça confirma a pena de dois anos e meio de prisão a que Mário Pedra, presidente da Câmara de Valença, eleito pelo PSD, fora condenado pelo tribunal de comarca ■ O presidente do Haiti no exílio, Jean-Bertrand Aristide, pede à comunidade internacional que imponha um bloqueio total contra o seu país para obrigar os militares a abandonarem o poder ■ O Presidente russo, Boris Ieltsin, ameaça cortar o abastecimento de víveres às regiões com dívidas ao Estado ■ As forças sérvias da Bósnia bombardeiam Sarajevo com intensidade ■ Cerca de 14 milhões de trabalhadores do sector público e privado cumprem uma greve em Itália, por quatro horas, em defesa do emprego ■ Uma vasto incêndio provoca na Califórnia mais de uma dezena de feridos, 450 casas destruídas e 32 mil hectares de terra queimada.

29 Sexta-feira

A polícia de choque agride trabalhadores da TAP que se manifestam na área de embarques do aeroporto da Portela ■ Intempérie na Madeira provoca seis mortos, três desaparecidos e uma centena de desalojados ■ O secretário-geral das Nações Unidas, Brutros-Galhi, recomenda ao Conselho de Segurança o adiamento, até 1 de Dezembro, da aplicação de um segundo pacote de sanções à Unita; onze responsáveis europeus da Congregação dos Missionários do Espírito Santo enviam uma carta aos chefes de Governo dos seus países, apelando ao fim da venda de armas à Unita ■ Reúne, em Bruxelas, o Conselho Europeu extraordinário para celebrar a entrada em vigor da União Europeia.

30 Sábado

Álvaro Cunhal regressa a Lisboa, após uma visita a Cuba, durante a qual manifestou solidariedade com aquele país ■ Um forte temporal volta a fustigar a Madeira com intensa precipitação e trovoadas ■ Forças arménias desencadeiam uma nova e vasta ofensiva no Sudoeste do Azerbaijão ■ Um tribunal militar egípcio condena à morte oito fundamentalistas islâmicos e decide a prisão de outros 42 ■ O presidente sul-africano, De Klerk, afirma que o Partido Nacional poderá ganhar as eleições para a Assembleia Constituinte, em Abril.

31 Domingo

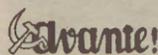
Carlos Carvalhas participa em Faro um plenário regional de candidatos CDU ■ O Presidente Mário Soares termina a sua visita a Macau ■ Doze milhões de peruanos aprovam num referendo o projecto de nova Constituição que impõe um forte regime presidencialista e liberal ■ Extremistas protestantes assassinam sete pessoas num pub da Irlanda do Norte ■ Falece o realizador de cinema Federico Fellini.

1 Segunda-feira

Entra em vigor o Tratado de Maastricht ■ Falece, em Lisboa, Salgado Zenha, depois de uma prolongada doença ■ O mau tempo que assolou a ilha da Madeira chega ao Continente, atingindo o sul do País e a região de Lisboa ■ Tanques e artilharia dos EUA deslocam-se do porto de Mogadíscio para uma base militar a alguns quilómetros da capital, onde decorrem conversações com vista à normalização da situação na Somália ■ Eduard Chevardnadze afirma que um compromisso com os rebeldes do ex-presidente Gamsakhurdia está fora de questão ■ Israel apresenta um plano de retirada das suas forças da Faixa de Gaza ocupada.

2 Terça-feira

A concertação social vai de novo «ao fundo»: as centrais sindicais rejeitam as propostas de penalização dos salários que as entidades patronais e o Governo, mais uma vez, pretendiam impor ■ Realiza-se o funeral de Salgado Zenha ■ O Conselho de Segurança da ONU alerta a UNITA para a imposição de mais sanções, caso não dê mostras de respeitar o cessar-fogo e os acordos de Bicesse até 15 de Dezembro, o novo prazo concedido à organização de Savimbi para mostrar «disponibilidade» para o diálogo ■ O presidente da Olivetti, Carlo de Benedetti, um dos empresários italianos mais conhecidos no estrangeiro, entrega-se à polícia na sequência de acusações de corrupção e no quadro da operação «Mãos Limpas».



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1099 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7ªA, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7ªA, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/8153511

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição.

Sede: Rua do Norte, 115, 1ª, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ªA 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e impresso na Heka Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 6.768\$00
ESPAÑHA	— 50 números: 8.326\$00
MACAU	— 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA)	— 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A entrada em vigor do Tratado de Maastricht

Há outro caminho para uma Europa de paz e cooperação

Declaração de Carlos Carvalhas

A propósito da entrada em vigor, em 1 de Novembro, do Tratado de Maastricht, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez uma declaração aos órgãos de comunicação social que hoje publicamos na íntegra.

grande capital e da especulação financeira, do poder distante dos povos, que reduz o papel dos pequenos países e subalterniza os trabalhadores e as políticas sociais.

1. A entrada em vigor, em 1 de Novembro, do Tratado da União Europeia aprovado em Maastricht constitui um acontecimento de sérias e graves consequências para o povo português e para Portugal, para os povos europeus e para a evolução e perspectivas da integração europeia.

2. Com efeito, estruturando, generalizando e ampliando traços negativos que desde início marcam o desenvolvimento e o rumo do processo de integração europeia, o Tratado de Maastricht representa uma significativa alteração qualitativa desse processo, com substanciais e perigosas implicações políticas, institucionais, económicas e sociais.

O Tratado da União Europeia institucionaliza uma organização supranacional, com identidade jurídica própria e de orientação marcadamente federalista, impondo um conjunto sistematizado de transferências de soberania em áreas particularmente sensíveis para a independência nacional. Insere-se num percurso de crescentes e profundas perdas de autonomia económica e política e de independência e soberania dos Estados-membros, designadamente dos menos desenvolvidos. Concentra em órgãos supranacionais o poder de decisão sobre políticas únicas e políticas comuns, num caminho e numa lógica indiscutivelmente tendentes à criação de um super-Estado que, a prazo, ficaria dotado de um impressionante conjunto de atributos típicos de soberania (hino, bandeira, cidadania, moeda, Banco Central, política externa, de segurança e de defesa).

3. De facto, quem pode hoje contestar seriamente que Maastricht significa afastar povos e países dos centros de decisão fundamentais através de novas e mais intensas alienações de soberania que os interesses dos povos não justificam?

Quem pode hoje contestar seriamente que o princípio da subsidiariedade não é a panaceia para impedir abusos e para garantir que as decisões sejam tomadas o mais próximo possível das populações, face ao facto de ser a burocracia comunitária e um directório das grandes potências que vão determinar a aplicação desse princípio?

Quem pode hoje contestar seriamente que o referido princípio, independentemente da sua origem histórica, é importado dos Estados federais, onde foi utilizado para, ao longo dos anos, levar mais e mais longe a centralização de poderes?

Quem pode hoje contestar seriamente que o Tratado é particularmente determinado na fixação de um calendário tendente à criação da União Económica e Monetária, com a perspectiva de um Banco Central Europeu e da moeda única, e relativamente ao Sistema Monetário Europeu, fixando um programa de convergência nominal que significa duros sacrifícios para os povos e designadamente para os países economicamente mais débeis, ao mesmo tempo que subalterniza as políticas sociais, dificultando e na prática fazendo regredir orientações de igualização no progresso nas condições de vida e de trabalho que são proclamadas como objectivo essencial da Comunidade?

Quem pode hoje contestar seriamente que, com o Tratado de União Europeia e os processos decisórios aí consagrados, os pequenos países serão os mais duramente sacrificados na sua soberania, como demonstra, por exemplo, a direcção do todo-poderoso Banco Central Europeu, que terá apenas oito membros e ditará as regras monetárias e comandará e fiscalizará as políticas económicas dos países da Comunidade?

Quem pode hoje contestar seriamente que já aumentam as pressões para mais sacrifícios dos pequenos países, tais como pôr termo à Presidência rotativa do Conselho da Comunidade, diminuir o número dos membros da Comissão, diminuir as línguas de trabalho?

Quem pode hoje contestar seriamente que o Tratado não resolve o problema do «défice democrático» da Comunidade e que, apesar de alguns avanços, o Parlamento Europeu continua relativamente minorizado e os povos afastados dos assuntos comunitários?

Quem pode hoje contestar seriamente que o afastamento do poder dos povos e dos países significa também um «novo défice democrático» ao nível dos próprios Estados, contribuindo para a desvalorização e deterioração do papel dos parlamentos nacionais e para uma crescente governamentalização dos assuntos comunitários como já acontece no nosso país?

A posição do PCP foi sempre clara e continua a sê-lo. Maastricht não é o tratado capaz de contribuir para o desenvolvimento democrático, participado e ao serviço dos trabalhadores, das instituições e das políticas comunitárias, mas sim o tratado da Europa dos interesses do

4. É inteiramente previsível que a Cimeira extraordinária que está a decorrer em Bruxelas, a par da invocação de alegados sinais promissores de uma próxima recuperação económica e do empolamento da criação do Instituto Monetário Europeu como forma de fazer esquecer a crise do SME, venha a utilizar também a entrada em vigor do Tratado de Maastricht para propagandear a ideia de que assim se fecha um período de sobressalto, incerteza e crise e de que assim a «construção europeia» recebe um novo e revigorado impulso, como aliás é desde já configurado no texto Kohl-Mitterrand.

Mas uma coisa são as operações de recorte psicológico e de engenharia das almas e outra - bem diferente - é a verdade e a realidade.

A verdade e a realidade da grave crise económica e social que está instalada na Comunidade Europeia, com um recorde absoluto de 20 milhões de desempregados, com outros tantos trabalhadores com estatuto precário e com mais de 50 milhões de pobres, com a desarticulação de vastos sectores produtivos de países membros, com a mais violenta, concertada e perigosa ofensiva contra os interesses, os direitos e conquistas dos trabalhadores de que há memória, pelo menos, desde o fim da segunda guerra mundial.

A verdade e a realidade das devastadoras consequências da sujeição das economias de muitos países membros aos critérios da convergência nominal consagrados no Tratado de Maastricht mas em aplicação muito antes da sua entrada em vigor.

A verdade e a realidade de uma Comunidade onde os especuladores financeiros podem atacar impunemente as economias nacionais e os Bancos centrais, onde os fluxos financeiros são 40 vezes superiores à circulação de mercadorias, onde um só especulador pode ganhar numa só noite mil milhões de dólares mas onde, num só dia, milhares e milhares de trabalhadores perdem o seu emprego.

A verdade e a realidade de um Tratado que não trará nem a estabilidade, nem a segurança, nem o desenvolvimento e o bem-estar, nem o respeito pelas identidades nacionais a que os povos europeus justamente aspiram.

5. À beira da entrada em vigor do Tratado de Maastricht, é inteiramente adequado destacar as graves responsabilidades que tanto o PSD como o PS não podem deixar de assumir por terem patrocinado, defendido e finalmente imposto o envolvimento de Portugal num projecto e num rumo claramente lesivos de interesses essenciais da nação portuguesa, numa nova e concludente demonstração da sintonia que, em questões decisivas para o presente e o futuro da sociedade portuguesa, existe entre esses dois partidos.

Não pode, nesta ocasião, ser esquecido que tanto o PSD como o PS, numa inacreditável legitimação antecipada do que outros países poderiam no futuro fazer a Portugal, comentaram com inadmissível arrogância a vitória do «não» no primeiro referendo dinamarquês; que ambos defenderam Maastricht na base de uma alegada inevitabilidade que, reprovavelmente, anuncia em si mesma futuras e permanentes atitudes de abdicação; que ambos subscreveram a indigna desonestidade política que consistiu em apresentar os adversários de Maastricht como adversários da Europa e em apresentar os fundos comunitários como algo que Portugal perderia caso não ratificasse Maastricht; que ambos se opuseram a que o povo português fosse ouvido e pudesse, em referendo, manifestar a sua vontade e que, por isso, ambos inviabilizaram a proposta de alteração constitucional apresentada pelo PCP para permitir exclusivamente a realização de um tal referendo.

Tendo presente que tanto o PSD como o PS são especialistas em se distanciarem das consequências depois de serem responsáveis ou cúmplices com as suas causas, deverá então ficar claro, para hoje e para amanhã, que quer o PSD quer o PS ficam eticamente impedidos de virem a apresentar os constrangimentos de Maastricht como sendo condicionantes externas pela simples razão de que voluntariamente os desejaram, assumiram e ratificaram.

6. O PCP, ao mesmo tempo que reitera a sua oposição ao Tratado de Maastricht, reafirma: há outro caminho para construir uma Europa de paz e cooperação, sem sacrificar os povos e em particular os trabalhadores.

Nada nos separa e distancia antes tudo nos une e aproxima dos milhões e milhões de europeus que acreditam simultaneamente na modernidade e vitalidade do conceito de nação e na necessidade de uma crescente cooperação entre povos e países, que aspiram a colher benefícios para a sua vida de uma estreita e multiforme cooperação



entre nações iguais e soberanas, a viver em paz e em democracia, a circular livremente, a aproximar-se de outros povos e de outras culturas, a participar activamente na construção do seu destino, a ver colocadas as grandes conquistas e avanços do pensamento e da criação humanos ao serviço da dignidade e do bem-estar dos homens e mulheres da Europa e do mundo.

Ao mesmo tempo que responsabiliza o PS e o PSD pelas consequências negativas da aplicação do Tratado, o PCP reclama: é necessário tomar medidas para limitar e conter as consequências da aplicação do Tratado e mobilizar consciências e vontades para impedir que tenha êxito a preparação de mais medidas lesivas dos interesses e da posição dos pequenos países da Comunidade.

Assim, é necessário garantir a rejeição firme de um projecto que concebe a economia portuguesa como uma economia subcontractada, dependente e periférica, desmantelando o aparelho produtivo, liquidando as nossas pescas e a nossa agricultura e fazendo tábua rasa da sua especificidade.

É necessário assegurar um aproveitamento pleno dos fundos comunitários, fortalecendo a capacidade produtiva, em vez de delapidar recursos e favorecer a substituição da produção nacional pela produção estrangeira com a ruína das nossas unidades produtivas, reforçando a fiscalização e combatendo com firmeza o compadrio e a corrupção.

É necessário assegurar medidas de intervenção da Assembleia da República no debate de questões comunitárias, em particular dos principais regulamentos e directivas antes da sua aprovação pelo Conselho.

É necessário recusar com firmeza a política que procura baixar salários e reduzir garantias e direitos sociais a pretexto da criação de empregos aquisição ou do aumento de competitividade externa (tal como é orientação do Governo e tudo indica virá a ser orientação do «Livro Branco sobre Crescimento-Competitividade-Emprego que está em preparação para o Conselho de Dezembro).

É necessário rejeitar terminantemente, para agora e para o futuro, qualquer orientação tendente a uma maior subalternidade dos pequenos países da Comunidade.

É necessário que, diferentemente dos que primeiro fizeram campanha activa pela ratificação e entrada em vigor de Maastricht e depois vieram prometer lutar por rectificações acessórias, prossiga a mobilização de esforços e de vontades com vista ao abandono e superação das concepções básicas que inspiram o Tratado de Maastricht.

É necessário chamar para primeiro plano os interesses dos trabalhadores e dos povos, dar conteúdo efectivo ao proclamado princípio da coesão económica e social e da igualdade no progresso das condições de vida e de trabalho e fazer com que, decididamente, o relançamento económico e o humanismo prevaleçam sobre a cegueira dos critérios de convergência nominal. Só assim se combaterá a crise em vez de aprofundá-la.

7. Ao assinalar este acontecimento e ao chamar a atenção dos portugueses para o grave significado, negativas consequências e sérios perigos que encerra, o Partido Comunista Português, longe de vir a dar por encerrada uma luta, vem serena e confiantemente sublinhar a reforçada necessidade do seu prosseguimento.

Longe de apresentar a rendição perante um projecto profundamente lesivo dos interesses, da soberania e da independência nacionais, o PCP vem reafirmar o seu inabalável empenho no trabalho e na luta por um Portugal de progresso e de justiça numa Europa de paz e cooperação.

Longe de vir registar uma vitória provisória do grande capital e dos governos e forças políticas que servem os seus interesses, o PCP vem valorizar as marcas profundas que o larguíssimo movimento popular e democrático de oposição a Maastricht deixa na cena política da Comunidade e o peso e a influência que a vontade dos povos continuará a ter no curso e na evolução dos acontecimentos.

Sempre com os trabalhadores, sempre com Portugal, o PCP prosseguirá a luta, dentro e fora da Assembleia da República, dentro e fora do Parlamento Europeu, por Portugal e pelos interesses dos trabalhadores e das portuguesas e dos portugueses.

Por terras do Douro



Candidatos de vários concelhos da Região Demarcada do Douro reuniram-se na Régua, na tarde de sábado, 30 de Outubro, com o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. São 20 concelhos, que se distribuem por quatro distritos - Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda -, concelhos que têm uma coisa muito em comum: o Douro, o vinho generoso, também conhecido por vinho do Porto.

Tratava-se de discutir os graves problemas que afectam a região. Para os candidatos da CDU, que agora partem para uma campanha eleitoral, tratava-se de encontrar um instrumento claro, um documento consagrando as análises comuns, as propostas a expor ao eleitorado, um compromisso eleitoral com o Douro e os durienses.

Carlos Carvalhas, que foi ao Douro participar nos trabalhos do encontro, visitou, pela manhã, a Casa do Douro, onde a comitiva da CDU foi recebida pelos presidente e vice-presidente da instituição, respectivamente os engenheiros Mesquita Montes e José Ribeiro. Ocasão para, por um lado, a Direcção da Casa do Douro expor as suas preocupações quanto à crise que se vive e as propostas de solução para as mesmas e, por outro lado, aquilo que o PCP tem feito, nomeadamente na Assembleia da República, em defesa do Douro.

Trata-se de um diálogo que vem de trás e que ambos apostam em prosseguir, diálogo assente numa preocupação comum, e que tem como traços essenciais a franqueza e o respeito mútuo.

Após um almoço de confraternização, que também se realizou na cidade da Régua, iniciou-se, às 15 horas, o Encontro dos candidatos do Douro, uma reunião serena e responsável, que contou com cerca de meia centena de candidatos da CDU.

Lino de Carvalho, deputado do PCP, referiu-se às grandes questões que se colocam aos viticultores, e também às regulamentações da Comunidade Europeia, aos compromissos do Governo, à ausência de uma política de defesa dos interesses regionais e nacionais, e à acção do grupo parlamentar do PCP.

De Alijó a Lamego, de Freixo de Espada à Cinta à Régua, de Meda a Vila Real, vieram os candidatos que deram a sua contribuição para o debate, fizeram intervenções de quem tem os pés assentes na terra, de quem conhece a realidade e de quem tem ideias e propostas. Nenhuma outra força política será capaz de promover com responsabilidade um encontro deste tipo.

Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, recordou 1975, quando uma aliança, em que se misturaram PS, PSD e CDS, gritava aos sete ventos que os comunistas queriam assaltar a Casa do Douro, e com essa falsidade vestiam a pele de defensores do Douro. Hoje, caída a máscara, são muitos desses mesmos anticomunistas que já não precisam de se apresentar como salvadores, quem defende a destruição da Casa do Douro.

Dezassete anos separaram estes dois períodos. Diferentes técnicas, um mesmo objectivo nos desígnios das forças de direita - a par da defesa dos interesses dos exportadores e das multinacionais, esmagando os direitos ancestrais da região, sacrificando os durienses.

Agostinho Lopes falou vivamente de toda a problemática do vinho e do Douro, denunciou a hipocrisia do Governo que, por um lado, tudo quer privatizar, entregando inclusivamente laboratórios, organismos e institutos do Estado a entidades particulares ligadas à CAP e aos grandes comerciantes e industriais e, por outro lado, acusa a Casa do

Carlos Carvalhas

Urge combater a "nova filoxera" que atacou a viticultura

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, sobre a agricultura e a crise no Douro, durante o encontro da CDU em Peso da Régua, no passado sábado.

(...)

A crise do Douro tem responsáveis

O primeiro-ministro pode fazer de conta que não tem responsabilidades sobre as negociações e as condições da integração de Portugal na CEE, pode fingir que nada tem a ver com a venda por 30 dinheiros dos períodos de transição da nossa agricultura e com a não utilização do princípio da especificidade da agricultura portuguesa, pode fazer tudo isso e muito mais, que não diminui um milímetro que seja nas suas pesadas responsabilidades.

Há poucos dias o primeiro-ministro visitou esta região.

Era de supor que Cavaco Silva, primeiro responsável pelo Governo, viesse anunciar medidas para os grandes e graves problemas que afligem os durienses e, em particular, os viticultores. Mas não, Cavaco Silva veio tecer loas e dar cobertura política ao seu ministro Arlindo Cunha, que os agricultores já denominam de coveiro da agricultura portuguesa.

Era de supor que Cavaco Silva viesse dizer aos agricultores durienses que estava a seu lado nesta hora difícil em que, à crise de anos passados, se juntou uma vindima de água, levando para o rio o trabalho, as canseiras e até o dinheiro que não tinham... de um ano. Viesse dizer, estou do vosso lado, vou avançar com medidas concretas e fundos necessários para vos acudir, para evitar a ruína e falência das vossas cooperativas. Dinheiros públicos para vos ajudar a vós e não para engordar a banca. Mas não, Cavaco Silva veio propor uma inadmissível chantagem (para um detentor de um cargo num órgão de soberania): ou vocês aceitam o modelo interprofissional do Instituto do Vinho do Porto (IVP) e dos exportadores (isto é, o fim da Casa do Douro!), ou não há ajuda financeira do Estado! (Depois da chantagem aos trabalhadores no Conselho de Concertação Social, a chantagem aos viticultores do Douro?)

Era de supor que Cavaco Silva, primeiro-ministro de um governo português, viesse dizer à Região Demarcada mais antiga do mundo, ao Douro, que estava contra a reforma dos mercados dos vinhos apontada por Bruxelas, e que o seu Governo, se tal fosse necessário, invocaria «o interesse vital do País» para se opor a esse projecto comunitário.

Mas não, Cavaco Silva entrou mudo e saiu calado sobre este importante dossier agrícola.

E também nada disse sobre as razões que explicam que no Acordo CEE/Austrália, relativo ao comércio do vinho, a proi-

bição do uso pelos comerciantes australianos da denominação «Porto» ficou para as calendas gregas (contrariamente à denominação «Vinho Verde», cujo período transitório termina em Dezembro do presente ano, à denominação «Madeira» e outras como «Chianti» e «Malaga», etc., cujo período transitório termina em 97!), as explicações porque denominações como «Vinho Fino» e «Moscatel de Favaio» não figuram no texto do Acordo. Calado está o sr. primeiro-ministro de Portugal sobre a situação com a defesa das denominações de origem da Região Demarcada do Douro (e de outras regiões portuguesas) nas negociações do GATT, onde a CE se prepara para trocar os interesses dos agricultores europeus pelos interesses das grandes multinacionais da finança, da indústria, da agro-indústria. (...)

O silêncio sobre a reforma do mercado dos vinhos

Era de supor que Cavaco Silva viesse anunciar medidas para os trabalhadores agrícolas e de outras actividades, que sofrem da crise instalada na região vinhateira do Douro, que informasse o que se passa com a reforma dos mercados dos vinhos em que a CEE, na continuação da Reforma da PAC, pretende alterar profundamente as regras de produção e comercialização. Quem sabe o quê sobre uma reforma que interessa a 250 mil viticultores portugueses e que pode ser uma questão de vida ou de morte para o Douro? Quem sabe o que propõe a Comissão da Comunidade? Quem sabe o que o Governo português defende? Onde estão as reuniões de esclarecimento e audição promovidas pelos organismos oficiais? E, no entanto, são bem graves as soluções ensejadas pela

Comissão para responder ao problema dos excedentes de vinho na Europa. Em breves palavras.

A CE quer que Portugal agente, «coma por tabela», pelos excedentes de (mau) vinho que não produziu. Que são produzidos pelos nossos parceiros comunitários.

A CE quer permitir que se continue a «martelar» vinho nas regiões vitícolas do Norte da Europa, obtendo-se e acrescentando-se grau alcoólico à custa da fermentação do açúcar de beterraba sacarina (sacarose). **Vinho fabricado com mostos que possuem naturalmente 4, 5 e 6 graus de graduação alcoólica.**

A Comunidade quer, ao mesmo tempo, acabar com ajudas à fabricação e uso de mostos concentrados na correcção alcoólica de vinhos. Contra-senso? Absurdo? Não, o que pesa forte em Bruxelas é o lobby dos grandes produtores de beterraba sacarina que todos os anos vêem assim escoadas 250 mil toneladas de açúcar! O que corresponde a uma produção artificial de vinho equivalente a duas vindimas portuguesas.

A CE quer fazer uma reforma dos mercados de vinho sem pôr um travão às elevadas produtividades vinícolas das regiões do Norte da Europa, contrariando toda a filosofia - qualidade, extensificação, ambiente - com que argumentou a anterior Reforma da PAC nos cereais, leite e carne.

Nós não estamos de acordo (e pensamos que nenhum agricultor, nenhum português pode estar) e tudo faremos, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e em outras instituições onde o PCP intervém, para tentar inverter mais esta medida que Bruxelas está a tecer! Será, no entanto, a luta decidida dos viticultores portugueses, dos viticultores dos países do Sul da Europa, das suas organizações, a ter uma palavra decisiva para impedir que uma «nova filoxera» se abata sobre a viticultura portuguesa!



PODER LOCAL

Carlos Carvalhas De Santarém a Alcanena

Douro de ter "competências de Estado", e aposta no seu esvaziamento...

O dirigente comunista denunciou a actuação dúplice do Governo, sempre preocupado em defender os interesses dos capitalistas, promovendo por um lado o Moscatel de Setúbal, defendendo a marca e a região vinícola por ser propriedade de um grande empresário (José Maria da Fonseca) associado a interesses de empresas americanas e, por outro lado, desprezando e não protegendo o Moscatel de Favaio, que é produzido por centenas de pequenos agricultores do Douro. Governo que, nas negociações da CEE, se põe de cócoras, sacrificando os interesses nacionais em troca de migalhas, subsídios, promessas e ilusões - só assim se entenderá que a Austrália possa continuar a produzir "vinho do Porto", sem sequer estabelecer uma data limite para acabar com essa falsificação.

Neste encontro, muito foi dito e muito haveria a dizer. Nomeadamente sobre um compromisso eleitoral aprovado, que espelha a situação e se assume não apenas como uma proclamação, mas sobretudo como um compromisso de verdade que se não esgota neste Encontro nem na campanha eleitoral, mas que será, pelo contrário, um instrumento de intervenção dos eleitos CDU nas autarquias, a partir de Dezembro.

O Secretário-geral do PCP encerrou o Encontro referindo-se aos problemas que estiveram em discussão, contando aos presentes como decorre a campanha noutras regiões do país, recordando as lutas dos trabalhadores, expressando a solidariedade dos comunistas aos trabalhadores da TAP e repudiando a política de repressão que tenta calar a voz, o protesto e a indignação dos trabalhadores.

Em deslocação pré-eleitoral ao Distrito de Santarém, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, esteve na passada quinta-feira em Santarém e Alcanena. Na capital ribatejana visitou o centro histórico perante a curiosidade e simpatia dos escalabitanos; em Alcanena deslocou-se a uma fábrica de curtumes (a MARSIPEL, uma das maiores entre as várias dezenas que laboram neste concelho), inaugurou a sede concelhia da CDU e participou, em Minde, num jantar de apresentação aos órgãos autárquicos do Concelho de Alcanena. O entusiasmo da larga centena de participantes nesta última iniciativa foi um excelente corolário de uma jornada onde o optimismo foi a nota dominante.

Cumprindo rigorosamente o horário previsto, Carlos Carvalhas chegou às 11 horas ao Largo do Seminário, em Santarém, o ponto de partida para um breve passeio pelo centro histórico. Aguardavam-no dirigentes do PCP, nomeadamente António Orcinha, responsável da DORSA, e Eugénio

Pisco, membro do Comité Central, e ainda o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Santarém, dr. Madeira Lopes, no meio de um grupo de candidatos e apoiantes da CDU.

Foi, aliás, uma candidata da CDU à Câmara Municipal, a dra. Rosalina Blazer, formada em História, que

guiou a visita com competência e entusiasmo, conseguindo mostrar, em três horas, os vestígios vivos (embora, muitas vezes, arruinados) de acontecimentos e realidades ocorridos em Santarém desde a Idade Média ao século XIX. Quer isto dizer que não se tratou de uma viagem turística ornamentada de datas e fachadas, mas de um qualificado olhar sobre uma velha urbe onde se visitou não tanto a referência, mas sobretudo o contexto histórico, aqui no quadro da Reconquista com o bairro mourisco, ali perscrutando o bulício da empresa dos Descobrimentos que fazia subir a corte de D. João II Tejo acima, mais ao lado a marca impressiva dos jesuítas, ora um pedaço de muralha fernandina, ora um vale surpreendente, em plena cidade, a separar a Idade Média do urbanismo moderno.

A visita terminou num almoço, onde usaram da palavra Madeira Lopes e Carlos Carvalhas. O candidato da CDU à presidência da Câmara de Santarém referiu a iniciativa da manhã afirmando que "não podemos atribuir os atentados ao património histórico de Santarém apenas às invasões francesas e aos saques miguelistas", denunciando o executivo camarário do PS como grande responsável por muitos desmandos urbanísticos praticados na cidade, bem como pelo desprezo pelas questões do património, apontando ainda, como um dos objectivos da CDU, a necessidade de uma maior ligação e atenção às freguesias rurais.

Carlos Carvalhas, após recordar que as pessoas "são o grande património" de qualquer sociedade, sublinhou o bom clima que se respira nesta pré-campanha da CDU e deixou uma nota clara: estas eleições surgem num momento de crise, sendo, portanto, um momento para escolher homens e mulheres que estão decididos a servir as populações e a bater o pé a esta política de ruína nacional.

Dos curtumes à CDU

A visita de Carlos Carvalhas ao Concelho de Alcanena, uma autarquia do Distrito de Santarém onde a CDU pretende recuperar vereadores e alargar a sua influência nas freguesias, começou por uma deslocação à fábrica de curtumes MARSIPEL, com cerca de 200 trabalhadores, sendo uma das mais importantes entre as muitas dezenas que laboram neste Concelho.

Um dos sócios-gerentes da fábrica fez questão de acompanhar o Secretário-Geral do PCP, mostrando-lhe, com minúcia, todas as fases de laboração estendidas por dois complexos. O relativo desafogo de mercado em que

se encontra este sector, bem como os cuidados postos neste unidade fabril no tratamento das águas residuais, foram pontos que o sócio-gerente da MARSIPEL realçou no seu roteiro, enquanto Carlos Carvalhas, sempre atento às explicações, iam cumprimentando os operários em actividade e recolhendo, também, breves impressões destes.

Terminada a visita à MARSIPEL, seguiu-se, às 18 horas, a inauguração da sede concelhia da CDU em Alcanena. Trata-se de um espaço localizado numa urbanização nova no centro da vila e construído na base do alargamento de um antigo Centro de Trabalho do PCP, por sinal alvo de tentativas de assalto no chamado "verão quente" de 1975. Um "porto de honra" muito participado selou o evento, num ambiente de grande confiança que se transferiria, ampliadamente, para o jantar-convívio em Minde, uma das Freguesias rurais do Concelho de Alcanena.

Água mole em pedra dura

"Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura!" Foi com este adágio que Carlos Carvalhas, no jantar em Minde que reuniu uma entusiasmada multidão de mais de 100 pessoas, apelou, vibrante, à mobilização de todos para se concretizar o esperado reforço da CDU no Concelho de Alcanena. Estava-se no final de um jantar que, servindo para a apresentação formal das candidaturas da CDU ao Concelho, foi, sobretudo, uma evidente manifestação de entusiasmo. A presença de diversos militantes socialistas que, nestas eleições autárquicas, apoiam a CDU, foi particularmente saudada pelos presentes e o próprio Carlos Carvalhas aludiu ao facto, quando afirmou que "estas eleições dizem respeito a todos e a cada um de nós", realçando a necessidade de "conquistar mais inteligências, corações e sensibilidades" para um trabalho que, com a CDU, tem a garantia da honestidade e da competência.

A assinalável percentagem de juventude e, sobretudo, de mulheres nas listas da CDU (neste último caso, sem paralelo em qualquer outra força política), foi outro facto realçado pelo Secretário-Geral do PCP, que frisou: "Não estamos aqui para nos servirmos dos cargos, mas para servir as populações!"

Antes de Carlos Carvalhas, usaram da palavra Valdemar Henriques, cabeça de lista da CDU à presidência da Câmara de Alcanena (e que já foi vereador da autarquia, pelo PCP), e Calado, candidato à presidência da Junta de Freguesia de Minde.

Defender o Douro e os Durienses

«Defender o Douro e os Durienses» é o título do compromisso eleitoral assumido pelos candidatos CDU da Região do Douro, num encontro realizado no passado sábado em Peso da Régua e que contou com a presença de Carlos Carvalhas. Diz o documento:

Na sua intervenção como eleitos nos Órgãos Municipais e/ou de Freguesia, no quadro das atribuições e competências autárquicas, defenderão intransigentemente:

1. A Região Demarcada do Douro, com as suas particularidades e instituições próprias, berço do Vinho Generoso do Douro, Vinho do Porto.
2. Os seus obreiros, os produtores de vinho generoso e/ou vinho de pasto e os trabalhadores agrícolas, pugnando por preços justos, tendo como referência os custos de produção regionais, e uma distribuição equilibrada do benefício, ou corrigindo injustiças existentes.
3. Uma Casa do Douro, esteio sólido e necessário dos agricultores durienses face às ambições dos exportadores de Gaia, com as suas actuais competências e atribuições, com uma melhor gestão e uma mais activa e pronta intervenção em defesa dos interesses e anseios dos vitivinicultores.
4. O apoio do Estado e das autarquias ao associativismo livre dos vitivinicultores, e em particular às suas Adegas Cooperativas, insistindo na necessidade de apoios financeiros (linhas de crédito bonificado) e acesso privilegiado aos fundos comunitários, capazes de lhes permitir satisfazer os compromissos com os associados, modernizarem-se e intervirem activamente na economia regional.
5. A cultura da vinha e a sua posse na mão dos seus actuais e principais proprietários — os pequenos e médios viticultores — por razões económicas, ambientais, sociais e culturais, o que significa defender apoios ao rendimento e ajudas à reconversão das vinhas compatíveis com os seus custos. Há que travar a concentração da viticultura em grandes explorações e/ou a sua transferência para as multinacionais e o grande capital. A possível diversificação cultural, que não deverá pôr em causa a vinha

como eixo estruturador e decisivo da economia regional, tem que atender aos maiores custos advindos de uma terra e orografia adversas.

6. A Denominação de Origem Porto, com as variações que a história consagrou (Porto, Vinho Fino, etc.) e outras sub-regionais (Favaio), procurando que o Estado (o que não está a acontecer) intervenha operativa e eficazmente nas instituições internacionais convenientes (OMV, GATT, CNUCED, CE, etc.) impedindo as contrafacções ainda hoje frequentes em muitos países, com enormes prejuízos para a região e para o País.

7. Uma legislação para os vinhos da Região Demarcada do Douro e outros produtos regionais que, elaborada com a participação democrática de todos os intervenientes, possa responder aos quesitos de um edifício legislativo global, coerente, moderno e repetidor dos interesses e património económico, social, cultural e histórico dos milhares de viticultores durienses e do Douro.

8. Uma reforma para a Organização Comum de Mercado do Vinho em curso nos órgãos da Comunidade Europeia, compatível com os interesses regionais, pondo-se fim aos excedentes originados por fabricação artificial de vinho, à custa de álcool derivado de açúcar (sacarose) e por brutais produtividades, em regiões vinícolas do Norte da Europa, enquanto no Douro estamos obrigados a uma produtividade máxima de 55 hectolitros/hectare para o generoso e o de pasto.

9. Uma política ambiental que, nas suas diversas expressões e vertentes, salguarde o Douro como região vitivinícola e o real património mundial, natural e histórico, que a região representa.

10. Um desenvolvimento regional que, centrando sobre a cultura da vinha e o desenvolvimento da fileira vinícola, sobre a necessária diversificação produtiva, sem descaracterizar o Douro (paisagem e cultura) ou romper o equilíbrio ambiental, permita aos seus habitantes intervir, via regionalização, na gestão da região e lhes garanta um acesso à saúde, ao ensino, ao bem-estar, a um nível de vida digno, equivalente aos de outras regiões do País.

PODER LOCAL

Plenário regional da CDU aponta acções imediatas

Para romper com os vícios do PSD e do PS no Algarve

A «depressão desesperante» que o Algarve hoje sofre tem como causas específicas «a destruição de todas as actividades produtivas (agricultura, pescas, conservas e indústria corticeira), os atentados ao ambiente, o erro agora tragicamente confirmado da monocultura turística, o crescimento definido e conduzido pela especulação imobiliária, a falta de formação profissional e o burocratismo irresponsável resultante da política centralista do Governo», afirma-se no manifesto eleitoral aprovado por unanimidade no

caracterizada por traços negativos da governação central, como a falta de valores éticos e morais, o distanciamento das populações, a incapacidade de assunção e compreensão dos anseios populares, a incompetência na definição das políticas de desenvolvimento da região, o compadrio e a corrupção. Aquelas autarquias, acusa a CDU, «não só foram impotentes para lutar, na medida do possível, contra os efeitos locais da condenável política do Governo, como elas próprias adoptaram políticas que agravaram a crise no Algarve».

e definir os programas tendentes à sua resolução».

Alargada e renovada

A CDU concorre a todos os órgãos autárquicos do Algarve, tendo feito acordos de apoio mútuo com listas de cidadãos em duas freguesias de Vila do Bispo. Salientando que este resultado é fruto de «um trabalho notável de esforço e de participação empenhada de membros do PCP e cidadãos independentes», Carlos Luís Figueira afirmou, ao intervir no

pleno, independente e activa do movimento «Cidadãos Por Lagos», que elogiou no encontro o amplo espaço de intervenção que a CDU proporcionou e que também se reflecte no facto de quase 70 por cento dos candidatos não terem filiação partidária.

Luís Catarino, dirigente da Intervenção Democrática que presidiu neste mandato à Assembleia Municipal de Portimão, adiantou algumas «ideias para reflexão» acerca da abertura da CDU aos candidatos independentes, em contraste com as cerradas disputas de lugares a que se assiste nos outros partidos: é cada vez mais notório o afunilamento das propostas e a unificação das posições do PS e do PSD; na actual situação de crise, vêm à memória tomadas de posição das forças da CDU que agora se revelam acertadas e, para muitas camadas sociais, a CDU surge como a alternativa descomprometida com o poder e a política responsáveis pelos problemas.

Outras intervenções no encontro ilustraram a renovação e o alargamento da CDU noutros concelhos algarvios, como Silves, Faro ou Vila Real de Santo António. Com a moderação a que obriga a consciência do muito trabalho de esclarecimento e convencimento ainda por fazer até 12 de Dezembro, o optimismo marcou este encontro regional, permitindo a Carlos Luís Figueira afirmar que os comunistas e seus aliados estão «mais vivos do que nunca, preparados para enfrentar, com todo o capital de esperança, os resultados do próximo acto eleitoral», em que a CDU se propõe ganhar mais maiorias e mais eleitos nos órgãos dos concelhos e das freguesias do Algarve.



Carlos Carvalhas no encerramento As mulheres na CDU e a campanha da inteligência

Na intervenção de encerramento do plenário de candidatos e activistas da CDU do distrito de Faro, o secretário-geral do PCP reafirmou a solidariedade às vítimas dos temporais na Madeira e a repulsa à política do bastão contra os trabalhadores da TAP. Carlos Carvalhas referiu-se à situação política e económica nacional, abordando questões como a entrada em vigor do Tratado de Maastricht ou o novo pacote laboral que o Governo pretende fazer passar como «acordo social».

Ao falar sobre a composição das listas da CDU para as eleições autárquicas, o dirigente comunista afirmou:

«É para nós motivo de grande alegria verificar que nas nossas listas temos, a nível nacional, mais de 40 por cento de independentes, em média, o que mostra a abertura com que encaramos o poder local. Também é de salientar o número significativo de jovens e, como também foi aqui dito há pouco em relação ao Algarve, o número significativo de mulheres: a nível nacional ultrapassamos os 20 por cento, em Setúbal, por exemplo, ultrapassa-se os 30 por cento... e podemos já hoje dizer que a Coligação Democrática Unitária é a força política que se apresenta às eleições autárquicas com maior número de mulheres, também é a força

política que apresenta maior número de mulheres a encabeçar listas para as câmaras municipais e, com toda a probabilidade, é a força que vai ficar com mais mulheres a presidir a câmaras municipais no nosso país.»

Carlos Carvalhas reafirmou que «a participação das populações é para nós fundamental no trabalho autárquico, mesmo em período de campanha eleitoral. Nós não temos os meios financeiros para fazer uma propaganda de raios laser, com grande publicidade e grandes cartazes red. Mas, mesmo que tivéssemos, pensamos que seria uma ofensa, num período de graves carências e dificuldades, fazer tal ostentação de meios, quando pensamos que devemos é dirigir-nos à inteligência das portuguesas e dos portugueses, colocar-lhes problemas, não prometer-lhes o futuro, mas discutir seriamente qual a situação do País, quais os caminhos para promovermos o desenvolvimento, a melhoria do nível de qualidade de vida, o que fazer em relação à juventude, à toxicoddependência, à falta de habitação... Não podemos deixar que as pessoas, por estímulos, não à sua sensibilidade e à sua inteligência, mas às emoções, se deixem levar pela irracionalidade ou por falsas bipolarizações.»



A CDU garante um esforço sério e eficaz para abrir um novo ciclo na vida autárquica do Algarve

plenário regional da CDU, que reuniu em Faro, no passado domingo, mais de uma centena de eleitos, candidatos e activistas da coligação e que contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O manifesto, que define as linhas de intervenção da CDU a nível regional para as próximas eleições autárquicas, responsabiliza também pelos graves problemas de hoje «a gestão de muitas autarquias do PSD e do PS»,

Neste quadro, a coligação PCP-PEV apresenta-se ao eleitorado do distrito de Faro como «a alternativa para uma gestão autárquica de mudança, capaz de romper com os vícios e compromissos vários do PS e do PSD». O manifesto aponta uma série de linhas de acção imediata das autarquias e eleitos da CDU, sublinhando que «é urgente proceder ao levantamento imediato dos problemas específicos em aberto em cada autarquia da região

encerramento do plenário, que «as listas da CDU continuaram a garantir uma elevada participação de cidadãos sem qualquer filiação partidária e, em alguns casos, permitiram mesmo alargar substancialmente a base social e política» da coligação.

Lagos seria certamente um dos casos a que o responsável regional do PCP se queria referir. Naquela cidade a lista da CDU é encabeçada por Maria Luísa Tei-

Distrito do Porto



O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou também o Distrito do Porto no passado fim-de-semana. Logo na sexta-feira participou num jantar-volante com a Juventude CDU na Junta de Freguesia do Bonfim (Porto), a que se seguiu uma sessão-convívio no auditório da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, para apresentação dos candidatos da CDU a este importante concelho da margem Sul do Douro e fronteiro ao Porto. No sábado, o périplo do secretário-geral do PCP ao Distrito do Porto levou-o, primeiro, a um jantar de candidatos e activistas da CDU em Penafiel e a um comício-festa em Baião.

A sessão-convívio de Vila Nova de Gaia (a que se reporta a foto, ilustrando um momento da intervenção de Carlos Carvalhas) foi o corolário de uma circunstanciada visita às freguesias deste concelho. Mais de 400 pessoas assistiram às demolidoras críticas feitas pelos candidatos da CDU Honório Novo e Alberto Andrade à gestão de Vila Nova de Gaia e a severas críticas tanto às candidaturas do PS como do PSD, a primeira porque, na gestão do município, tratara: a oposição «com a mesma soberania e autoritarismo que o PSD revelou no Governo», a par de uma «gestão incapaz e incompetente, que promete agora obras que não realizou durante o mandato», a segunda porque apresenta logo à cabeça, para a Assembleia Municipal, um candidato que «é proprietário ou sócio maioritário de várias grandes empresas de Gaia», o qual «ainda não esclareceu o que vai fazer se for eleito».

Évora

Por lapso nosso, houve no «Avante!» da semana passada uma troca de números no relato da intervenção do camarada Raimundo Cabral em Vila Viçosa. Com as desculpas ao responsável da DOREV e aos leitores, aqui ficam os números correctos: no distrito de Évora, a CDU apresenta 149 candidatos às câmaras e 359 candidatos às assembleias municipais; metade dos candidatos às 14 presidências de Câmara, figuram pela primeira vez à cabeça de uma lista; são independentes 20 por cento dos candidatos à presidentes de Câmara 43 por cento do total de candidatos às câmaras municipais e 39 por cento dos candidatos às assembleias municipais.

Silves Notável renovação nas listas da CDU

«A Coligação Democrática Unitária (CDU) concorre no Concelho de Silves com listas próprias às eleições autárquicas de Dezembro de 1993, a todos os órgãos sem excepção — totalidade das Assembleias de Freguesia, Câmara Municipal e Assembleia Municipal», afirma a nota divulgada na passada semana pela respectiva Comissão Coordenadora da CDU.

«Dos 162 candidatos aos órgãos autárquicos, 99 são independentes (61%), havendo ainda a destacar a presença de 25 mulheres nas listas (15%); 33% dos candidatos têm idade igual ou inferior a 40 anos e 12% idade igual ou inferior a 30 anos; a forte presença de independentes em todas as listas CDU no Concelho de Silves (com particular impacto nos lugares elegíveis) é sinónimo inquestionável da enorme abertura e diversidade de sensibilidades que se encontram aglutinadas em torno da Coligação.

«Na constituição das listas às eleições autárquicas de Dezembro perpassa uma

notável renovação, com expressão manifesta em termos de composição feminina e presença de jovens.

«A formação de listas da CDU resultou de um debate e confronto internos (e audição exterior) de ideias e opiniões em todo o Concelho, são o produto e tão-só o produto da vontade das organizações locais. Com ética e transparência de processos evitou-se a "imagem trágico-cómica" da constituição das listas, projectada para o exterior pelas outras principais forças políticas do Concelho.

«É traço comum aos candidatos da CDU a residência nos locais por onde concorrem, a profunda ligação às suas terras e ao concelho, o conhecimento multifacetado da realidade — os problemas e as aspirações das comunidades locais. São igualmente portadores de muita vontade de fazer, abertura ao diálogo e a gestões abertas e participadas, dinamismo, experiência, seriedade e competência. O grande empenhamento e envolvimento de uma boa parte dos

candidatos no tecido social das comunidades onde se inserem, gerindo associações, clubes, colectividades ou autarquias são a prova cabal e irrefutável das suas capacidades reais de trabalho e intervenção. As experiências das gestões CDU tanto no Concelho de Silves (casos das Juntas de Freguesia de Silves, Messines, Tunes e do próprio Executivo Camarário durante o período de 1986/89) como no país, comprovam que os seus eleitos no poder local democrático adoptam uma postura permanente de bem servir os interesses dos munícipes e apresentam uma obra invejável.

«A actuação dos eleitos da CDU nas freguesias e no concelho estará consubstanciada num programa global e integrado que definirá as grandes orientações, os projectos e as soluções exequíveis e compatíveis no horizonte temporal de 4 anos. Sem demagogia, com rigor e objectividade, planificámos de forma integrada e concertada as nossas medidas de política municipal. Em

momento oportuno divulgaremos o nosso programa eleitoral.

«Desenvolvemos a nossa pré-campanha eleitoral de forma serena, com respeito pelos processos, pela ética e privilegiando a dinâmica crescente — sem o recurso a financiamentos ocultos, sem o apoio tácito ou directo do Governo ou o uso indevido dos dinheiros e cargos públicos, sem os avultados meios das principais forças concorrentes. Intervimos junto da população com base nas nossas próprias energias e sobretudo, apostando no contacto directo. Os candidatos da CDU não necessitam de alterar radicalmente as suas atitudes e comportamentos no quotidiano e recorrer a figuras de "travesti político". Precisam unicamente de manter a sua estreita ligação aos problemas e às comunidades locais.

«A apresentação pública da candidatura CDU no Concelho de Silves terá lugar no próximo dia 14 de Novembro, pelas 13 horas, no Pavilhão da FISSUL, através da organização de uma grande festa-convívio.

CDU de Cascais celebra protocolo para bairros ilegais

A candidatura da CDU à Câmara de Cascais vai celebrar brevemente um Protocolo de Compromissos de Medidas a Implementar na Recuperação e Legalização dos Bairros Ilegais do Concelho, com a Comissão Instaladora da Federação das Associações de Proprietários.

Para Carlos Sota, candi-

dato da CDU à presidência da Câmara, os compromissos não são mais do que uma reafirmação das propostas há muito defendidas pela CDU e que nunca encontraram eco nas outras forças políticas. Propostas que visam alterar radicalmente o actual estado de paralisia e desânimo que grassa nos proprietários,

que vêm ano após ano o seu bairro na mesma e os custos financeiros a aumentarem. Carlos Sota afirma ainda que as propostas da CDU vão permitir que a recuperação e legalização dos bairros seja uma realidade, porque a Câmara será obrigatoriamente a «líder» do processo, para requalificar o interior do Concelho e

permitir às populações níveis aceitáveis de bem-estar.

Por último, Carlos Sota informou que já decorrem as reuniões de trabalho entre a sua equipa, a comissão instaladora da Federação das Associações e que brevemente serão publicamente divulgadas as propostas.

Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior

A Comissão do Ensino Superior do PCP apresentará no próximo domingo, 7 de Novembro, o «Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior». Com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, esta sessão terá lugar às 11 horas, na Sala Vasco da Gama (2) do Hotel Continental, em Lisboa.

Seja qual for o ângulo de que se observem os problemas do ensino superior no nosso país ou os elementos de análise que se elejam como mais relevantes, é visível a muito profunda crise em que mergulhou este sistema educativo.

Mas a crise é também, é cada vez mais, movimento de consciencialização e de análise dos problemas, de aprofundamento das causas da situação, de crítica, de resistência e de luta. Em que participam de forma crescente estudantes, professores e funcionários, e as próprias estruturas do ensino superior. E que está a sensibilizar e a envolver, progressivamente, o País e a generalidade das suas forças activas.

A caracterização actualizada dos principais problemas e estrangulamentos que se verificam ao nível do ensino superior em Portugal, o esforço de investigação das suas causas e a mobilização de um conjunto de contributos para o debate das causas da situação e para a elaboração de uma política educativa democrática em relação a este importante sector do ensino, constituíram os objectivos que nortearam a realização, em 27 de Fevereiro de 1993, na Faculdade de Ciências e de Tecnologia da Universidade de Coimbra, no Seminário Nacional do PCP: Que política para o Ensino Superior? E que motivaram, também, a organização de uma Secção dedicada ao Desenvolvimento do Ensino Superior, integrada no Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino que teve lugar em Lisboa em 5 e 6 de Junho último.

Essas iniciativas permitiram debater relatórios preliminares e reunir elementos para o ulterior aprofundamento do debate e para a elaboração final do documento que ora se apresenta.

Do que se trata, em primeiro lugar, é de assumir a importância nacional do problema e de corresponder à necessidade e à urgência do seu debate. E que conduz ao indispensável exame da política que tem vindo a ser realizada há quase década e meia e, a nosso ver, à necessidade da sua urgente alteração.

Este «Programa para o Desenvolvimento do Ensino Superior» não é um documento que aspire a uma visão total e muito menos fechada da realidade complexa, multifacetada e em acelerada transformação que é o ensino superior, mas apenas como um contributo para esse debate. E um contributo cuja perspectiva política, sem deixar de sublinhar e de relevar o espaço de debate e de autonomia democrática das próprias instituições de ensino superior e o papel das forças que nelas se manifestam e de reconhecer o quadro específico e interno de muitas questões, assume clara e frontalmente a necessidade nacional de uma nova política geral, de orientação democrática para o ensino superior.

CAMARADA FALECIDO

JOSÉ DIAS

Com 51 anos de idade, faleceu no passado dia 26 de Outubro o camarada José Ferreira Dias. Membro do Partido desde 1975, integrava a Comissão Concelhia de Paredes do PCP. Foi activista sindical do sector da Construção e Madeiras e era muito estimado pela sua dedicação ao Partido.

À família e amigos do camarada falecido, o colectivo do «Avante!» apresenta as suas sinceras condolências.

A Campanha eleitoral da CDU para as autarquias

exige grandes recursos
financeiros

Dá o teu
contributo!



**ATÉ AMANHÃ
CAMARADAS**
de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO
EM PORTUGAL



edições
Avante!

TRABALHADORES

Violenta carga policial não intimida pessoal da TAP

«Trabalho, sim! Champanhe, não!»

Apesar da violenta carga policial da passada sexta-feira e das grandes pressões a que são sujeitos para aceitarem as posições do Governo e da administração, os trabalhadores da transportadora aérea nacional mostram-se dispostos a continuar a luta em defesa dos postos de trabalho e do futuro da empresa e respondem à letra a Cavaco Silva

O plenário de trabalhadores da TAP realizado anteontem (primeiro dia de trabalho desde sexta-feira) constituiu uma firme resposta à «política do bastão» ali aplicada com o beneplácito do próprio primeiro-ministro, apesar de a polícia de intervenção se ter mostrado nas imediações do local da concentração uma hora antes do início da reunião. Com o ministro Ferreira do Amaral a teimar em não receber os representantes dos trabalhadores antes da reunião que, há uma semana, marcou para amanhã, o plenário de terça-feira terminou com uma palavra de ordem que constituiu uma resposta à letra às declarações de Cavaco Silva em Bruxelas, no dia 29: depois de justificar a repressão policial, o primeiro-ministro disse que o dia era de beber champanhe em honra da União Europeia, ao que anteontem os trabalhadores retorquiram gritando «Trabalho, sim! Champanhe, não!».

A paciência tem limites

Os trabalhadores da TAP lutam contra uma reestruc-

turação que pretende impor congelamentos de salários e a liquidação de mais de 2 mil postos de trabalho. As movimentações laborais e sindicais iniciaram-se há quase um ano, depois de ser conhecida a forma como o Governo e a administração da empresa pretendiam responder às graves dificuldades acumuladas com a decisão comunitária de liberalizar o transporte aéreo.

No dia 27, quarta-feira, a administração deu oficialmente a conhecer aos sindicatos os seis «cenários» que admite para a recuperação da empresa. Pelas notícias que vieram a público, todos eles apontam para a diminuição de postos de trabalho e o que é apontado como de mais provável aprovação pelos responsáveis da TAP e da tutela pretende a liquidação de 4 mil empregos até ao ano de 1997. Segundo relatava o «DN» de dia 28, à reunião com os sindicatos foram enviados quadros intermédios que não estavam em condições de responder a questões como, por exemplo, que critérios irão orientar a redução de efectivos ou como vão ser garan-

tidos os serviços onde se pretende despedir pessoal, e também não traziam qualquer resposta à proposta de viabilização apresentada pelos representantes dos trabalhadores na semana anterior.

É neste quadro que se realiza um plenário de trabalhadores no dia 28, quinta-feira, onde é aprovada uma moção rejeitando os projectos apresentados pela administração e exigindo o diálogo com o ministro dos Transportes. Numa acção espontânea, centenas de trabalhadores ocupam durante hora e meia uma placa de estacionamento do aeroporto da Portela, até ao momento em que lhes é comunicado que Ferreira do Amaral estava pronto a receber uma delegação de representantes do pessoal da TAP. Afinal, a receber os 5 membros da estrutura sindical da empresa, apenas estava no Ministério, não o ministro, mas o seu chefe de gabinete. Mais tarde vinha a saber-se que, afinal, a reunião com Ferreira do Amaral só teria lugar daí a uma semana, o que os sindicalistas prontamente classificaram como uma falta de sensibilidade.

Na manhã de dia 29, sexta-feira, realiza-se um plenário onde os trabalhadores recebem com natural desgosto a resposta do ministro. Pouco depois, batendo palmas e gritando «Está na hora de Martins se



À política do bastão os trabalhadores da TAP respondem com mais unidade e firmeza na luta contra os despedimentos e para que a empresa continue como companhia de bandeira (as fotos documentam momentos do plenário e da manifestação de anteontem no Aeroporto de Lisboa)

ir embora» (aludindo ao presidente do conselho de administração da TAP) e outras palavras de ordem, e empunhando faixas onde se afirmava «TAP e Air France - a mesma luta» ou «Liberalização igual a destruição», os trabalhadores avançaram em manifestação até à zona das partidas internacionais. Aqui aguardava-os um forte dispositivo do Corpo de Intervenção da PSP, com escudos, bastões e capacetes de viseira.

Os primeiros confrontos têm lugar quando a polícia tenta impedir trabalhadores de entrarem na aerogare. Segue-se uma carga da polícia de choque que persegue os manifestantes e

não poupa jornalistas nem passageiros.

Os trabalhadores regressam ao local onde habitualmente reúnem em plenário, junto das instalações da administração, e reafirmam a exigência de serem recebidos por Ferreira do Amaral antes do anunciado dia 5 de Novembro.

Ao fim da tarde, é anunciada a continuação do plenário no dia 2, terça-feira. O ministro - que entretanto anunciara em declarações públicas a sua abertura para o diálogo e para uma eventual antecipação da reunião (a qual poderia ser facilitada aceitando uma proposta do deputado comunista José Manuel Maia para que Ferreira do

Amaral reunisse quarta-feira com os trabalhadores e passasse para sexta-feira uma reunião com a Comissão Parlamentar de Administração do Território) - não adianta nova data para ouvir os sindicatos.

Pior, um seu assessor vem garantir à agência Lusa que a reunião não seria antecipada.

Reagindo à notícia, sindicalistas repudiam esta atitude e dizem ao jornalista da agência que ela «não augura nada de bom» e que «depois do problema se arrastar há 10 meses, chega um dia em que já não há paciência».

Para ontem de manhã foi convocado novo plenário de trabalhadores.

Solidariedade

Envolve a luta dos trabalhadores da TAP uma onda de solidariedade, com expressão nas muitas mensagens enviadas por organizações sindicais e políticas. A solidariedade para com o pessoal da TAP tem também uma outra face, que se mostrou na faixa, exibida no Aeroporto de Lisboa, em que os portugueses afirmam estar ao lado dos seus camaradas da Air France.

Ainda anteontem foi dada a conhecer aos trabalhadores, no plenário reiniciado de tarde, uma mensagem em que os sindicatos da companhia alemã Lufthansa se manifestam solidários com a luta na TAP, concordando - refere a agência Lusa - que a liberalização do transporte aéreo está na origem dos problemas que afectam as empresas europeias do sector. Mas esta foi apenas a mensagem mais recente.

A carga policial de dia 29 de Outubro gerou, ainda na sexta-feira, uma verdadeira onda de protestos contra a violência da polícia e a recusa do Governo a dialogar, e de manifestações de solidariedade para com os trabalhadores.

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou à comissão de trabalhadores da TAP, ao Sitava e ao SNPVAC uma mensagem em que, expressando a solidariedade do Partido «a

todos os trabalhadores agredidos e a todos aqueles que estão determinados a defender os seus direitos e a resistir à destituição da empresa», responsabiliza o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, e o Governo de Cavaco Silva pela violência policial. O PCP exprime também nessa missiva - revelou o gabinete de imprensa do Partido - a sua firme condenação pelo «recurso às cargas da polícia em substituição do diálogo, da negociação e da busca de soluções para um conflito que envolve o futuro dos postos de trabalho, de direitos laborais e da própria TAP como empresa de interesse nacional». No mesmo sentido se pronunciou a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP (que no dia 28 distribuirá a nota que publicamos nesta página sobre a situação da TAP), saudando «a combatividade e a determinação» dos trabalhadores e exortando-os a «continuar a luta pela satisfação das suas justas aspirações».

O «veemente repúdio pela brutal carga policial» e a «total solidariedade para com os trabalhadores da TAP e a sua luta» foram expressos numa declaração conjunta de delegações da CGTP-IN e da CGT francesa, que no dia 29 reuniram em Lisboa. Subscrito por

Carvalho da Silva e Louis Viannet (secretário-geral da CGT), o documento refere que «tal como em França, os trabalhadores da empresa aérea portuguesa defendem o seu direito ao trabalho, a viabilização da sua empresa e a economia nacional, pelo que merecem todo o apoio activo dos trabalhadores e da população». A central portuguesa manifestou também o seu protesto ao primeiro-ministro, num ofício enviado em nome da Comissão Executiva da Inter que responsabiliza o Governo pelas consequências da actuação repressiva das forças policiais, «acto inadmissível que não pode deixar de ser relacionado com a recusa do sr. ministro dos Transportes em receber os representantes dos trabalhadores com a urgência requerida pela gravidade da situação».

A nossa Redacção chegou ainda cópias de mensagens de diversas organizações sindicais, como as uniões de sindicatos de Lisboa, Porto e Setúbal, a Interjovem do Porto, os sindicatos das Bebidas do Sul e Ilhas, das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, dos Metalúrgicos do Sul, do Porto e de Lisboa, da Hotelaria do Sul, dos Enfermeiros Portugueses.

Comentário da DORL sobre a situação na TAP

O Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP manifesta a sua inteira solidariedade com os trabalhadores da TAP e a sua luta e responsabiliza o Governo do PSD pela política de verdadeiro descalabro que tem sido praticada para a Transportadora Aérea Nacional.

Com efeito, os problemas que a TAP atravessa, assim como outras companhias aéreas europeias, decorrem em larguíssima medida da política de completa desregulamentação do transporte aéreo imposta pela CEE em obediência a uma lógica de domínio do mercado pelas transportadoras dos países mais poderosos, e que foi agravada com a aprovação do «3º pacote» da liberalização durante o período da presidência portuguesa da Comunidade sem que o Governo português se tivesse minimamente preocupado em acautelar os interesses nacionais.

O outro conjunto de causas dos actuais problemas com que a TAP se debate prende-se com o incumprimento das obrigações do Estado relativas ao serviço social prestado (ligações às ilhas com tarifas reduzidas, etc.), com os enormíssimos encargos financeiros decorrentes dos empréstimos externos a que o Governo tem obrigado a TAP a recorrer como forma de compensar a falta de divisas, e com uma gestão completamente arbitrária e incompetente de que tem estado completamente ausente uma política coerente para o transporte aéreo, na perspectiva do interesse nacional.

Ao impor um «regime sucedâneo» que retira aos trabalhadores a maior parte dos direitos alcançados pela luta e pela livre negociação, ao pretender acordar um «Pacto Social» que é o decalque desse mesmo «regime sucedâneo», ao destruir milhares de postos de trabalho necessários ao bom funcionamento da empresa, Governo e Administração pretendem fazer pagar aos trabalhadores os custos da sua política errónea e antipatriótica.

Cabe aqui sublinhar que estas medidas, tomadas pela actual Administração nomeada com o directo patrocínio do Primeiro-Ministro com o fim de reestruturar a empresa, levaram já ao aumento dos prejuízos da empresa em largos milhões de contos.

Saudando a corajosa luta dos trabalhadores da TAP e o sentido patriótico contra o desmembramento da empresa e pela sua defesa como companhia aérea de bandeira no sector empresarial do Estado, pela retirada do «regime sucedâneo», pela defesa dos direitos e pela livre negociação da contratação colectiva, pela reposição do poder de compra dos salários, pela manutenção dos postos de trabalho, exigindo do Governo a assunção das suas responsabilidades no cumprimento destes objectivos, o Executivo da DORL do PCP manifesta a sua firme certeza de que não poderá ser outro o caminho para fazer retroceder os intentos da Administração e do Governo.

Lisboa, 28 de Outubro de 1993

TRABALHADORES

Ninguém aceitou co-responsabilizar-se

«Acordo» do Governo não passou no CPCS

Com as imagens da repressão na TAP ainda frescas na memória dos trabalhadores e da opinião pública, a reunião de anteontem à tarde do Conselho Permanente de Concertação Social terminou deitando para o caixote do lixo o «acordo de política de emprego» proposto pelo Governo e que constituía um autêntico pacote de medidas visando impor a redução real dos salários, uma maior precarização das relações laborais e o alargamento da flexibilização dos horários de trabalho, a redução dos direitos dos assalariados e o aumento das facilidades concedidas ao patronato (como se refere com detalhe nas páginas centrais deste número do «Avante!»).

Os objectivos do «acordo» proposto pelo Governo foram denunciados pela CGTP, praticamente ponto por ponto, num documento divulgado sexta-feira em conferência de imprensa. A central - a quem a proposta do Governo só foi entregue ao fim da tarde de dia 26, curiosamente com data de 19 - insistiu em que, ao contrário do que os representantes do Governo e do patronato afirmavam, nas negociações do «acordo» não estava em causa apenas a percentagem dos aumentos salariais para o próximo ano. Manuel Carvalho da Silva sublinhou que, além de ser inaceitável

qualquer proposta de aumentos salariais de 4 ou 5 por cento, o «acordo» continha medidas muito graves no domínio das relações laborais, do emprego e da Segurança Social, pelo que a central se recusava a dar credibilidade aos argumentos e à política do Governo, que pretendia que o «acordo» fosse aceite para co-responsabilizar as estruturas dos trabalhadores na sua aplicação.

Ao contrário do que veio a público relativamente à UGT (pressões fortes do PSD para aceitar a assinatura, discussões longas e acasas e até a *auto-suspensão* de Pereira Lopes do cargo de presidente), as notícias da CGTP-IN reflectiram uma ampla unidade na recusa do «acordo» que, como referiam os dirigentes da *Inter*, não deveria ser subscrito por nenhuma organização sindical.

Desenvolver as acções de luta

Para a CGTP-IN, «num momento em que pela Europa perpassa um movimento crescente de luta dos trabalhadores contra a política de degradação dos salários e de precarização do emprego», os trabalhadores portugueses «têm razões acrescidas para se oporem a esses

objectivos» e «saberão desenvolver as formas de luta que permitam defender os seus direitos e interesses».

No final do documento em que analisa o «acordo de política de emprego», a central afirma que a realização, a 18 de Novembro, do dia nacional de luta «constituirá um ponto alto das acções de protesto e de luta que os trabalhadores têm vindo a desenvolver, de forma crescente, contra as pretensões do patronato e a política sociolaboral do Governo». A anteceder o dia nacional de luta, as estruturas da CGTP promovem uma acção de sensibilização e esclarecimento, nos dias 10 e 11.

Estas iniciativas estão a ser preparadas nos vários sectores de actividade e distritos. Ontem realizou-se na CGTP, em Lisboa, uma reunião de federações e uniões sindicais. Num intervalo dos trabalhos, José Ernesto Cartaxo da Comissão Executiva da central, revelou que muitas iniciativas estão já marcadas para preparar o dia nacional de luta.

Comentando o desenlace da reunião de terça-feira na Concertação, José Ernesto Cartaxo salientou que o Governo e o patronato mantêm os objectivos constantes do acordo e vão tentar concretizá-los. Da parte do movimento sindical unitário,

referiu o sindicalista, reportando-se ao ambiente da reunião com as federações e uniões, «há um grande empenho em contrariar aqueles objectivos, através da luta nos locais de trabalho e nos sectores de actividade».

A União dos Sindicatos de Évora anunciou que vai promover uma jornada de informação no dia 6, na capital do distrito, participando também na vigília que a Associação Portuguesa de Deficientes convocou para essa data junto ao Hospital Distrital. No dia 11, reúne o plenário distrital de dirigentes e delegados sindicais, enquanto no dia 13 decorrerão jornadas de informação em Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Estremoz e Borba. Entretanto, os sindicatos estão a efectuar plenários e reuniões em empresas.

Para ontem - dia em que os metalúrgicos de Vieira de Leiria realizaram uma greve conjunta de uma hora - foi convocado o plenário de sindicatos da União de Leiria, para decidir as acções a desencadear no distrito no âmbito do dia nacional de luta.

O plenário da União dos Sindicatos de Setúbal foi convocado também para ontem, incluindo igualmente na sua agenda de trabalhos a deliberação das formas de participação dos trabalhadores na jornada de dia 18.

USL EM CONGRESSO NO FIM-DE-SEMANA

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) realiza no próximo fim-de-semana, na Damaia, o seu 5º Congresso, em que irá aprovar um programa de acção para o triénio 1993-96.

O documento que será submetido aos delegados tem em conta uma «conjuntura marcada por uma forte e profunda crise, uma das maiores da história recente de Portugal».

O programa de acção da USL propõe aos trabalhadores a «luta por uma alternativa democrática, assente numa análise realista da situação económica, social e cultural do distrito».

A USL assinala a precarização generalizada do emprego, o aumento do desemprego e a quebra dos salários. A União coloca a revitalização da organização como «o grande objectivo do Congresso» e formula um amplo conjunto de propostas para «viver melhor em Lisboa», defendendo a criação de uma Região Administrativa de Lisboa.

4 MIL ESCUDOS DE AUMENTO

O Conselho Nacional da Inter-Reformados exige que as pensões de reforma tenham um aumento mínimo de 4 mil escudos, segundo se lê na moção aprovada no passado dia 28, data em que se assinalou o Dia Mundial do Idoso.

O Conselho Nacional recordou que «estamos no Ano Europeu do Idoso e da Solidariedade entre Gerações» e que tem aumentado a desigualdade entre os portugueses, sendo indesejável que é «cada vez maior o fosso entre os que têm muito e os que cada vez têm menos, situando-se neste número mais de 80 por cento dos reformados e pensionistas que sobrevivem com pensões inferiores a 25 mil escudos mensais».

RÁDIO NOVA

A administração da Rádio Nova, estação pertencente ao grupo Sonae, iniciou na terça-feira o processo de *despedimento negociado* com cerca de uma dezena de jornalistas e animadores de antena. Entretanto, um comunicado do Sindicato dos Jornalistas manifesta a sua discordância relativamente aos despedimentos na Rádio Nova, onde trabalham 30 jornalistas, afirmando que a administração justificou a «reestruturação» com «o enquadramento legal e o comportamento das autoridades relativamente ao estabelecimento de cadeias de rádio».

RODOVIÁRIA DE LISBOA

Uma nota da Comissão de Trabalhadores da Rodoviária de Lisboa avisa: «Ninguém é obrigado a rescindir!» O aviso surge num momento em que a administração da empresa está a exercer pressões para obrigar os trabalhadores a aceitarem rescisões de contratos, o que, segundo a CT, tem como objec-

tivo «por um lado aumentar o ritmo de trabalho aos que ficam e, por outro, tornar mais aliciante a privatização da Rodoviária de Lisboa». Os trabalhadores estão avisados «porque há leis e direitos que têm de ser respeitados».

INDÚSTRIA NAVAL CONTRA DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores da Lisnave, Setenave e empresas associadas estão a desenvolver várias acções de protesto contra os milhares de despedimentos anunciados pelo Grupo Mello, reclamando o direito de se pronunciarem antes da tomada de qualquer resolução.

Embora não tenham obtido resposta positiva nas diligências efectuadas junto do Ministério da Indústria e do primeiro-ministro, os trabalhadores registam «com agrado» que o ministro da Indústria, durante a inauguração do Parque Tecnológico em Almada, tenha garantido categoricamente perante os ORTs de todas as empresas aí presentes que no processo de reestruturação do sector «não iria haver qualquer despedimento».

Contudo, segundo os representantes dos trabalhadores, assiste-se nas empresas a uma intensa pressão, apresentando-se como facto inevitável que «terá de haver despedimentos».

O pretendido encerramento do Estaleiro da Margueira, que continua a ser um dos maiores estaleiros de reparação naval do mundo, tendo facturado 60 milhões de contos nos últimos dois anos, irá pôr em perigo 4 mil postos de trabalho.

A Lisnave e a Setenave chegaram a empregar 17 mil trabalhadores, estando actualmente apenas 6500 postos de trabalho, razão pela qual as duas empresas recorrem sistematicamente a subempreiteiros para responderem às necessidades do mercado.

Mais de 160 mil trabalhadores paralisam Administração Pública

Mais de 160 mil trabalhadores aderiram na passada sexta-feira, dia 29, à greve convocada pelos sindicatos da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública. Segundo estimativas sindicais, a paralisação atingiu uma taxa de adesão superior a 55 por cento, no universo geral da Administração Pública.

Na Administração Local a adesão cifrou-se em 80 por cento, 60 por cento no Município de Lisboa e 50 a 60 por cento na Administração Central.

A paralisação foi quase total nas repartições dependentes da Direcção-Geral do Tesouro, onde 96 por cento

dos trabalhadores cumpriram a greve. De realçar ainda a adesão de 70 por cento dos trabalhadores judiciais, bem como a greve dos professores da Grande Lisboa que registou um nível de 70 por cento, verificando-se o encerramento de numerosas escolas em todo o País.

Um comunicado da Comissão Negociadora sublinha que «com esta jornada de luta, os trabalhadores da Administração Pública deixaram claro o seu descontentamento pela forma afrontosa como o Governo os vem tratando, com a anunciada intenção de prosseguir uma política que conduz ao aumento da precarie-

dade de emprego, à redução dos salários reais, à redução dos direitos sociais e das pensões de aposentação.

«A adesão de milhares de trabalhadores da Administração Pública à jornada de luta demonstra ainda a sua compreensão do que está em causa com a proposta de acordo do Governo. Isto é: apesar da intensa barragem de pressão, chantagem e propaganda do Governo, os trabalhadores sabem que a questão não está em mais ou menos 0,5 por cento nos aumentos salariais, mas sim na intenção governamental de impor a redução dos salários reais, facilitar os despedimentos e a precarização do emprego, reduzir a protecção social dos trabalhadores.

«E constitui a melhor resposta ao Governo e a todos aqueles que pela omissão, a deturpação e o boato, a divisão tentaram confundir e desmobilizar os trabalhadores», conclui a nota da Comissão Negociadora.

Números do Governo

Contra os dados divulgados pelos sindicatos, que indicam uma adesão à greve entre os 50 e os 60 por cento, o Governo entendeu divul-



A luta dos trabalhadores da administração pública vai prosseguir e deverá ter especial relevo a reivindicação de aumentos salariais justos em 1994 (foto de arquivado)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O "buraco" de 500 milhões

A credibilidade do Governo voltou a ser posta em causa, desta feita por força de um "buraco" orçamental estimado em cerca de 500 milhões de contos. Melidrosa para o Executivo, a questão esteve em foco na passada semana, no decorrer do debate sobre o Orçamento Suplementar de 1993, com Braga de Macedo a enfrentar a espinhosa tarefa de justificar os erros colossais de um Governo que tem no "leme" o homem que um dia quis mostrar todas as suas certezas, afirmando não ter dúvidas e raramente se enganar.

Pois a verdade é que, no caso vertente, a falha de cálculo governamental significou quase que a duplicação do défice, e isto não por qualquer aumento das despesas, como Cavaco Silva em recente entrevista tentou fazer crer, mas sim por "quebra de receitas, por erro de previsão, por desconhecimento da realidade do País, por teimosia pacóvia", como fez questão de frisar o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira.

Era mais um rude golpe na badalada "competência e rigor" de um Governo que, afinal de contas, é o único responsável por este descontrolo e por este "erro crasso", como lhe chamou Octávio Teixeira, erro só explicado pelo seu autismo relativamente à evolução de todos os indicadores e à sua recusa em admitir os resultados nefastos da "sua irresponsável e completamente desacreditada política económica".

Verberado durante o debate foi ainda o oportunismo evidenciado pelo Executivo ao procurar "aproveitar a boleia" do Orçamento Suplementar, segundo a expressão de Octávio Teixeira, para "«contrabandear» dois pesados contentores". Num dos casos, trata-se da imposição de um pacote de alterações fiscais com efeitos retroactivos - o qual estaria na base de um pedido de impugnação do CDS à admissão da proposta governamental -, pacote esse que do ponto de vista da formação comunista "não assenta em qualquer hipotética vontade moralizadora por parte do Governo". Pelo contrário, foi ainda Octávio Teixeira a esclarecer a situação, este pacote só se compreende à luz de um acentuado agravamento do défice, cujas origens radicam no "erro das suas projecções, da sua incapacidade para combater o crescimento da evasão e da fraude fiscais e na ruptura que o próprio Governo gerou nos departamentos de fiscalização fiscal".

Inaceitável, na perspectiva da bancada do PCP - e este é o segundo caso de "contrabando" assinalado por Octávio Teixeira -, é igualmente a «indemnização» aos proprietários da Lisnave, isto é, a entrega de algumas dezenas de milhões de contos ao grupo económico que pretende encerrar a empresa, colocar no desemprego 4000 trabalhadores e monopolizar o sector da construção e reparação naval.

"A isto chama-se benesse ilegítima e imoral e não indemnização", concluiu o líder da bancada comunista, acrescentando que "isto é pactuar e incentivar a destruição da estrutura produtiva nacional para beneficiar negócios imobiliários especulativos".

Homenagem a Azeredo Perdigão

A figura e a obra de Azeredo Perdigão foram evocadas na passada semana numa sessão plenária inteiramente preenchida com uma acto de homenagem ao homem que durante 37 anos esteve à frente dos destinos da Fundação Calouste Gulbenkian. Palavras respeitadas e de grande apreço oriundas de todas as bancadas enalteceram o perfil de quem, como poucos, viu o seu nome associado a uma instituição, uma ligação de tal modo forte que "moldou ao nível do imaginário popular", como observou o deputado comunista José Calçada, a ideia de que "Fundação Gulbenkian" e "Azeredo Perdigão são uma e a mesma coisa".

Dessa ligação sedimentada ao longo do extenso caminho percorrido pelo "seareiro" Azeredo Perdigão falou o deputado do PCP, recordando que ele "terá encontrado no trabalho desenvolvido na e pela Fundação a síntese possível e; por isso mesmo transitória, entre ideais e tempos cujos desequilíbrios não eram fáceis de controlar".

Realçado pelo parlamentar comunista foi ainda esse trabalho notável impulsionado por Azeredo Perdigão no domínio da cultura, que teve expressão, por exemplo, nas bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian, na opinião de José Calçada a sua "maior obra".

Contraopondo essa realidade às "presentes tentativas de mercantilização da cultura e dos produtores culturais", José Calçada lembrou a propósito as 62 bibliotecas móveis e 168 fixas, servindo 3946 localidades e cerca de 46 milhões de leitores, dos quais 36 milhões de crianças e adolescentes, com o volume global de 146 milhões de livros requisitados.

"E as bibliotecas funcionavam" salientou José Calçada, acrescentando com uma boa dose de ironia que as "bibliotecas funcionam com prejuízo, com um enormíssimo prejuízo financeiro, e nunca ninguém na Fundação teve a ideia de perguntar por que razão é que essa actividade não poderia dar lucro, nem ninguém se lembrou sequer de fazer um «estudo-de-mercado» para saber se as bibliotecas se justificariam..."

Limites de despesas eleitorais Comunistas querem lei já para as próximas autárquicas

O Grupo Parlamentar do PCP manifestou "fundados receios" quanto à possibilidade de não ser aprovada em tempo útil legislação que estabeleça já para as próximas autárquicas um limite de despesas relativamente às campanhas eleitorais.

Esta posição, anunciada em carta dirigida ao Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, fundamenta-se no facto de o processo relativo a esta legislação (para o qual o PCP requereu prioridade de modo a que fosse aprovado a tempo de ser aplicável para o acto eleitoral de Dezembro próximo) estar integrado num mais vasto

pacote legislativo relacionado com o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, pacote este cuja apreciação, contudo, está consideravelmente atrasada.

Neste quadro, e para que não saia gorado o "objectivo por todos assumido de garantir a sua aplicação" à campanha que se avizinha, os deputados comunistas voltam a solicitar à Comissão parlamentar um tratamento mais célere das propostas relativas ao limite de despesas com campanhas eleitorais, em ordem a viabilizar a sua urgente votação final global e assim garantir a sua entrada em vigor antes de 30 de Novembro.



"Se a próxima campanha eleitoral para as autarquias locais decorrer sem que lhe seja legalmente aplicável qualquer limite razoável de despesas, a responsabilidade por essa situação será inteiramente imputável aos deputados e grupos parlamentares que inviabilizem a urgente aprovação desse limite", concluem na sua missiva os parlamentares do PCP.

PCP reclama apoio ao associativismo e apresenta Lei-Quadro

Estabelecer um quadro legal de apoio por parte do Estado às associações populares, que conjugue os esforços da Administração Central aos das autarquias e de outros agentes na dinamização da cultura e recreio, tal é, em síntese, o grande objectivo de um projecto de lei do PCP que define a Lei-Quadro de Apoio ao Associativismo.

Entregue no início desta semana na Mesa da Assembleia da República, o diploma surge num contexto de

grandes dificuldades para muitos milhares de associações populares que, um pouco por todo o País, como sublinha a nota preambular do projecto comunista, enfrentam situações de escassez de receitas e financiamentos, carência de instalações, dificuldades técnicas e materiais, dificuldades de disponibilidade dos seus dirigentes.

Neste contexto, por conseguinte, deve ser apreciada a iniciativa legislativa do PCP, cujo conteúdo é considerado bastante inovador, a começar desde logo pela criação de um Instituto do Associativismo, ao nível da Administração central - vocacionado fundamentalmente para incentivar e apoiar o associativismo popular -, no qual estejam representadas as associações e que funcione apoiado em delegações regionais.

No seu articulado, o projecto do PCP prevê ainda a atribuição às assembleias municipais da competência para declarar a utilidade pública municipal das associações que desenvolvam actividades culturais ou recreativas de reconhecido mérito na área dos respectivos municípios, o que implica para as associações consideradas o benefício de direitos, isenções e regalias.

Proposta é igualmente a criação de um quadro geral de apoios à actividade associativa através de diversas modalidades, abrindo-se

simultaneamente a possibilidade de, através de protocolos gerais ou específicos, o Instituto do Associativismo "assegurar às associações apoio técnico, cedência de materiais e equipamentos, apoio a transportes em grupo, apoio à aquisição, construção, reparação ou manutenção de instalações, apoio financeiro directo a actividades culturais, bem como outras participações financeiras em despesas de funcionamento".

As associações - responsáveis por um inestimável serviço às populações e ao progresso cultural - é ainda conferida a possibilidade de reembolso dos montantes dispendidos com imposto sobre o Valor Acrescentado, bem como a realização de cursos e outras acções de formação destinadas aos seus dirigentes e colaboradores associativos.



As associações populares desenvolvem uma acção inestimável, com grandes tradições, na dinamização cultural

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Para sustentar aumento da criminalidade

Reforço da segurança passa pela prevenção

— defende o PCP em projecto que cria Conselhos Municipais

Uma "experiência inovadora" no nosso país, que tem subjacente o princípio de que a "prevenção deve constituir a regra fundamental no domínio da segurança", agregando para o efeito a acção e a vontade de todos os agentes interessados, assim se poderá resumir o sentido dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, cuja criação é defendida em projecto de lei pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Entregue terça-feira na Mesa da Assembleia da República e dado a conhecer em conferência de imprensa realizada no mesmo dia num hotel da capital, o projecto é justificado pela formação comunista com o "aumento da criminalidade e da delinquência que se tem vindo a verificar na sociedade portuguesa".

O deputado António Filipe, que estava acompanhado de João Amaral, José Neto, Orlando Almeida, Demétrio Alves, Daniel Branco e Lino Paulo, assinalou a propósito no decorrer da apresentação do diploma que "o ano de 1993, com o avolumar da crise social - inseparável da

política global do actual Governo - regista um surto dos índices de criminalidade e a emergência de fenómenos racistas e xenófobos que contribuem para aumentar a tensão social e a insegurança dos cidadãos".

Neste sentido, adianta o documento distribuído aos jornalistas, "é de prever que nestas condições a criminalidade aumente e assumam formas cada vez mais sofisticadas e violentas", considerando o PCP que o problema, "não podendo ser desligado das políticas económica e social que são adoptadas, exige soluções e medidas concretas no Plano da Administração Interna e das Forças de Segurança".

"É notório que a política do Ministério da Administração Interna vai em sentido oposto ao que a realidade exige - observa o documento, antes de especificar com exemplos concretos:

"Em vez de promover a aproximação da polícia aos cidadãos, um melhor e mais eficaz policiamento que assegure a prevenção e dissuasão da criminalidade, mais meios e melhores condições de trabalho para os profissionais das Forças

de Segurança, o MAI privilegia a vertente repressiva. Aumentam as acções de violência policial, são cerceados os direitos associativos dos profissionais das forças de segurança e são perseguidos os seus dirigentes, é reforçada a natureza militarista da GNR e secundarizado o papel da PSP. Acentua-se a dependência das Forças de Segurança face ao Governo".

Apostando na prevenção como "regra fundamental" e na já referida colaboração entre comunidades locais, autarquias, escolas, juventude e populações, o projecto do PCP prevê a criação de uma estrutura local, com carácter consultivo, "que se ocupe das questões relativas à segurança e tranquilidade das populações", com capacidade para emitir pareceres e assegurar a cooperação entre as diversas entidades.

Estes Conselhos Municipais, que já existem noutros países, devem ainda na perspectiva do PCP "pautar a sua actividade pela regra do consenso", encontrando-se entre os seus objectivos o "aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na



área de cada município", o exame das "políticas locais que se mostrem adequadas à prevenção da delinquência", a busca de "soluções para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos do respectivo município".

De acordo com o articulado do projecto, entre outras entidades, têm assento neste Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos representantes das autarquias, magistrados, responsáveis concelhios pelas Forças de

Segurança, estruturas de prevenção da toxicod dependência, estabelecimentos de ensino, associações culturais, recreativas e desportivas, organizações representativas dos trabalhadores, associações patronais, organizações de juventude.

Hoje, em debate Pedido de inquérito às actuações do SIS

A Assembleia da República aprecia hoje um pedido de inquérito parlamentar às actuações dos Serviços de Informações de Segurança (SIS). A iniciativa é do Grupo Parlamentar do PCP e nos seus objectivos está, em particular, a averiguação das acções destes serviços executadas contra estudantes, agricultores e sindicalistas.

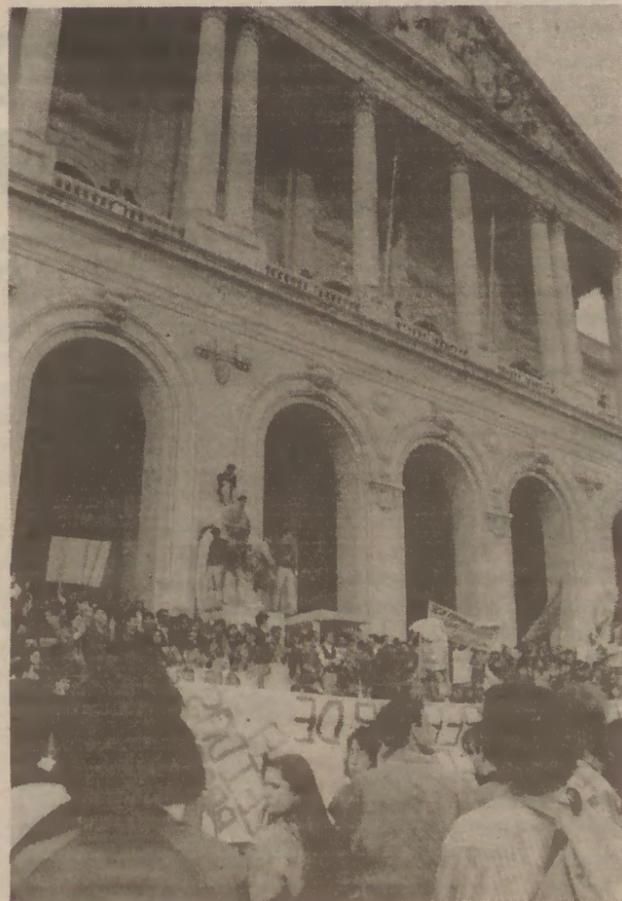
Consideradas como violadoras da Constituição e da Lei, estas acções de "vigilância" têm em comum o facto de serem implementadas sobre actividades lícitas de cidadãos, grupos e camadas sociais que se manifestam em oposição a medidas concretas do Governo ou a grandes linhas da sua orientação e estratégia política.

Dessas acções legítimas se têm feito eco, aliás, vários órgãos de comunicação social, resultando evidente da análise de tais notícias que o objecto da oposição desses cidadãos ou grupo sociais "são medidas governamentais de matriz político-partidária" e que "os meios de acção correspondem ao exercício das liberdades dos cidadãos".

Não existindo "qualquer indício ou suspeita de prática de «sabotagem, terrorismo, espionagem e prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito democrático» (conforme Lei-Quadro do Sistema de Informação da República Portuguesa)", é legítimo concluir, pois, como faz o grupo comunista, que, "com estas actuações, o SIS, em vez de estar ao serviço do interesse nacional, passa a actuar como força «policial» ao serviço de uma política governamental de matriz partidária".

Depois de defender a averiguação destas actuações, incluindo através de depoimentos dos responsáveis governamentais dos Serviços, bem como dos cidadãos atingidos, o Grupo Parlamentar do PCP fundamenta a "pertinência jurídica" do Inquérito com base no pressuposto de que face à Constituição e à Lei "nenhum departamento da Administração Central" está excluído do poder de realização de inquéritos parlamentares.

Invocar o segredo de Estado para a não realização do Inquérito, do ponto de vista dos parlamentares comunistas, também não é argumento sólido, uma vez que, salientam, "é questão que só se poderá resolver face a cada depoimento e face a cada pergunta concreta, cabendo às entidades judiciais competentes diminuir eventuais conflitos que a questão suscite, conforme a Lei das Comissões de Inquérito".



As actuações dos SIS têm incidido sobre acções legítimas de grupos sociais, e cidadãos que se opõem a medidas concretas do Governo

Hospital do Patrocínio

PCP propõe audição parlamentar para desbloquear situação

O Grupo Parlamentar do PCP propôs há dias a realização de uma audição parlamentar a todo o processo do Hospital do Patrocínio, em Évora, cuja construção se arrasta há anos, rodeada de forte contro- vérsia.

Os mais recentes desenvolvimentos que envolvem esta unidade hospitalar reportam-se a Setembro último, quando nova polémica veio a público protagonizada pelo Secretariado Nacional da União das Misericórdias e pelo Ministério da Saúde, sem que o processo fosse desbloqueado.

Este episódio ocorreu depois de notícias da imprensa regional divulgadas no início do ano em curso darem como provável a conclusão e inauguração da obra - a última vez que se falara do assunto foi em 1987, em vésperas de eleições legislativas, altura em que as obras foram de novo dinamizadas -, adiantando tais notícias que o Hospital iria servir em parte, "para uma grande clínica privada entregue a uma sociedade anónima de médicos, segurança social e companhias de seguros", sendo outra "para internamento de idosos".

Sucede, porém, como aliás é do conhecimento público por declarações dos próprios responsáveis, que o Hospital Distrital de Évora se debate com necessidades de expansão das suas instalações e de aumento das suas valências.

Neste contexto, como salienta o Grupo

Parlamentar do PCP no texto em que propõe a realização da audição parlamentar, não se compreende que situando-se o Hospital do Patrocínio na vizinhança do Hospital Distrital de Évora (a cerca de 200 metros de distância) "não se faça uma racional gestão dos dinheiros públicos, duplicando-se serviços, equipamentos, lavandarias, refeitórios e outras infra-estruturas sem nenhuma perspectiva de integração", enquanto, em simultâneo, se vão progressivamente degradando as infra-estruturas já construídas.

"A política de saúde e as necessidades de melhorar as condições de prestação de cuidados de saúde às populações - assinala a propósito a formação comunista - não se compadece com a continuada paralisação do projecto do Hospital do Patrocínio e a sua não articulação, no todo ou em parte, com o Hospital Distrital de Évora".

Entre as entidades que deverão ser ouvidas no decorrer da audição parlamentar, com vista ao esclarecimento e desbloqueamento da situação, contam-se várias organizações de âmbito regional, designadamente a Fundação do Patrocínio, os responsáveis do Hospital de Évora, a Câmara Municipal, a Liga Portuguesa Contra o Cancro, a Santa Casa da Misericórdia, a Administração Regional de Saúde, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, e ainda a Ordem dos Médicos e o ministro da Saúde.

Maastricht em vigor Baralhar e dar de novo em jogo viciado

O Tratado de Maastricht está formalmente em vigor desde o passado dia 1 de Novembro, uma data que pode vir a revelar-se premonitória. Dia de todos os santos e também dos defuntos, qual virá a presidir ao futuro do dito? É que se os santos não ajudarem todos, o mais provável é que o Tratado venha a curto prazo ser morto e enterrado. O que só lhe faria bem, de resto.

A cimeira de chefes de Estado e de Governo que assinalou a efeméride na passada sexta-feira, em Bruxelas, discursos de circunstância à parte, não trouxe nada de substancialmente novo. Com um irrealismo político só compreensível à luz dos poderosos interesses do capital a que estão ligados, os líderes dos Doze propõem-se prosseguir na mesma via que tão desastrosos resultados tem dado.

Chega a ser cómico ouvir Jacques Delors afirmar estar disposto a usar toda a sua imaginação para sensibilizar os responsáveis máximos da Comunidade para o "efeito paralisante" que o "desemprego maciço exerce sobre as nossas sociedades", quando se sabe desde já que o 'Livro Branco' da Comissão (a que preside) sobre as formas de relançar a economia, a apresentar em Dezembro, assenta em "soluções" como o trabalho parcial, a flexibilidade salarial e a redução dos custos de mão-de-obra.

Como imaginação, não podia ser mais igual à prática corrente dos últimos tempos.

O presidente da Comissão Europeia, que diz considerar a situação que se vive na Comunidade "inquietante do ponto de vista económico, social, psicológico e político", considera ser possível, com as suas propostas, criar 20 milhões de postos de trabalho (ou a divisão dos actuais empregos por mais trabalhadores, a troco de menos salário?) até final do século, se o crescimento económico anual for superior a três por cento. Uma convicção

no mínimo "inquietante", quando todos os dados apontam para a impossibilidade de tal meta, pelo menos nos próximos dois a três anos.

Como se isto fora pouco, temos ainda de entrar em linha de conta com a prepotência ostensiva da dupla franco-alemã, que uma vez mais fez questão de marcar presença nesta cimeira. À revelia da presidência belga, François Mitterrand e Helmut Kohl impuseram uma "contra-agenda" da cimeira, (mal) disfarçada de mensagem aos seus congéneres europeus. Aí se afirma expressamente que "Maastricht foi ratificado. Nós o aplicaremos"; que a Comissão deve passar a ser mais fortemente controlada pelos Estados-membros; que os critérios de convergência para a terceira fase da União Económica e Monetária são para cumprir; que a reforma institucional da Comunidade não pode continuar a marcar passo. Uma forma bastante clara de deixar claro quem é que toma as decisões que verdadeiramente importam.

Neste contexto, é bastante improvável que as designadas iniciativas sobre "crescimento-competitividade-emprego" venham a ter resultados diversos dos até agora alcançados, ou seja, capazes de inverter a situação de crise. O facto de o orçamento da Comunidade para o próximo ano, aprovado a semana passada pelo PE em primeira leitura, ser unanimemente considerado "insuficiente" para dar resposta à crise económica, é elucidativo.

Perguntar-se-á se existe efectivamente uma alternativa para esta situação. A resposta é afirmativa. A declaração de Joaquim Miranda em Estrasburgo, que publicamos em separado, e a proposta depositada no PE pelos deputados Sérgio Ribeiro, Sylvianne Ainaudi e Vassilis Ephremidis, em nome do grupo Coligação de Esquerda, são exemplo disso.

Mudar de rumo

Tendo em conta e elaboração do "Livro Branco" sobre "crescimento-competitividade-emprego", o grupo Coligação de Esquerda apresentou a semana passada, em Estrasburgo, uma proposta de resolução em que pede que "o emprego seja colocado no centro das prioridades nacionais e comunitárias, com decidido relançamento dos investimentos produtivos, taxação das exportações de capitais e das mais-valias bolsistas, diminuição da duração semanal do trabalho sem diminuição do salário e melhoria nas actividades de formação".

A proposta, que nos seus considerandos analisa a ineficácia das decisões dos Conselhos Europeus de Edimburgo e de Copenhaga para o relançamento da economia e crescimento do desemprego, defende o abandono dos critérios de convergência nominal do acordo de Maastricht, condena as medidas anti-sociais adoptadas, e insiste na concretização de políticas sociais que ataquem o *dumping social*, garantam o respeito pelo adquirido socialmente e assegurem a promoção dos direitos sociais em todos os Estados-membros.

Entre outras medidas, o documento defende medidas de controlo, a nível comunitário, da livre circulação de capitais, e apela para que, na elaboração do referido "Livro Branco", as forças sindicais com implantação nos Estados-membros e comunitariamente tenham efectiva participação.

Cooperação CEE/Europa

O Intergrupo Paz e Desarmamento e a associação "Encontros pela Paz" promovem hoje um encontro com a comunicação social no Parlamento Europeu, em Bruxelas.

A iniciativa, em que participam os eurodeputados Solange Fernex, Sérgio Ribeiro, Alexander Langer e Claude Delcroix, bem como Raymond Coumont e Jean Verstappen, da associação "Encontros pela Paz", destina-se a apresentar o colóquio internacional subordinado ao tema "Relançar a CSCE por uma cooperação CEE/Europa, garantindo uma segurança comum".

O colóquio, marcado para 11 de Novembro nas instalações do PE em Bruxelas, contará com a presença de deputados europeus e nacionais, membros de diversos governos da Europa central e outras personalidades da vida política.

Para os promotores da iniciativa, a crise estrutural económica, os desequilíbrios sociais, as tensões nacionalistas, as guerras civis, os perigos militares prejudicam todas as políticas de segurança e de cooperação europeia. Por isso, defendem que a CSCE pode e deve desempenhar plenamente o seu papel de estrutura responsável e solidária para o relançamento de uma economia ecológica e social, para a redução das tensões militares, a prevenção dos conflitos, a mediação e o desarmamento. Nesta perspectiva, consideram os promotores da iniciativa, a cooperação CEE/países da Europa central pode e deve desempenhar um papel determinante.

Aprender com os erros Declaração de Joaquim Miranda

Segundo a declaração do presidente do Conselho, em 27 de Outubro no Parlamento Europeu, o objectivo essencial do Conselho Europeu de 29 de Outubro é pôr em vigor o Tratado de Maastricht na esperança de criar um impacte psicológico junto da opinião pública para a fazer aderir aos objectivos do Tratado. Mas todos podem constatar que esta Europa, que produz desempregados em cadeia em vez de criar empregos, provoca nas populações um verdadeiro fenómeno de rejeição que se estende mesmo aos países candidatos à adesão. Para os povos, o balanço da construção europeia é negativo: continuação da recessão económica, aumento contínuo do desemprego, agravamento das desigualdades e de fenómenos de exclusão, atentados às conquistas sociais.

Para "reconciliar a construção europeia com as aspirações dos cidadãos", como desejou recentemente Jacques Delors, é preciso mais do que propaganda ou obras de fachada. O Conselho recusa-se a ter em conta tanto os recentes acontecimentos no plano monetário como as reservas expressas pela opinião pública. Persiste na mesma via dando prioridade à continuação do processo de liberalização e à aplicação do Tratado de Maastricht, nomeadamente através da aplicação cada vez mais rígida de critérios de convergência nominal que conduzem a políticas nacionais de rigor e austeridade e que põem em causa a coesão

económica e social.

É urgente aprender com estes erros e tomar decisões para evitar que se atinjam os 30 milhões de desempregados previstos por Jacques Delors em 14 de Outubro, em Bruxelas. Para isso, é primeiro necessário pôr fim à liberalização de capitais que beneficia exclusivamente os especuladores e tomar medidas para orientar os capitais para investimentos produtivos criadores de emprego, nomeadamente através da aplicação de taxas às mais-valias bolsistas, promover uma verdadeira política de crescimento económico e de desenvolvimento de emprego empenhando-se designadamente num processo de diminuição do tempo de trabalho sem redução de salário e abandonando os critérios de convergência nominal.

O grupo Coligação de Esquerda congratula-se pelo ascenso das lutas contra a capitulação no GATT, contra as transferências de produção e o desmantelamento de empresas e serviços públicos, pelo desenvolvimento do emprego e a promoção dos direitos sociais. Elas contribuem para travar a lógica exclusiva da rentabilidade financeira e abrir a perspectiva de uma outra construção europeia separada da concorrência, ancorada em cooperações mutuamente vantajosas, correspondendo às aspirações dos povos e aos interesses da cada país e solidária com os povos dos países em desenvolvimento.

Em defesa dos serviços públicos

Várias dezenas de pessoas participaram no colóquio sobre a "Defesa e promoção dos serviços públicos na Europa", promovido pelos grupos Coligação de Esquerda e Esquerda Unitária, no passado dia 26 de Outubro, em Estrasburgo.

A iniciativa, realizada à margem da sessão plenária do PE, juntou representantes da Comissão Europeia e das administrações públicas, especialistas, parlamentares europeus e responsáveis sin-

dicais das federações da energia, dos Correios, das telecomunicações, dos caminhos-de-ferro, da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda e Portugal.

O PCP fez-se representar pelos camaradas Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, Fernando Marques, técnico da CGTP-IN e Luísa Ramos, sindicalista da TAP.

Na abertura do colóquio, co-presidido pelo eurodeputado comunista Joaquim Miranda e René Piquet (do PCF), Jerónimo de Sousa fez uma intervenção em que destacou as condições objectivas do surgimento e da história do Sector Empresarial do Estado (SEE), inseparáveis, no caso português, do processo transformador da revolução de Abril.

Sublinhando que a actual ofensiva contra o sector público empresarial visa fundamentalmente a restauração da capital monopolista, Jerónimo de Sousa fez notar que se assiste à penetração e comando tentacular das multinacionais, enquanto a destruição do aparelho produtivo e a tentativa de privatização das empresas prestadoras de serviços públicos conduzem a despedimentos massivos, a par da ofensiva contra direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Na sua intervenção, Jerónimo de Sousa afirmou ainda que o desmembramento e a entrega do melhor património público empresarial ao grande capital põe em risco o desenvolvimento económico de Portugal e terá como consequência uma economia periférica e apendicular. A defesa do SEE, a

sua dinamização e mutação estrutural, considerou, é inseparável da defesa dos direitos dos trabalhadores e dos próprios utentes, e pode constituir um núcleo decisivo para responder aos problemas resultantes da internacionalização da economia com salvaguarda da soberania e da independência nacionais.

A camarada Luísa Ramos, por seu turno, referiu as responsabilidades do executivo de Cavaco Silva, que nas instituições comunitárias secundou e subscreveu a liberalização das tarifas e protagoniza a destruição da TAP como empresa de interesse nacional.

Luísa Ramos sublinhou ainda os traços comuns da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores na Air France e na TAP, salientando a necessidade de lutar contra os despedimentos e a perda de direitos em cada empresa.

Diversas intervenções puseram a tónica no interesse dos serviços públicos: correspondem a um imperativo de solidariedade nacional assegurando a igualdade de acesso e de tratamento dos utentes, dão garantias de continuidade, segurança e qualidade na prestação de serviços aos cidadãos. Para os participantes no colóquio, as empresas públicas podem desempenhar um papel importante na concretização dos objectivos comunitários, contribuir para o estabelecimento de infra-estruturas de desenvolvimento nos países do «terceiro mundo», influenciar as políticas industriais e o desenvolvimento económico dos países de Leste.

Eurodeputados na Costa Vicentina

Os eurodeputados do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda e Barata Moura, deslocam-se no próximo dia 8, em visita de trabalho, à Área de Paisagem Protegida Costa Vicentina.

A iniciativa começa de manhã com uma reunião com os presidentes das Câmaras Municipais da Área (Aljezur, Vila do Bispo, Odemira e Sines), em Aljezur, e prossegue da parte

da tarde com reuniões com a Associação de Moradores do Vale da Telha, com o director da Área de Paisagem Protegida e com a associação "SOS Costa Vicentina". Após um jantar-encontro com a comunicação social, os eurodeputados comunistas participam numa sessão pública, em Aljezur, subordinada ao tema "O futuro da Área de Paisagem Protegida Costa Vicentina".

INTERNACIONAL

Álvaro Cunhal visitou Cuba Firme determinação para vencer grandes dificuldades

A convite do Comité Central do Partido Comunista de Cuba, Álvaro Cunhal visitou Cuba de 24 a 29 de Outubro, onde manteve um encontro com Fidel Castro, em que foi expressa a solidariedade do PCP ao povo e aos comunistas cubanos na sua luta para resolver os problemas económicos resultantes da manutenção do bloqueio económico imposto pelos Estados Unidos da América ao país. Álvaro Cunhal teve também encontros com outros membros do Bureau Político do PCC, do Governo e da Assembleia cubanos, tendo visitado zonas agrícolas, instalações turísticas, centros de investigação, etc. (ver caixa). A chegada a Lisboa, no aeroporto da Portela, o «Avante!» entrevistou o camarada Álvaro Cunhal sobre os resultados desta sua viagem.

Que impressões, genericamente, recolheste desta viagem a Cuba?

As impressões são muitas, naturalmente, mas gostaria de começar por sublinhar a que diz respeito às grandes dificuldades que Cuba e o povo cubano atravessam, em virtude das consequências do bloqueio económico e também daquilo a que alguns chamam um «segundo bloqueio», ao falar da desagregação da União Soviética e dos países do Leste Europeu que privou Cuba de apoios decisivos para o seu desenvolvimento.

Quanto ao bloqueio, ditado fundamentalmente pelos Estados Unidos, ele priva Cuba de produtos essenciais para a sua vida económica e para o bem-estar da sua população. É o caso do petróleo - questão maior - pois os abastecimentos que os cubanos conseguem são muito reduzidos em relação com o anterior consumo e muito inferiores em relação ao necessário para as necessidades do País.

Esta situação tem reflexos, como é visível, em todos os aspectos da vida nacional, seja na indústria, seja na agricultura, seja nos transportes. Para quem não faça uma visita muito demorada é especialmente notório o que se passa com os transportes: centenas de milhares de bicicletas para o transporte individual e carência de transportes colectivos. Uma solução que, de qualquer maneira, não resolve o problema do transporte de milhões de pessoas...

Essa imagem de «milhares a andar de bicicleta» será, para quem lá chega, o facto com maior impacto, o resultado mais visível do bloqueio?

De grande impacto é também a grave situação respeitante a matérias-primas e produtos alimentares, provocada pelo bloqueio: a produção não é suficiente para um auto-abastecimento e a falta de importações priva o povo de muitos artigos essenciais. Por isso, há racionamento...

São dificuldades reais que o povo cubano atravessa e porque são fundamentalmente determinadas pelo bloqueio, indicam a todos os

amigos de Cuba razões para que lutem para que termine com essa situação, que fere elementares princípios do Direito Internacional e que atinge as raízes de um crime contra um povo inteiro.

Determinação

E como é que o povo cubano tem reagido a esta situação?

Essa é outra impressão recolhida nesta estadia em Cuba e que gostaria de sublinhar com particular ênfase: é a firme determinação dos dirigentes cubanos, do Partido Comunista de Cuba e - posso dizê-lo por aquilo que se respira e sente - do povo cubano em vencer as dificuldades actuais, superar a crise provocada pelos elementos que referi e conseguir ultrapassar a situação, defendendo as conquistas da sua Revolução, mantendo a sua independência nacional e a sua opção por uma sociedade socialista. Essa determinação é muito forte, muito visível, como constatei em todos os contactos que tive.

De entre esses contactos que tiveste, teve especial relevância o encontro com Fidel Castro...

O encontro com Fidel Castro foi, naturalmente, o momento mais alto dos encontros que tive. Mas realizei também encontros com outros dirigentes com grandes responsabilidades no Partido e Estado: o presidente da Assembleia Popular, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e outros.

Com Fidel Castro, como aliás com os outros dirigentes cubanos, foram abordadas com particular atenção as questões da situação em Cuba e as soluções que encaram e estão em marcha para vencer as dificuldades e questões da solidariedade internacional e internacionalista que os povos devem a Cuba, porque a luta do povo cubano é de alto valor para a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Foram também abordadas questões fundamentais sobre a situação internacional, além da troca de experiências dos dois partidos.

As relações entre o PCP e o partido cubano são boas?

São mesmo muito boas. Há uma grande proximidade de pontos de vista em relação à maneira como vemos o mundo, à interpretação das dificuldades existentes e à sua natureza, à forma como vemos os principais acontecimentos e à determinação empenhada na luta e à confiança no futuro.

Daí a possibilidade que existe e a realidade que a concretiza, das relações muito fraternais de cooperação entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Cuba.

Já deste algumas indicações sobre algumas das formas encontradas em Cuba para ultrapassar alguns dos problemas resultantes da manutenção do bloqueio económico - a solução de transporte individual em bicicleta, por exemplo - mas gostaríamos de saber se nesta visita te foi possível obter uma ideia mais precisa sobre como se reflecte o bloqueio económico na vida quotidiana do povo cubano e como se estão a ultrapassar as suas actuais dificuldades.

Vou dar alguns exemplos. Havendo em relação à energia uma drástica redução do abastecimento de petróleo, que era a origem fundamental da energia consumida na sociedade cubana, existe em consequência um conjunto de medidas de restrição de consumo. E são medidas severas: na indústria, também na agricultura, como é o caso da utilização de tractores que são prioritariamente usados para lavar a terra mas que, juntamente com as outras máquinas agrícolas, são deixados de lado em operações secundárias. Utilizam-se, de novo, a tracção animal, processos mais atrasados de cultivo e de intervenção da mão-de-obra multiplicada com a utilização de instrumentos mais rudimentares para substituírem as máquinas.

Energia humana

Isto dá prova de uma grande energia e de uma grande capacidade e dedicação dos trabalhadores e dos agricultores, capazes de voltar a processos de produção mais atrasados para resolver problemas que já estavam habituados a ultrapassar com o uso da mecanização e outros factores de produção, essenciais numa agricultura moderna...

Não há abandono dos campos?

Na cooperativa agrícola que visitei, por exemplo, conseguiram, no que diz respeito à produção de hortíco-

las, resultados superiores a anos anteriores.

Para poupança de energia são usados os chamados «apagões», como eles lhes chamam. O «apagão» é o corte de fornecimento de electricidade para iluminação pública em determinadas zonas, conforme um calendário pré-estabelecido. Isso cria grandes e graves privações à população. Agora está melhor, mas a informação que recebi é que se chegava a estar durante muitas horas do dia - e pior, de noite - sem energia, também no que diz respeito aos alimentos, os cubanos são obrigados ao racionamento...

Será no entanto necessário dizer que, em relação a outras carências, se procura - e com êxito, como posso afirmá-lo através da informação que recebi - conseguir que o bloqueio não seja total. Há um número crescente de entidades, incluindo empresários de vários países, que se manifestam interessados em desenvolver as relações com Cuba, para exportação de mercadorias, para investimentos - sobretudo na área do turismo - e para outros negócios que permitem que o bloqueio não prive o povo cubano de meios essenciais...

E alguns desses empresários serão, eventualmente, de países apoiantes do bloqueio?

Sim. Na altura em que eu lá estava foi anunciado que vários iates norte-americanos, carregados de mercadorias, tinham chegado a Cuba, furando o bloqueio dos Estados Unidos. Também foi noticiado que, voltando esses cidadãos aos Estados Unidos, tinham sofrido represálias.

Mesmo em relação a turistas norte-americanos que estiverem em Cuba, essas represálias acontecem: um grupo de 250 turistas, segundo a informação que me deram, quando voltou aos Estados Unidos, viu os passaportes apreendidos e recebeu ameaças das autoridades.

Maiores apoios contra o bloqueio

Vários estados latino-americanos têm uma evolução positiva da sua posição em relação a Cuba, pronunciam-se contra o bloqueio, e - segundo informações dadas por responsáveis cubanos com quem falei e do que pude saber da leitura de materiais que tive ocasião de consultar - amplia-se no mundo o campo de influência diplomática, social e política que está contra o bloqueio. Por isso aumentam os apoios à posição cubana de pôr termo ao bloqueio e de respeitar a sua opção política

do povo cubano; estão constantemente a dizê-lo: «a nossa prioridade é a defesa das conquistas da Revolução Cubana».

Para adquirirem divisas, é promovido o turismo e em visita a instalações hoteleiras das praias do Leste, pude verificar que os hotéis estão a funcionar com o abastecimento necessário, cheios de turistas, sobretudo do norte da Europa e alemães.

No campo científico e de investigação, e, particularmente, de investigação médica, tive oportunidade de visitar um instituto notável, o Centro de Recuperação Neurológica, de alto nível mundial, onde fui recebido pelos directores clínicos e visitei os serviços e me disseram que, apesar de estarem a sofrer as consequências do bloqueio no que diz respeito ao fornecimento de determinada aparelhagem ou material, mantêm-se as relações internacionais com muitos países, sem que o bloqueio se faça sentir muito.

Falta de papel para livros e jornais

Já nos artistas, escritores e jornalistas, por exemplo, faz-se sentir muito a carência de papel e outros materiais. Os números que me deram sobre o número de obras agora publicadas - algumas escassas centenas, contra os muito milhares de títulos anteriormente publicados - são um exemplo disso. Os jornais estão reduzidos a parcas e pequenas páginas. Os escritores não têm papel suficiente para publicar as suas obras. Os fotógrafos e cineastas têm falta de película e de outros materiais. Não há importação de tintas para os pintores. Privações directas que limitam as possibilidades de expressão artística.

Entretanto, aparecem também recursos, e recursos extraordinários, de imaginação, de criatividade, a demonstrar como a actividade artística constitui também um importante elemento da Revolução Cubana.

Múltiplos encontros e contactos

Durante a sua visita a Cuba, Álvaro Cunhal teve um encontro com Fidel Castro, no qual se efectuou uma troca de opiniões sobre a situação internacional e sua evolução, a situação nos respectivos países e a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo. A complexa situação criada pelo bloqueio a Cuba imposto pelo imperialismo norte-americano mereceu particular atenção. Álvaro Cunhal expressou a firme solidariedade do PCP ao povo e aos comunistas cubanos na sua luta heróica para vencer os gravíssimos problemas económicos que actualmente defrontam e assegurar, segundo a sua opção, vontade e determinação, a defesa das conquistas do socialismo e a independência nacional.

Álvaro Cunhal teve também encontros com outros membros do Bureau Político do PCC: Ricardo Alarcón, Presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular, Pedro Ross, Secretário-geral da Central dos Trabalhadores de Cuba, Roberto Rubaine, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abel Prieto, da União Nacional dos Escritores e Artistas, e José Balaguer, assim como com Vilma Espin, Presidente da Federação das Mulheres Cubanas, e Sérgio Corrieri, Presidente do Instituto de Amizade com os Povos. No Centro de Estudos Europeus realizou-se um encontro e ampla troca de opiniões com a Direcção e um colectivo de especialistas. Foram realizadas visitas a zonas de desenvolvimento agrícola na Província de Havana onde teve lugar um encontro com o Comité Municipal do PCC de Guira de Melena e com a Direcção da Cooperativa Niceto Perez; a instalações turísticas das Praias do Leste, onde teve lugar um encontro com responsáveis do turismo; ao Centro Internacional de Restauração Neurológica de Havana com encontro com dirigentes clínicos e visita às instalações e ao Centro Histórico de Havana, património mundial.

No último dia da visita, Álvaro Cunhal realizou uma conferência de imprensa com jornalistas cubanos e estrangeiros e deu uma pequena entrevista ao jornal «Granma Internacional».

A visita permitiu uma profunda e diversificada troca de opiniões e um conhecimento directo da situação e dos gravíssimos problemas económicos criados a Cuba pelo bloqueio e pela derrocada da URSS e dos países do leste da Europa. Foi tema constante dos encontros a necessidade e a urgência do desenvolvimento da solidariedade a Cuba e vontade expressa do desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o PCP e o PC de Cuba, entre o povo português e o povo cubano.

Governo quer novo pacote laboral até ao fim do ano



Ao contrário do que o Governo procura fazer crer, não é apenas o valor das actualizações salariais que está em causa no «acordo social». Parte fundamental do texto apresentado pelo Governo visa a imposição de um novo «pacote laboral» que prevê alterações à lei dos contratos a prazo, polivalência de funções, flexibilização de horários, passagem de trabalhadores de tempo inteiro a tempo parcial, o aceleramento das declarações de falência e o incentivo aos despedimentos, pondo em causa direitos consagrados nos contratos colectivos.

O Governo procura fazer crer que aquilo a que chama de «contenção salarial» mas que é indiscutivelmente uma significativa redução dos salários reais seria a contrapartida necessária e indispensável para a defesa dos postos de trabalho e chega mesmo ao ponto vergonhoso de tentar responsabilizar as organizações sindicais pelo aumento do desemprego, caso não se sujeitem à ditadura da vontade e dos objectivos governamentais. A verdade porém é que esta linha de argumentação

governamental é completamente hipócrita e demagógica não só porque o Governo não dá mostras de qualquer vontade de rectificar as opções de política económica e social que estão na origem do crescente desemprego como também porque o acordo social que propõe, para além de palavreado abstracto e declarações de piedosas intenções, o que realmente contém são orientações e medidas apostadas em acentuar os despedimentos, a instabilidade e a insegurança no emprego. Fica assim claro a armadilha em que o Governo deseja que os trabalhadores e as organizações sindicais caísem: em nome de vagas promessas de futura defesa do emprego os trabalhadores deveriam aceitar concretas e imediatas reduções de salários e extensas perdas de direitos, com a consequência de, quando mais à frente verificassem que continuavam a perder os postos de trabalho, já ser tarde de mais. O Governo, com a reprovável cumplicidade da UGT, procura fazer crer que as dificuldades de celebração de um «acordo social» derivariam meramente de divergências quanto ao valor das actualizações salariais, escamoteando sistematicamente que

parte fundamental do acordo é a imposição de um novo «pacote laboral» que o Governo pretende aprovar até ao final do ano. Este novo «pacote laboral» prevê, entre outros aspectos negativos, gravosas alterações à lei dos contratos a prazo, a imposição da polivalência de funções o que atinge o princípio da carreira profissional, maior flexibilização do horário de trabalho aumentando para seis meses o cômputo da duração média semanal, liberaliza a passagem de trabalhadores de tempo inteiro a tempo parcial, promove o aceleramento das declarações de falência, intensifica o saque à segurança social na forma de incentivo aos despedimentos e põe em causa direitos consagrados nos contratos colectivos. De salientar ainda que o acordo proposto pelo Governo é omissivo em relação aos aumentos dos trabalhadores da Função Pública, prevê aumentos inferiores aos 4% para empresas declaradas em situação difícil, sendo entretanto particularmente generoso em vultuosos benefícios fiscais e outros para o patronato.

A mentira sobre os benefícios da actualização dos escalões do IRS

Um estudo do PCP, divulgado a semana passada, mostra que poucos ou nenhuns serão os benefícios obtidos pela grande maioria dos trabalhadores através da actualização dos escalões do IRS em 8 por cento.

O Governo procura fazer crer (e responsáveis da UGT também têm procurado dar credibilidade a essa afirmação) que a redução dos salários que pretende impor seria compensada pelo facto de a actualização dos escalões do IRS em 8% representar para a generalidade dos trabalhadores um acréscimo de 1% no seu rendimento disponível.

É uma rematada mentira que só por si demonstra a desonestidade, a falta de escrúpulos e a má fé do Governo.

A verdade é que, feitas as contas como deve ser, se verifica que em 1994 ninguém pagará menos de IRS, que, com essa actualização dos escalões de 8% em vez da habitual actualização pela taxa de inflação prevista, ninguém beneficiará em 1% e a grande maioria dos trabalhadores não beneficiará nada.

A verdade é que (ver quadro ao lado) os casais com rendimentos mensais entre 96 e 190 contos não beneficiarão nem um tostão, os entre 200 e 285 beneficiarão 0,2%, os entre 290

e 355 beneficiarão 0,1% e só os entre 360 e 410 é que beneficiarão 0,4% e os entre os 415 e os 615 contos beneficiarão de 0,3%.

Para se perceber a insignificância de um benefício de 0,2% para um segmento de rendimentos basta lembrar que uma tal percentagem corresponde a 5400\$00 o que representa por exemplo uma muito pequena parte dos acrescidos encargos (50%) que, em 1993, as famílias passaram a suportar com o custo dos medicamentos, em resultado da diminuição da comparticipação do Estado de 80% para 70%.

Piores pensões, maiores descontos, menos Segurancça Social

O PCP veio a semana passada a público alertar os portugueses para as gravosas alterações legislativas na área da Segurança Social bem como para a proposta de Orçamento de Estado que revela «o claro propósito de prosseguimento da política de prestações sociais de miséria». O texto que aqui publicamos foi apresentado aos jornalistas por Edgar Correia, membro da Comissão Política, Manuel Ramos, dirigente sindical e membro das Comissão Nacional para as Questões de Segurança Social do PCP, e Rosa Saúde Coelho, dirigente sindical e membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP.

O pacote legislativo relativo à Segurança Social, aprovado pelo Governo do PSD pela calada, em pleno mês de Julho e publicado no Diário da República no final de Setembro, e a proposta de Orçamento de Estado para 1994 relativo a este sector constituem assuntos para os quais importa chamar vivamente a atenção do País. Desde logo porque se trata de uma matéria com implicações muito profundas na generalidade da população portuguesa. Depois porque o Governo avançou com medidas legislativas numa área social extremamente sensível, sem qualquer debate público prévio, sem ouvir as organizações representativas dos trabalhadores, e sem submeter as suas propostas à Assembleia da República. Porque, a par da adopção de algumas medidas pontuais que há muito se impunham, o pacote legislativo do Governo introduz profundas alterações nas prestações da Segurança Social e novas disposições que representam um atentado muito grave contra a população trabalhadora. E por último porque a proposta de Orçamento do Estado no domínio da Segurança Social revela o claro propósito de prosseguimento da política de prestações sociais de miséria, de esgotamento e descapitalização do sistema público de Segurança Social, a par do fomento de sistemas privados alternativos para quem possa, naturalmente, custea-los.

O Governo tenta justificar a sua política e em particular o pacote legislativo relativo à Segurança Social com a necessidade de aperfeiçoamento do sistema e de resolução dos graves desequilíbrios financeiros que actualmente o atingem. Mas o Governo não está interessado em ver analisados e debatidos de forma pública e transparente os problemas existentes e a política que tem levado a cabo no sector da Segurança Social. Nem quer, também, ser confrontado com as suas pesadas responsabilidades na má gestão de um sistema que constitui o mais importante património social dos trabalhadores portugueses. É urgente, pois, chamar o Governo a prestar contas ao País pela situação de degradação a que conduziu o sistema.

Os factos aí estão: a acumulação de mais de 750 milhões de contos de dívidas do Estado à Segurança Social referentes aos regimes não contributivos ou fracamente contributivos, à acção social e a despesas de administração; a extrema permissividade oficial face ao enorme volume de evasão das contribuições e ao elevadíssimo montante das dívidas do patronato - cerca de 300 milhões de contos; e o indevido desvio de uma parte significativa dos recursos da Segurança Social para o financiamento de duvidosas políticas de emprego e de formação profissional.

Quando o Governo invoca a chamada crise do Estado Providência nos países mais desenvolvidos como inspiradora inelutável de uma política de retrocesso social em Portugal, omite deliberadamente quaisquer referências à enorme distância existente entre esses países e Portugal no nível das prestações sociais e na segurança social globalmente assegurada. E escamoteia o facto doloroso do nosso país, no quadro da Comunidade Europeia, ser aquele que proporcionalmente e de longe apresenta menores despesas correntes de protecção social, como se pode observar através da percentagem do Produto Interno Bruto - PIB - a preços do mercado que é consagrada a essas despesas, e também da parte das prestações sociais na estrutura das despesas públicas nos 12 países da CEE.

Dos recentes diplomas que integram o conjunto do pacote legislativo do Governo e que o PCP, através do seu Grupo Parlamentar, decidiu chamar à ratificação da Assembleia da República assumem particular gravidade aspectos constantes dos seguintes Decretos-Leis: nº 329/93 que altera profundamente o regime de pensões de velhice e de invalidez; nº 328/93 que modifica o regime geral de Segurança Social dos trabalhadores independentes; nº 326/93 que procede à desagregação da taxa contributiva do regime geral; nº 260/93 que reorganiza os centros regionais de Segurança Social; e nº 286/93 que retira importantes direitos aos novos trabalhadores da administração pública.

Piores pensões

No que respeita ao regime de pensões de reforma e de invalidez aplicável aos novos pensionistas a partir de 1 de Janeiro próximo, e que interessa portanto a todos os trabalhadores actualmente no activo, são muito graves as alterações introduzidas pelo Governo. Sete pontos são, em particular, de sublinhar:

1º - Cada trabalhador, para completar a sua pensão, terá que trabalhar e que descontar para a Segurança Social mais três anos durante a sua vida, a que acresce o não recebimento das pensões durante igual período.

2º - As mulheres vêem, além disso, elevada a idade da reforma dos 62 para os 65 anos.

3º - O montante das novas pensões, a partir de 1 de Janeiro próximo, vai ser reduzido em relação ao valor das actuais, com a alteração da forma de cálculo.

4º - Não há quaisquer garantias que a actualização dos valores das prestações vá ter lugar todos os anos e que os seus montantes sejam definidos por critérios objectivos.

5º - O cálculo da pensão mínima vai ser ainda mais desfavorável que o regime actual e deixa de haver uma pensão mínima nacional de valor igual para todos os futuros pensionistas.

6º - É aumentado de 10 para 15 anos o período mínimo de contribuições para a obtenção de uma pensão de velhice.

7º - E como está estabelecido que a revalorização da base de cálculo para a determinação da remuneração de referência só terá lugar nos próximos seis anos, isso significa que o Governo programou para reduzir nessa altura e ainda muito mais o montante das pensões.

No que respeita aos trabalhadores da Administração Pública admitidos desde 1 de Setembro, eles são duplamente penalizados: porque deixam de estar abrangidos pelo regime específico e porque vêem ao mesmo tempo substancialmente diminuído o regime geral da Segurança Social.

Dificuldades para os independentes

Quanto às extensas modificações introduzidas no regime geral dos trabalhadores independentes elas não vão permitir, só por si, a eliminação de distorções e de abusos que se têm verificado neste sistema, como o Governo pretende fazer crer. Além disso importa chamar vivamente a atenção para o facto dos trabalhadores independentes que auferem mais baixos rendimentos irem ser fortemente prejudicados.

Na realidade as prestações de doação (subsídios de doença e de tuberculose), assim como a protecção à infância e juventude e à família (abono de família e prestações complementares) passarão apenas a abranger aqueles que paguem individualmente taxas contributivas de 32%, o que é obviamente muito injusto em termos sociais.

Mas o que é particularmente grave no sistema aprovado pelo Governo é que ele vai passar a abranger os numerosíssimos casos de falsos independentes, trabalhadores assalariados a quem as entidades patronais coagem a inscreverem-se como «independentes» com recibo verde como forma de escaparem às suas obrigações legais, nomeadamente para com a Segurança Social. Estes trabalhadores a recibo verde, segundo prevê o novo diploma, vão ser obrigados a descontar do seu bolso ou 25,4% (no esquema obrigatório) ou 32% (no esquema alargado), quando não deveriam na realidade pagar mais do que os

11% como trabalhadores por conta de outrem que efectivamente são.

Não é difícil imaginar as gravíssimas consequências sociais desta política, em relação a muitos trabalhadores com emprego precário, para mais no quadro de crise que o país atravessa: dispendiosa e desemprego em muitos casos, redução brutal das remunerações líquidas auferidas e «trabalho escravo» em muitos outros.

A desagregação da taxa social única

No que respeita à desagregação da taxa global de contribuições (35,5%) segundo as várias eventualidades abrangidas no regime geral (velhice e invalidez, doença e doença profissional, maternidade, encargos familiares, desemprego e morte), ela constitui uma medida técnica que pode contribuir para o aperfeiçoamento da protecção garantida em cada uma das eventualidades.

Entretanto, no diploma legal publicado pelo Governo essa desagregação é feita de modo a desviar 7,90% da taxa social única, quase um quarto do total, para custear o regime dos beneficiários não contributivos e dos baixamente contributivos, que incumbem inteiramente ao Estado financeiro, e também para suportar encargos com a promoção do emprego, a formação profissional e a reabilitação profissional.

Não é aceitável que sejam os contribuintes da Segurança Social, com destaque para os trabalhadores por conta de outrem, a suportar responsabilidades que incumbem legalmente ao Governo no domínio social e que para esse fim cobra os impostos e tem a responsabilidade pela administração das despesas públicas.

Populações mais distantes

A nova estrutura orgânica aprovada para os Centros Regionais de Segurança Social altera profundamente e de forma globalmente desfavorável o modelo de organização administrativa e de funcionamento da Segurança Social.

São de destacar algumas notas críticas a essa estrutura: - a diminuição de 18 para 5 do número de Centros Regionais da Segurança Social/CRSS, que deixam de ter âmbito distrital para passarem a assumir um âmbito pluridistrital, além de contribuir para o agravamento das assimetrias regionais e de lançar centenas de trabalhadores numa situação de instabilidade e de desemprego, estrangula os serviços e afasta as instituições de Segurança Social de uma relação mais próxima com as populações;

Orçamento de Estado para 1994 Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

Níveis de rendimento familiar (*) em contos		Imposto a pagar em contos			Benefício com a actualização dos escalões em 8% (diferença A-B)	
		1993	1994 (A) com a normal actualização dos escalões segundo a inflação prevista pelo Governo (5%)	1994 (B) com a actualização dos escalões em 8%	Em escudos	Em percentagem do rendimento líquido do IRS
Mensal	Anual	Mensal	Anual			
96	1344	99,8	137,8	0,6	0,9	0,9
110	1540	114,4	1601,6	30,0	31,5	31,5
130	1820	135,2	1892,8	72,0	75,2	75,2
150	2100	156,0	2184,0	114,0	118,9	118,9
170	2380	176,8	2475,2	156,0	162,6	162,6
190	2660	197,6	2766,4	198,0	206,2	206,2
195	2730	202,8	2839,2	215,5	222,7	217,3
220	3080	228,8	3203,2	303,0	313,0	308,3
250	3500	260,0	3640,0	408,0	422,9	417,5
265	3710	275,6	3858,4	460,5	477,5	472,1
285	3990	296,4	4149,6	530,5	550,3	544,9
320	4480	332,8	4659,2	653,0	677,7	672,3
355	4970	369,2	5168,8	776,5	805,1	799,7
360	5040	374,4	5241,6	801,0	827,5	817,9
365	5110	379,6	5314,4	825,5	853,0	836,1
390	5460	405,6	5678,4	948,0	980,4	963,2
410	5740	426,4	5969,6	1046,0	1082,3	1065,1
415	5810	431,6	6042,4	1070,5	1107,8	1090,6
615	8610	639,6	8954,4	2014,1	2089,1	2071,9
620	8680	644,8	9027,2	2036,0	2111,9	2094,7
855	11970	889,2	12438,8	3079,3	3191,8	3166,6

(*) NOTAS:

- Para cálculo do imposto a pagar, consideram-se os contribuintes como casados, dois titulares, com um filho e com abatimentos e deduções garantidos.
- Rendimentos para 1994 calculados com actualização de 4% (base do Governo).
- 1994 (A): actualização normal dos escalões ao nível da inflação prevista pelo Governo (5%).
- 1994 (B): actualização dos escalões a 8%.

Segurancça Social

- a governamentalização dos órgãos de gestão do sistema surge ainda mais acentuada e são restringidas as possibilidades de participação das organizações sociais, nomeadamente através dos Conselhos Regionais dos CRSS;

- e o exercício do direito à informação por parte dos beneficiários da Segurança Social fica na prática mais dificultado.

Orçamento para 1994

Em relação à proposta de Orçamento do Estado para 1994, que o Governo entregou há poucos dias na Assembleia da República e que inclui dados relativos à execução orçamental de 1993 e às transferências previstas no próximo ano para o Orçamento da Segurança Social, impõem-se desde já algumas observações. • As transferências que o Governo propõe em 1994 para o Orçamento da Segurança Social continuam a situar-se muito abaixo do nível indispensável ao cumprimento das obrigações legais do Estado no que respeita ao financiamento directo dos regimes não contributivos, reduzidamente contributivos, do complemento social das pensões e da acção social.

Os primeiros cálculos efectuados mostram que é superior a 200 milhões de contos o défice na transferência do Governo para o Orçamento da Segurança Social para 1994.

Este défice, além de representar o incumprimento dos deveres e promessas oficiais, irá inevitavelmente agravar de forma dramática o precário equilíbrio financeiro e ameaçar a própria estabilidade do sistema, num período em que se regista no nosso país um rápido agravamento da situação social e em particular do desemprego. E permite prever, com toda a certeza, que o Governo não demorará a invocar novas e acrescidas dificuldades financeiras no sistema, afinal por si provocadas, para tentar impor como «inevitáveis» novos passos no sentido da destruição do sistema público da Segurança Social, e sua substituição por mecanismos de natureza meramente caritativa e residual.

• Além disso, as contas apresentadas em relação a 1993 mostram que se regista este ano um novo e acentuado aumento das dívidas de contribuições à Segurança Social. A única intervenção conhecida do Governo nesta matéria consiste num nebuloso projecto de «venda», a um banco público - o BNU - de parte dessas vultosas dívidas (40 milhões de contos).

• O Governo propõe também para 1994 a redução das despesas com o abono de família, e também com o subsídio de doença, o que indicia a progressiva desprotecção nestes domínios.

• Quanto à actualização das pensões, cujos montantes ainda não foram divulgados, o que se observa na proposta do Orça-

mento não é nada tranquilizante. Na realidade é utilizada pela primeira vez a inflação esperada no ano seguinte (menor, obviamente, nas «previsões» oficiais) em relação à inflação efectivamente verificada durante o presente ano. Por outras palavras: o que está em cima da mesa é a redução do valor real, já reconhecidamente muito baixo e até de miséria, da grande maioria das pensões.

Intervir e lutar

A «incumbência do Estado de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de Segurança Social» que proteja «os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho» constitui o pilar em que a nossa Constituição sustenta o direito dos portugueses à Segurança Social.

Mas para além do terreno imperativo dos direitos fundamentais e da sua consagração constitucional e legal, é necessário sublinhar que a Segurança Social constitui também uma realidade erguida pelas contribuições e sacrifícios de várias gerações de trabalhadores portugueses e o seu mais importante património social.

Por isso, constituem tarefas maiores com que os trabalhadores e a sociedade portuguesa estão permanentemente confrontados a defesa do direito à Segurança Social e do seu património; a oposição ao individualismo e ao salve-se quem puder, contrapondo-lhes o valor profundamente humano e justo da solidariedade e, em particular, da solidariedade entre as gerações; e a elevação da consciência social neste domínio.

Pela parte do PCP, não serão poupados esforços e contributos para a defesa do sistema público de Segurança Social e para a elaboração de orientações ajustadas aos problemas e transformações que reconhecidamente ele hoje enfrenta.

Assumimos por isso uma linha de resistência activa e de mobilização social contra a política de menos Segurança Social que vem sendo conduzida pelo Governo do PSD.

Valorizámos o reforço da participação das organizações representativas dos trabalhadores e dos demais beneficiários, em que é justo destacar o crescente papel e intervenção do Movimento Sindical.

Estamos empenhados no reforço da intervenção do PCP nesta importantíssima área, através da sua Comissão Nacional para as Questões da Segurança Social e da intervenção política directa de todo o Partido, a nível de massas e das instituições democráticas, no sentido do aperfeiçoamento, da actualização e do próprio reforço do sistema.

Falar das eleições autárquicas

Em matéria de eleições autárquicas, o tempo ainda não é de balanço. Mas os factos tornam já oportuna a reflexão acerca de alguns aspectos relativos ao clima pré-eleitoral. Escolhemos como tema as características das listas e alguns aspectos do debate político pré-eleitoral. Os comportamentos e as intervenções, antigas e recentes, de alguns partidos tornariam oportuno abordar ou regressar a outras questões tais como o novo e escandaloso corte de verbas a que o PSD pretende sujeitar as autarquias ou a adulteração da forma de eleição das câmaras que o PS insiste em querer impor, de modo a afastar os eleitores da escolha dos executivos municipais e liquidar a pluralidade de representação política no seu seio, etc. O tempo, porém, é de eleições. Falemos, por isso, de eleições.

As listas

Durante anos, vários partidos políticos colocaram como questão importante e imediata a participação de independentes nas eleições autárquicas. O problema será, naturalmente, apreciado na próxima revisão constitucional. Mas é importante referir, entretanto e desde já, a grande abertura das listas da CDU. Números como 53,1% de independentes entre os candidatos da CDU nos municípios do distrito de Beja, 39,4% nos municípios do distrito de Évora ou 51% nos municípios do distrito de Portalegre, por exemplo, são elucidativos dessa abertura. Nas freguesias, os índices de participação são ainda maiores. O isolamento político que se pretendeu atribuir ao PCP fica, assim, desmentido de uma forma indiscutível.

Refira-se também o facto de, apesar das insuficiências que permanecem, a CDU ter registado um significativo avanço e ser a força melhor colocada em matéria de participação de mulheres: 31 mulheres cabeças de lista em municípios, enquanto o PS tem apenas 7, o PSD apenas 8 e o CDS tem 25 (ver suplemento do Diário de Notícias de 21.10.93). Nas listas de câmaras e assembleias municipais da CDU a participação feminina é de 24,8% na área metropolitana de Lisboa, 16,5% na área metropolitana do Porto, 25,4% no distrito de Setúbal e 22,6% no distrito de Beja. A CDU é também a força política que mais mulheres tem entre os candidatos a presidentes de câmaras nos municípios em que é maioritária actualmente: tem três, enquanto o PS tem uma, o PSD uma e o CDS nenhuma.

Tem igualmente interesse considerar os elevados índices de renovação: ainda nas listas municipais, verifica-se que existem 77% de candidatos pela primeira vez nos municípios de maioria CDU, 62% na área metropolitana de Lisboa, 57,9% na área metropolitana do Porto, 66,8% no distrito de Setúbal, 54,4% no distrito de Beja. Quanto aos candidatos a presidentes de câmaras em municípios de maioria CDU, a percentagem dos que o são pela primeira vez é de 26%.

Independentemente dos números, um aspecto qualitativo importa sublinhar: a democraticidade na escolha dos candidatos da CDU, a discussão franca e participada que se verificou na generalidade dos casos, o seu carácter descentralizado, sem prejuízo do acompanhamento e do papel da direcção central. Este facto contrasta vivamente com o que se passou noutros partidos em que, para além das questões de fundo e das lutas pelo poder, abundaram os exemplos de imposição autoritária e centralizada, contra a vontade, às vezes unânime, dos órgãos de direcção concelhios ou em que o candidato a presidente de Câmara, imposto pela direcção nacional, escolheu os outros candidatos, gerando numerosos conflitos.

Em alguns casos, a troca de «mimos» foi pública: pense-se no caso da Amadora, em que o candidato Armando Vara foi acusado, por militantes do PS locais, de usar métodos «dignos de um pistoleiro do Nordeste», para aludir não só aos seus critérios autoritários na formação das listas como ao facto de se tratar de um candidato vindo de Trás-os-Montes, que toma a Amadora, à qual é estranho, como «terra de índios» (Expresso, 9-10-1993).

A fraude

O PS, na sua intervenção eleitoral, parece com frequência uma orquestra desafinada: quem ouve os seus dirigentes e eleitos autárquicos verifica que os mesmos problemas sociais são da responsabilidade das autarquias em municípios de maioria CDU e da responsabilidade do Governo em municípios de maioria PS. Pluralismo interno? Não. O nome para este comportamento é outro: falta de princípios. Quando as acusações à CDU são de falta de policiamento, insegurança, desemprego, carências na área da habitação, por exemplo, a explicação para elas é simples: as sondagens dizem que são dos problemas mais sentidos; as referências a problemas como o saneamento básico e outras infra-estruturas ou equipamentos sociais são quase irrelevantes, tão grande é a obra realizada pelos municípios. Logo, resta ao PS acusar as câmaras de maioria CDU das carências que são da responsabilidade do Governo. Ou então, como acontece com o candidato do PS em Almada, confundir eleições locais com legislativas e centrar a sua campanha na promessa de «emprego», «segurança», «habitação», o que aliás nenhuma das 119 câma-

ras a que o PS preside garantiu, nem sequer nenhum dos governos em que o PS participou.

Quanto ao problema da responsabilidade pela habitação, trata-se de uma questão particularmente complexa e de uma área em que o PS pretende jogar na desinformação. De resto, o PSD faz o mesmo: tenha-se em vista as declarações do Presidente da Câmara de Oeiras às câmaras de Loures e Amadora por não construírem habitação, omitindo que existem mais de 3100 barracas no município de Oeiras e uma dívida de 6 milhões de contos, além de muitas omissões no que é especificamente de responsabilidade municipal. O trabalho das autarquias de maioria CDU é intenso nessa área: apoio à autoconstrução com terrenos, infra-estruturas, projectos, máquinas, materiais; apoio às cooperativas de habitação, à reabilitação urbana, à recuperação de loteamentos ditos «clandestinos». Existem mesmo casos de promoção directa de habitação. Mas é inquestionável, como aliás afirmam presidentes de câmaras do PS, como o do Porto ou Vila do Conde, que a responsabilidade legal e financeira pela habitação é do Governo. Mesmo programas como o da extinção de barracas nas áreas metropolitanas, em que o Governo afirma que vai substituir as autarquias, são programas que se traduzem em as autarquias subsidiarem o exercício de atribuições do Governo. Com que legitimidade, então, o PS se atira violentamente às autarquias de maioria CDU, tentando, fraudulentamente e sem princípios, explorar o desconhecimento da repartição de responsabilidades, absolvendo implicitamente o PSD e o Governo? O que diria se a CDU respondesse nos mesmos termos e acusasse a gestão do PS dos graves problemas de segurança, emprego, marginalidade, habitação, etc., que existem na área dos municípios de presidência PS? O que diria se se lembrasse que o município de Setúbal, único de presidência PS no distrito, é aquele em que a taxa de desemprego é, de longe, a maior? O que diria se a CDU lembrasse que, em municípios administrados pelo PS, há falta de 13 717 fogos no Porto, 20 mil em Gaia, 5591 em Matosinhos, 6901 em Gondomar ou que em Lisboa, em que o pelouro é do PS, há 9 mil barracas, tal como, nos municípios administrados pelo PSD, há falta de 2504 fogos na Maia e 3165 barracas em Oeiras e 1 916 em Cascais (Público, 16-10-1993)?

É sério discutir nestes termos? É adequado absolver o Governo do seu menosprezo ao longo dos anos pelo problema da habitação por meras razões de oportunismo eleitoralista? Quem trava uma campanha eleitoral nestes e noutros termos pouco escrupulosos (mais exemplos: os termos da tentativa de colagem da candidatura do PS em Loures à coligação de Lisboa, as acusações à Câmara de Almada a propósito da Lisnave, a afirmação de que um candidato do PS à Câmara de Sintra é Presidente do Grupo Parlamentar de «Os Verdes», apesar de ter saído há muito desse partido) pode pretender gerir escrupulosamente um município?

A chantagem

Aliás, estes casos não são os únicos. O PSD, por exemplo, destaca-se na acusação às autarquias de maioria CDU do Alentejo de não fomentar o desenvolvimento. O próprio Primeiro-Ministro (o tal que não se envolve na campanha eleitoral) vai ao Montijo e afirma que só com o PSD na Câmara haverá desenvolvimento. O PSD omite que aqueles municípios que o PSD administra estão entre os que maiores índices de perda de população apresentam. Com efeito, se considerarmos os quinze municípios que mais população perderam entre os dois últimos censos da população (1981 e 1991) teremos três municípios de maioria PS (Vimioso, Monchique e Torre de Moncorvo) e doze municípios de maioria PSD (Oleiros, Pampilhosa da Serra, Ribeira de Pena, Vinhais, Vila Nova de Foz Côa, Vila de Rei, Pedrógão Grande, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Nordeste, Carraceda de Ansiães, Marvão, Mação) e nem um município de maioria CDU. As perdas de população oscilam neste caso entre os 25,6% e os 17,7%, atestando o agravamento das assimetrias regionais e o desprezo do PSD pelo interior do País. É óbvio que o Alentejo também é sacrificado e, em alguns concelhos, a liquidação da reforma agrária e a política agrícola do Governo faz-se sentir com particular gravidade. Mas é óbvio também que as consequências da política do PSD são gerais e que até se fazem sentir com particular acuidade em municípios do próprio PSD, como os números claramente demonstram.

De resto, tudo comprova que alguns dos principais investimentos neste mandato se realizaram em municípios administrados pela CDU e que, portanto, as maiorias que a CDU detém não os impediram. Até podem ter facilitado, porque não há corrupção mas sim diálogo com base na defesa firme dos interesses das populações, do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento. Por outro lado, de entre as principais iniciativas de estímulo e apoio ao desenvolvimento por parte de autarquias locais contam-se as que foram promovidas por autarquias de maioria CDU: parques industriais, zonas industriais com lotes a preços aliciantes, feiras industriais, comerciais e de serviços, prémios, apoio aos trabalhadores e à reconversão industrial, luta contra a destruição do aparelho produtivo e de postos de trabalho, diálogo franco e aberto com trabalhadores, agricultores e empresas, etc.



LUÍS SÁ
Membro
da Comissão Política

A prestação de contas prova que os programas que a CDU apresenta, ao contrário do que a vida mostra que acontece com outros partidos, são para ter em cima da mesa e para cumprir. É também por isso que é justo dizer: a CDU é de confiança. E não hão-de ser manobras e mistificações como as que têm sido utilizadas contra ela que esconderão esta verdade profunda.

O PSD, entretanto, à falta de outros argumentos, tira um coelho da cartola: os municípios terão maiores facilidades e mais verbas se tiverem maioria PSD. Uma vez os dirigentes nacionais do PSD negam o uso do argumento, outras vezes os candidatos do PSD invocam-no expressamente, como acaba de fazer o candidato desse partido à câmara de Ourique. Pode ser que haja quem se deixe vencer por tal tipo de argumentos. Haverá a consciência, porém, de que o seu uso classifica um candidato como irremediavelmente oportunista, desonesto e sem escrúpulos? E que representa um atestado ao Governo de comportamento altamente antidemocrático e penalizador de populações devido às suas escolhas políticas? A verdade é que o Fundo de Equilíbrio Financeiro, distribuído com base em critérios objectivos, perdeu peso e foram renascendo «sacos azuis», aos quais as câmaras de maioria CDU se têm candidatado, frequentemente com êxito. O Governo nega que execute uma política de favores e desfavores. Quanto aos financiamentos comunitários, qualquer análise objectiva comprovará que a CDU se caracteriza por elevados índices de aproveitamento em comparação com outras forças políticas.

A obra

Mas o que sobretudo parece incontestável é que as autarquias de maioria CDU se caracterizam por mais e melhor obra que eventuais manobras de presditação do Governo não impediram. Hoje, com frequência diz-se que o País já está dotado de infra-estruturas e que agora as autarquias se têm que dedicar ao desenvolvimento. Os números oficiais mostram, porém, que a afirmação é falsa. Assim, as taxas de cobertura em matéria de abastecimento domiciliário de água são de 97% no distrito de Setúbal, 96,6% no distrito de Évora e 88% no distrito de Beja, onde a CDU administra a generalidade das autarquias. Mas o que se passa em distritos em que as maiorias são de outras forças políticas? É ainda o Instituto Nacional de Estatística que responde: no distrito de Aveiro é de 54,8%, em Braga de 57% e em Viana do Castelo de 45,4%. Consideremos outra área. A percentagem de população abrangida com rede de esgotos é de 93,6% no distrito de Évora, 91% no distrito de Setúbal e 88% no distrito de Beja enquanto é de 24,5% no distrito de Aveiro, 35% no distrito de Braga, 47,9% no distrito de Coimbra e 54,2% no distrito do Porto. Haverá, porém, quem reconheça a obra da CDU na área das infra-estruturas mas a queira limitar a este domínio e afirme a sua incapacidade ou dificuldade para intervir noutros domínios. Consideremos, por isso, outra área, a da cultura: segundo as Estatísticas da Cultura, Recreio e Desporto do INE o financiamento *per capita* de actividades culturais por municípios atinge no Alentejo o triplo do financiamento *per capita* nos outros municípios do Continente.

Não é possível, por outro lado, falar da obra da CDU sem referir a intervenção em minoria, que tem sido o factor essencial, muitas vezes, de dinamização da actividade autárquica, de fiscalização e um lugar essencial de luta pelos interesses das populações. Também em relação a estas situações o PS se destacou recentemente insistindo na sua proposta de liquidar a eleição directa e proporcional das câmaras, que representa um factor de pluralidade política e democraticidade em muitas situações.

É da obra realizada e da luta geral do PCP e da CDU que vem a serena confiança face ao julgamento das populações. Completado o processo de preparação e entrega das listas, o momento é de prestação de contas e de apresentação dos programas eleitorais para os próximos quatro anos. São dois actos profundamente relacionados, já que a prestação de contas prova que os programas que a CDU apresenta, ao contrário do que a vida mostra que acontece com outros partidos, são para ter em cima da mesa e para cumprir. É também por isso que é justo dizer: a CDU é de confiança. E não hão-de ser manobras e mistificações como as que têm sido utilizadas contra ela que esconderão esta verdade profunda, conhecida das populações e que leva a que sejam muitos os que apoiam a CDU nas eleições autárquicas, mesmo quando, às vezes, têm outras opções ou estão hesitantes em questões de política geral.

Pescas — que futuro?

■ António Murteira

1. A realidade acaba sempre por se impor

Somos bombardeados, até à saturação, com a propaganda sobre as grandes reformas estruturais e de modernização que o Governo estaria a fazer.

Somos bombardeados, até à saturação, com pacotes de milhões e milhões de contos que tudo resolveriam.

O PSD está no Governo há anos e a realidade aí está, implacável, a mostrar o fracasso das suas reformas, da sua política ao serviço, cada vez mais descaradamente, do grande capital e das clientelas partidárias.

Estamos bem longe, cada vez mais longe, de um processo de reformas estruturais progressistas e democráticas, que preparem o País para os desafios do futuro, o que em nosso entender só será possível no quadro de uma economia mista.

O sector das pescas, não fugindo à regra, é um exemplo do que dissemos

2. A crise nas pescas e a miopia do Governo.

A análise que fazemos do sector e as visitas de trabalho que temos feito a várias zonas de pesca — Matosinhos, Peniche, Sesimbra, Armação de Pêra, Quarteira, Olhão — confirmam que o sector pesqueiro nacional está mergulhado numa profunda crise.

Só o ministro do Mar e o Governo não conseguem ver a crise! A miopia parece estar a grassar no PSD!

- O VAB das pescas no VAB nacional desceram (de 1,1% em 86 para 0,7% em 1990);

- A frota sofreu uma redução de 20% (entre 1986/93).

Só para 1993, prevê-se o abate de 200 embarcações.

- A produção sofreu enormes quebras (passando de 400 000 toneladas em 1986 para 270 000 toneladas de pesca descarregada em 92);

- As exportações estão reduzidas a 34 milhões de contos em 92;

- As importações dispararam (passando de 38 milhões de contos em 86 para 98 milhões em 92).

O défice da balança comercial sofre um brutal agravamento. Com a política do PSD para as pescas, e as suas reformas de sucesso, o País importou em 1992 cerca de 98 milhões de contos, quando em 1986, ano da adesão comunitária, importava 38 milhões de contos em produtos de pesca.

Na área da comercialização as dificuldades são evidentes e vemos países da Comunidade a apoderarem-se de partes crescentes no mercado português.

A própria indústria conserveira está a afundar-se, havendo regiões, como o Algarve, onde está reduzida a uma expressão mínima.

Os pescadores são os que mais sofrem.

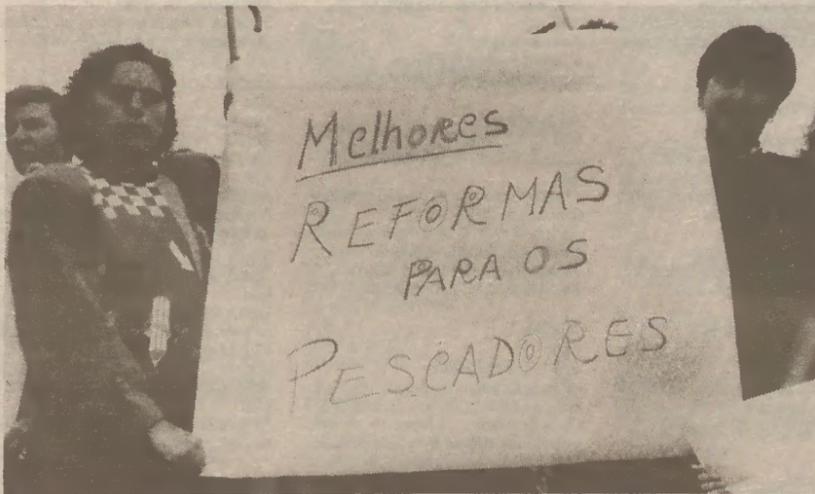
Vejamos agora o que se passa no plano laboral, bem característico, aliás, de uma política que acentua desigualdades sociais e desconhece, na prática, o significado da solidariedade com os trabalhadores.

Dez pescadores em cada 100 perderam o seu posto de trabalho de 1991 para 1992;

Vinte anos depois do 25 de Abril, os pescadores continuam sem ter uma regulamentação jurídica de contrato do trabalho individual a bordo, não sendo abrangidos pela lei geral de trabalho.

Os pescadores continuam sem ter direito a uma remuneração mínima garantida ou a subsídio de férias pago.

Os pescadores não recebem um tostão dos fundos comunitários, quando perdem o posto de trabalho por



abate de embarcações, por imobilização ou em época de defeso. Todo o dinheiro é para os donos dos barcos.

3. Muitas outras preocupações nos foram transmitidas por pescadores e armadores. Por exemplo:

No Algarve há uma grande apreensão em relação à situação de poluição e assoreamento a que o Governo e algumas autarquias deixaram chegar a Ria Formosa. A criação da amêijoia e os postos de trabalho que essas actividades proporcionam correm riscos se não forem tomadas medidas.

Também no Algarve, arrastões portugueses e outros invadem as áreas de pesca artesanal, sem intervenção das autoridades.

A pesca artesanal é tratada como enteada (malhagens, subsídios para gasóleo, fundos, etc.).

No Norte, os pescadores da Arte Xávega temem que o Governo, apoiado em regulamentação comunitária, acabe com a pesca Xávega.

4. Governo insiste na rota errada

Naturalmente que a questão das pescas é, primeiro que tudo, uma questão política.

As situações e resultados objectivos mostram que a política do Governo para as pescas não é correcta. E o que impressiona e revolta é que, apesar dessa evidência, se teima em dizer que não senhor, que tudo vai bem e insiste-se na mesma linha de orientação, como transparece daquilo que conhecemos do PDR para 1994-99 e do PID-DAC para 1994.

O PDR destina 92,5 milhões de contos às pescas até 1999.

Mas, mais de metade desse dinheiro (57,3%) é para a rubrica Estruturas da Pesca na qual avultam, como objectivo, as imobilizações definitivas de cerca de mais 450 embarcações!

5. Propostas do PCP para uma nova política de pescas

O futuro das pescas portuguesas depende da vontade e capacidade que tivermos para projectar e executar uma nova política de pescas, depende da capacidade e determinação para negociar na CEE e com países terceiros, acordos mais condizentes com as características das pescas portuguesas e com os interesses nacionais nesta área.

O PCP apresentou à Assembleia da República um Projecto de Resolução como contributo para abrir uma discussão que avalie a situação e aponte soluções para as pescas e fê-lo também no Parlamento Europeu.

Com a participação de todos (Estado, pescadores, armadores, investigadores), há que definir um

programa de médio e longo prazos para as pescas, programa que aponte objectivos e adopte medidas de apoio ao desenvolvimento das diversas frotas e, em particular, da local e costeira, de fomento da aquacultura e de defesa da indústria conserveira.

Para a chamada pesca artesanal, pela importância que assume para as comunidades pesqueiras e do litoral e no plano económico e social, o PCP propõe a elaboração de um Plano de Reorganização e Apoio à Pesca Artesanal.

Na Comunidade Europeia, e com países terceiros, o PCP propõe a renegociação dos Acordos de Pesca no sentido da obtenção de maiores quotas, novas zonas de pesca e adequados apoios financeiros.

É nossa opinião ser necessário investir mais na investigação científica, designadamente na prospecção de recursos na ZEE e em novos pesqueiros externos; na valorização e apoio à divulgação dos conhecimentos técnico-científicos;

No âmbito da comercialização, o PCP apoia as reivindicações de pescadores e armadores para que o Governo tome medidas eficazes de combate ao dumping e à venda de pescado cuja qualidade não respeite a regulamentação comunitária, nomeadamente a aplicação de preços mínimos de importação e a proibição de venda do pescado cujas capturas, por condicionantes normativos de qualidade e tamanho, são vedadas aos pescadores e armadores portugueses.

Os horários de vendas das lotas devem ter em conta os interesses dos produtores nacionais.

O PCP propõe «o apoio à indústria conserveira visando a sua viabilização e elevados padrões de qualidade, e reclama a aplicação na Comunidade de normas mínimas de qualidade extensivas aos produtos importados e de preços mínimos de importação que impeçam o dumping e cubram os custos médios reais da produção comunitária».

No plano laboral, o PCP propõe que no âmbito dos fundos comunitários seja considerado um Programa de Apoio aos Pescadores que por razões de abate de embarcações, imobilizações temporárias, épocas de defeso, percam definitiva ou temporariamente os seus postos de trabalho.

O PCP apresentará à Assembleia da República um projecto de lei sobre o Regime Jurídico do Contrato Individual do Trabalho a bordo das Embarcações de Pesca, que acabe com a discriminação de que são vítimas os pescadores portugueses, melhore as suas condições de trabalho e de vida e das suas famílias, dignifique a arte da pesca em Portugal.

Afastar o Governo do leme

Ao contrário do PSD e do seu Governo, o PCP afirma que podemos e devemos garantir um nível adequado de segurança alimentar; que podemos e devemos reduzir o défice comercial, podemos e devemos atenuar os principais défices estruturais, entre os quais o alimentar.

Como alternativa à política de pescas do PSD e do Governo, o PCP propõe aos pescadores e armadores portugueses a luta por uma nova política de pescas que vise garantir o desenvolvimento da produção nacional do pescado, travando a progressiva redução da actividade do sector.

E porque não temos ilusões acerca da natureza e objectivos de classe deste Governo, é preciso afastá-lo do leme, antes que ele afunde a frota de pesca portuguesa.



EM FOCO

Candidaturas da CDU à Presidência de Câmaras e Assembleias

Distrito: Aveiro

Águeda

CM
David Valente de Almeida
71 anos; Industrial Independente.

AM
Paulo Oliveira Sucena
52 anos; Professor, Presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Membro da AM de Águeda; Membro do CC do PCP.

Albergaria-a-Velha

CM
José Freitas Santos
44 anos; Assessor da Dir. do Sindicato Têxtil de Aveiro; Membro do PCP.

Anadia

CM
José Benvindo Ferraz Diogo
57 anos; Professor; Sócio fundador da Assoc. dos Jornalistas e Escritores da Bairrada; autor de vários livros e peças de teatro infantil; Foi membro da AM; Membro do PCP.

Amândio

AM
Amândio Martinho Alves
43 anos; Delegado de Vendas; Membro do PCP.

Arouca

CM
Joaquim Brandão
46 anos; Advogado; Independente.

AM

Carlos Alberto Correia Pinho
36 anos; Professor; Independente.

Aveiro

CM
José Manuel Andrade da Silva Amaro
40 anos; Advogado; Membro da Dir. Regional de Aveiro do PCP.

AM

António Manuel dos Santos Salavessa
41 anos; Empregado de Escritório; Membro do CC e do Conselho Nacional do PCP.

Castelo de Paiva

CM
António José Martins Aires
72 anos; Engenheiro; Foi membro da AM de Castelo de Paiva; Membro do PCP.

AM

José Maria Seabra Strecht Ribeiro
46 anos; Professor; Independente.

Espinho

CM
Alfredo Casal Ribeiro
65 anos; Engenheiro Técnico Electromecânico; Foi Presidente da Cooperativa Nascente e Director do Semanário Maré Viva; Foi Presidente do Conselho Municipal de Espinho; Foi vereador da CM de Espinho nos mandatos de 1979/81 e 82/84; Vereador da CM de Espinho sendo responsável pelo pelouro das Feiras e Mercados; Membro do PCP.

AM

Jorge Carvalho
48 anos; Advogado; Membro da Delegação de Espinho da Ordem dos Advogados; Consultor Jurídico da Assoc. Comercial de Espinho e de diversas Organizações Sindicais; Foi eleito para a AM de Espinho nos mandatos de 1976/78, 79/81, 82/85; É membro da AM.

Estarreja

CM
Luís Manuel Marques Vidal Dias
43 anos; Encarregado Fabril; Foi membro da AM de Estarreja; Colaborador e dirigente da Rádio Voz da Ria; Independente.

AM

António Amador da Silva Esteves
40 anos; Médico; Membro da AM de Estarreja; Faz parte dos Corpos Gerentes da Assoc. Saavedra Guedes de Pardilhó; Membro do PCP.

Ílhavo

CM
José Alberto Ramos Loureiro
53 anos; Técnico de vendas; Membro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré; Foi vereador da Câmara e AM de Ílhavo; Foi candidato da CDU às eleições legislativas; É director da Cooperativa Cultural e Recreativa da Gafanha da Nazaré; É director da Rádio Terra Nova; Foi dirigente do Sindicato Nacional da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas; Membro da Com. Concelhia de Ílhavo do PCP.

AM

Jorge Manuel da Rocha São Marcos
35 anos; Licenciado e Mestrado em Economia; Licenciado em Educação Física e Desporto Docente do ISCA e na Escola Agrícola de Vagos; Membro da AM de Ílhavo; Membro do Executivo Distrital de Aveiro e da Dir. do Sindicato dos Professores da Região Centro; Independente.

Mealhada

CM
José Carlos Duarte da Silva
41 anos; Funcionário da DGCI; Membro do PCP.

AM
Isabel Maria Fonseca Vieira
51 anos; Professora; Delegada Sindical; Membro da AM da Mealhada; Membro do PCP.

Murtosa

CM
Manuel Augusto Andrade
75 anos; Advogado (aposentado); Foi Presidente da Com. Administrativa da CM de Estarreja; Membro da Assoc. «Intervenção Democrática».

AM

Fernando António Silva Pinho
31 anos; Operário de telecomunicações; Dirigente Sindical; Membro do PCP.

Oliveira de Azeméis

CM
António Rebelo
46 anos; Engenheiro Técnico Civil; Foi membro da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo; Membro do PCP.

AM

Augusto Cadilhe
41 anos; Funcionário Público; Sócio fundador da ARCA; Delegado Sindical; Membro do PCP.

Oliveira do Bairro

CM
Milton dos Santos Borras
53 anos; Professor do ensino secundário; Membro do PCP.

AM

Fernando Peixinho Pires Fernandes
64 anos; Médico; Foi Presidente da Com. Administrativa da CM de Oliveira do Bairro; Director da Clínica Central de Oitã; Membro da ID.

Ovar

CM
António Alberto Catela Bernardes Silva
47 anos; Inspector de vendas; Ex-dirigente sindical e ex-membro da Com. Administrativa da Caixa de Previdência do Distrito de Aveiro; Membro do Executivo da Junta de Freguesia de Ovar; Membro do PCP.

AM

José Pereira da Costa
42 anos; Operário; Membro da Com. Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro; Membro do PCP.

Santa Maria da Feira

CM
Maria Manuela Antunes Silva
45 anos; Licenciada em História; Membro do Conselho Directivo da Escola C+S Fernando Pessoa, de Santa Maria da Feira; Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte; Foi Membro da AM de Santa Maria da Feira; Membro da Dir. e do Conselho Nacional do Movimento Democrático das Mulheres; Membro do C.C. e da DORAV do PCP.

AM

Ricardo Jorge Dias Cardoso
26 anos; Professor; Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte; Membro do PCP.

S. João da Madeira

CM
Jorge Resende Cortez
38 anos; Licenciado em Engenharia Mecânica pelo ISEP, especialista em Gestão de Produção; Foi vereador da CM de S. João da Madeira eleito pela APU em 1984/85; É membro da AM; É Vice-Presidente da Cooperativa de Habitação Económica 11 de Outubro; Membro da Com. Concelhia de S. João da Madeira do PCP.

AM

Rui Cardoso dos Santos
42 anos; Técnico de Desenho; Membro dos Corpos Gerentes da Cooperativa de Habitação 11 de Outubro; Membro do PCP.

Sever do Vouga

CM
Décio Rodrigues
58 anos; Agricultor; Dirigente da Assoc. da Lavoura do Distrito de Aveiro; Membro da AM de Sever do Vouga; Independente.

AM

Manuel Santiago Barbosa de Almeida
34 anos; Vendedor; Membro do PCP.

Vale de Cambra

CM
Maria Elisabete Marques Laje Teixeira de Almeida
47 anos; Profissional de Seguros; Independente.

AM

José Maria Tavares de Pinho
46 anos; Escriturário; Membro da Dir. do Grupo Desportivo e Cultural do Codal; Membro do PCP.

Vagos

CM
Evangelista José Maranhão
38 anos; Funcionário Público; Membro da Dir. do Orfeão de Vagos; Membro do PCP.

AM

Maria Alice Sarabando
41 anos; Professora; Membro da Dir. dos Bombeiros Voluntários de Vagos; Independente.

Distrito: Beja

Aljustrel

CM
António José Godinho

48 anos; Economista; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.

AM

António Raposo
55 anos; Professor; Membro do Conselho Geral da ANMP; Membro do PCP.

Almodôvar

CM
António José do Rosário Messias Sebastião
41 anos; Comerciante; Vereador da CM; Membro do PCP.

AM

José Manuel Martins Caetano
34 anos; Assistente universitário; Membro da AM; Independente.

Alvito

CM
José Lopes Guerreiro
39 anos; Empregado de escritório; Vereador da CM de Beja; Presidente do Cons. de Admin. da Assoc. de Municípios do distrito de Beja; Membro do PCP.

AM

Francisco José Valente Marques
34 anos; Técnico de Construção Civil; Membro do PCP.

Barrancos

CM
António Tereno
44 anos; Licenciado em História; Vereador da Câmara, responsável pela área sociocultural; Independente.

AM

António Semedo Guerra
41 anos; Funcionário Público; Actual Presidente da CM de Barrancos; Membro do PCP.

Beja

CM
José Carreira Marques
49 anos; Técnico de contas; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.

AM

José Jorge Muñoz Frade
39 anos; Médico; Actual Presidente da AM; Membro do PCP.

Castro Verde

CM
Fernando Sousa Caeiros
38 anos; Professor; Tem participado em diversos organismos e associações ligadas ao Poder Local designadamente no Conselho Consultivo Regional, na Assembleia Distrital e na Administração da Assoc. de Municípios do Distrito de Beja e no Conselho Geral da ANMP; Membro do MDP/CDE.

AM

Ercília Maria Soares Vitorino Martins
35 anos; Professora primária; Membro da AM; Independente.

Cuba

CM
António São Brás
47 anos; Bancário; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.

AM

José Duarte Palma
41 anos; Arquitecto; Actual Presidente da AM de Cuba; Membro do PCP.

Ferreira do Alentejo

CM
Maria de Lurdes Dias Fernandes Hespagnol
42 anos; Professora; Foi deputada na Assembleia da República; Vereadora da Câmara, responsável pela área sociocultural; Membro do PCP.

AM

José João Lança Guerreiro
42 anos; Funcionário Público; Actual Presidente da CM de Ferreira do Alentejo; Membro do PCP.

Mértola

CM
Manuel Paulo Neto
34 anos; Funcionário Público; Dirigente do STAL; Membro do PCP.

AM

Fernando Ribeiro Rosa
53 anos; Empregado de comércio; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.

Moura

CM
Ludgero João Chagas Escoval
43 anos; Técnico industrial de Planeamento e Organização; Membro do PCP.

AM

Santiago Macias
30 anos; Arqueólogo; Membro da Dir. do Campo Arqueológico de Mértola; Independente.

Odemira

CM
Cláudio José Santos Percheiro
42 anos; Técnico de finanças; Vereador da CM de Odemira; Deputado do PCP na Assembleia da República de 85 a 89; Membro do PCP.

AM

José Joaquim Coutinho Correia de Araújo Carvalho
40 anos; Professor; Actual Presidente da AM de Odemira; Independente.

Ourique

CM
José Filipe Nogueira Esteves
36 anos; Professor; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.

AM
José Gonçalves André
54 anos; Jornalista; Eleito na AM de Ourique; Membro do MDP/CDE.

Serpa

CM
João Manuel Rocha da Silva
42 anos; Professor; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.

AM

José Sesinando
46 anos; Economista; Presidente da AM de Serpa; Independente.

Vidigueira

CM
Carlos Jorge Labego Góis
56 anos; Bancário; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.

AM

António Joaquim Gordo Pereira Carapeto
39 anos; Professor; Actual Presidente da AM; Membro do PCP.

Distrito: Braga

Amares

CM
José Antunes
38 anos; Empregado; Membro do PCP.

AM

João Alfredo Vieira
37 anos; Professor; Membro do PCP.

Barcelos

CM
Artur Lemos de Jesus
49 anos; Professor; Membro do PCP.

AM

Carlos Manuel Silva
46 anos; Professor assistente da Universidade do Minho; Independente.

Braga

CM
Alfredo Casais Baptista
47 anos; Engenheiro Civil; Vereador da CM nos mandatos 1982/85 e 85/89; Cabeça de Lista (não eleito) em 1989; Membro da DORB do PCP.

AM

António Macedo
75 anos; Médico; Independente.

Cabeceiras de Basto

CM
Baltazar Oliveira Lage Vilela
54 anos; Médico; Presidente da Assoc. para o Desenvolvimento da Região de Basto; Membro do PCP.

AM

José Manuel Magalhães Marques
39 anos; Gerente Comercial; Membro do PCP.

Celorico de Basto

CM
Maria de Fátima Marques da Cunha
40 anos; Professora; Independente.

AM

Firmino Ribeiro de Moura
62 anos; Agricultor; Membro do PCP.

Esposende

CM
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro
29 anos; Professor do Ensino Básico; Diplomado em Estudos Superiores Especializados em Administração Educacional na Universidade do Minho; Membro do PCP.

AM

Dr. José Cândido Vinhas Novais
66 anos; Professor; Membro do PCP.

Fafe

CM
Armindo Magalhães
26 anos; Escritor; Presidente da Associação dos Jovens Escritores de Portugal; Independente.

AM

Joaquim Magalhães
38 anos; Industrial têxtil; Membro do PCP.

Guimarães

CM
Cândido Capela Dias
45 anos; Economista; Vereador da CM de Guimarães; Membro do PCP.

AM

Ana Amélia Guimarães
27 anos; Professora; Membro da Dir. Distrital do Sindicato dos Professores do Norte; Membro do PCP.

Póvoa de Lanhoso

CM
José Carlos Pereira da Silva
38 anos; Bancário; Membro do PCP.

AM

Fernando Freitas Vieira
38 anos; Funcionário da TELECOM; Membro do PCP.

Terras de Bouro

CM
José Laurentino Antunes Fernandes
42 anos; Operário.

AM

Luís Filipe Rodrigues Gomes
36 anos; Empresário; Independente.

Vieira do Minho

CM
Júlio José Antunes
47 anos; Comerciante; Membro do PCP.

AM

António Manuel Abreu Dantas

61 anos; Técnico de Vendas; Independente.

Vila Nova de Famalicão

CM
Manuel Barbosa Silva
49 anos; Técnico de Contabilidade; Membro da AM em 1985/89 e 89/93; Cabeça de Lista (não eleito) em 1989; Membro da DORB do PCP.

AM

Manuel Ferreira da Cunha
64 anos; Profissional Transitário; Dirigente do Sindicato Nacional da Marinha Mercante; Membro do PCP.

Vila Verde

CM
Jorge Pedrosa
33 anos; Professor; Membro do PCP.

AM

Manuel Martins Costa
57 anos; Advogado; Independente.

Distrito: Bragança

Alfândega da Fé

CM
Carlos Fernando Abreu Pinheiro Miranda
40 anos; Instrutor de condução automóvel; Membro do PCP.

AM

Alcino José Soares
43 anos; Professor; Independente.

Bragança

CM
António Morais
44 anos; Licenciado em Sociologia; Técnico Superior do Parque Natural de Montesinho; Membro do PCP.

AM

Lúcio Alberto Correia
47 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Carraceda de Ansiães

CM
Maria da Anunciação Soares Dias Alves
53 anos; Professora; Membro do PCP.

AM

Manuel Carlos Madureira
39 anos; Enfermeiro; Membro do PCP.

Freixo de Espada à Cinta

CM
Odete Veneranda Tiago Brás da Silva
34 anos; Empregada de Escritório; Membro do PCP.

AM

Ernesto Augusto da Silva
71 anos; Trabalhador Agrícola; Foi membro da AM; Membro do PCP.

Macedo de Cavaleiros

CM
Manuel da Ascensão Moura
57 anos; Capitão do Exército (reserva); Independente.

AM

Manuel de Jesus Fernandes
54 anos; Desenhador (aposentado); Membro do PCP.

Miranda do Douro

CM
Maria da Glória Gonçalves de Jesus
39 anos; Funcionária Pública; Independente.

AM

Manuel Joaquim da Silva Magalhães
67 anos; Carpinteiro; Membro do PCP.

Mirandela

CM
Fernando dos Santos Pilão
32 anos; Advogado; Membro da AM de Mirandela; Membro do PCP.

AM

David Martins Garrido
44 anos; Técnico de Telecomunicações; Membro da AM de Mirandela; Membro do PCP.

Mogadouro

CM
Tibério Augusto Magalhães
47 anos; Motorista; Membro do PCP.

Municipais

43 anos; Bancário; Membro da Brigada Victor Jara; Membro do PCP.
AM
Bernardino Gonçalves
54 anos; Médico; Dirigente Sindical; Membro da AM; Independente.

Coimbra

CM
João José Santos Cardoso
59 anos; Administrador hospitalar; Vereador da CM de Coimbra; Membro do PCP.
AM
António José Avelãs Nunes
53 anos; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Membro da Assembleia e do Senado da Universidade de Coimbra; Membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e a Cooperação; Independente.

Condeixa-a-Nova

CM
Alípio Amaral
37 anos; Técnico de Vendas; Dirigente Associativo; Membro da AM; Membro do PCP.
AM
Miguel Pessoa
41 anos; Arqueólogo/Museólogo; Licenciado em História; Membro de Associações Culturais nacionais e internacionais; Membro do PCP.

Figueira da Foz

CM
Nelson César dos Santos Fernandes
46 anos; Enfermeiro-Chefe do Hospital Distrital da Figueira da Foz; Membro da AM da Figueira da Foz; Membro do PCP.
AM
António Augusto dos Santos Menano
56 anos; Administrador Hospitalar; Foi vereador da CM da Figueira da Foz em 1986/89. Membro do PCP.

Góis

CM
Almerinda Soares
42 anos; Professora; Vice-presidente do Conselho Directivo da Escola C+S de Góis; Independente.
AM
Fátima Neves
39 anos; Enfermeira; Membro do PCP.

Lousã

CM
Maria do Rosário Pereira
49 anos; Professora; Dirigente Sindical; Membro do PCP.
AM
José Orlando Reis
43 anos; Engenheiro Electrotécnico; Membro da AM; Membro do PCP.

Mira

CM
Carlos Albano Henriques
42 anos; Professor; Licenciado em Engenharia; Independente.
AM
Vitor Capeloa
54 anos; Engenheiro Técnico Agrário; Independente.

Miranda do Corvo

CM
Carlos Marta
33 anos; Licenciado em História; Funcionário da Fundação Calouste Gulbenkian; Membro do PCP.
AM
José Henriques Mendes
35 anos; Empregado; Membro da AM; Membro do PCP.

Montemor-o-Velho

CM
Jorge Carnameiro
34 anos; Economista; Membro do PCP.
AM
João Carlos Abrantes
48 anos; Engenheiro técnico agrário; Foi deputado na Assembleia da República; Foi vereador da CM; Membro da AM; Membro do PCP.

Oliveira do Hospital

CM
João Abru
37 anos; Empregado de Escritório; Membro do CC do PCP.
AM
Rui Nunes Inácio
42 anos; Técnico de Confeções; Membro do PCP.

Pampilhosa da Serra

CM
José Maria Isidoro
38 anos; Mineiro; Dirigente Sindical; Membro do PCP.
AM
José Baptista Duarte
46 anos; Serralheiro Mecânico; Dirigente Sindical; Membro do PCP.

Penacova

CM
Manuel Veiga Tomé
46 anos; Professor do ensino básico; Membro do PCP.
AM
Manuel Peça
48 anos; Funcionário Público; Membro da AM; Membro do PCP.

Penela

CM
José Fernandes Boelho
44 anos; Funcionário da Casa do Povo; Membro do PCP.

AM

Graça Pedrosa
47 anos; Professora; Dirigente Sindical; Membro da Assembleia Geral do «Movimento da Escola Moderna»; Membro do PCP.

Soure

CM
João Ramos Pereira
41 anos; Engenheiro Mecânico; Professor do Ensino Secundário; Membro da AM; Membro do PCP.
AM
Carlos Filipe
52 anos; Bancário; Provedor da Santa Casa da Misericórdia; Membro da AM; Independente.

Tábua

CM
José Ferreira Oliveira
30 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.
AM
Henrique Sousa Abrantes
54 anos; Agricultor; Membro do PCP.

Vila Nova de Poiares

CM
Artur Reis
47 anos; Motorista; Dirigente Sindical; Membro do PCP.
AM
Armando Alvarez
56 anos; Carpinteiro; Membro do PCP.

Distrito: Évora

Alandroal

CM
João António Ribeiro
49 anos; Gerente Comercial; Actual Presidente da Câmara; Vereador da Com. da Região de Turismo de Évora; Membro da Com. Concelhia do Alandroal do PCP.
AM
Inácio José Melrinho
54 anos; Motorista; Foi Presidente da CM de Alandroal entre 1976/92; Membro da DOREV do PCP.

Arraiolos

CM
Jerónimo José Correia dos Loios
44 anos; Bancário; Vereador da CM de Arraiolos; Membro da DOREV do PCP.
AM
Joaquim Inácio Charneca Miguel
46 anos; Operário Agrícola; Actual Presidente da CM de Arraiolos; Membro do CC e da DOREV do PCP.

Borba

CM
João Proença
46 anos; Empregado de escritório; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.
AM
Joaquim Bilro Manguinhas
47 anos; Médico; Actual Presidente da AM de Borba; Independente.

Estremoz

CM
José do Nascimento Dias Sena
40 anos; Economista; Membro da AM de Estremoz desde 1982; Independente.
AM
José Emílio Câmara Vasconcelos Guerreiro
42 anos; Sociólogo; Independente.

Évora

CM
Abílio Fernandes
54 anos; Economista; Actual Presidente da Câmara; Membro do CC do PCP.
AM
José Bizarro
Formado em Belas-Artes; Actual Presidente da AM de Évora; Membro do PCP.

Montemor-o-Novo

CM
Carlos Pinto de Sá
Economista; Assistente da Universidade de Évora; Membro do PCP.
AM
João Manuel Silva
34 anos; Contabilista; Actual vereador da Câmara; Membro do PCP.

Mora

CM
João Saraiva
50 anos; Engenheiro agrónomo; Presidente da CM de 1983 a 89; Presidente da AM; Membro do PCP.

Mourão

CM
Joaquim António Saraiva Salsinha
36 anos; Professor; Membro da AM de Mourão; Independente.
AM
Manuel Vitorino Peralta Cerejeira
40 anos; Operário fabril; Foi vereador da CM 1982/85; Membro do PCP.

Portel

CM
António José Monteiro Vidigal Amaro
51 anos; Médico; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.
AM
António Galhordas
60 anos; Médico; Actual Presidente da AM; Independente.

Redondo

CM
Alfredo Falamino Barroso
44 anos; Engenheiro Electrotécnico; Actual Presidente da CM; Presidente da Assoc. de Municípios do Distrito de Évora; Vice-Presidente da Região de Turismo de Évora; Conselheiro Regional da CCRA; Membro da DOREV do PCP.
AM
João Aleixo Branco
47 anos; Empregado de Seguros; Presidente da Dir. da Assoc. Humanitária dos BV de Redondo; Presidente da AM; Membro do PCP.

Reguengos de Monsaraz

CM
António Manuel Gonçalves Marcão
41 anos; Bancário; Vereador da CM desde 1983; Membro do PCP.
AM
Manuel André Piteira Espenica
36 anos; Arquitecto Paisagista; Vereador da CM desde 1985; Membro do PCP.

Vendas Novas

CM
João Teresa Ribeiro
47 anos; Licenciado em Economia; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.
AM
Joaquim José do Rosário Pedro
47 anos; Encarregado; Presidente da AM de Vendas Novas; Membro do PCP.

Viana do Alentejo

CM
Estêvão Machado Pereira
26 anos; Empregado; Independente.
AM
João Henrique Garcia
31 anos; Empregado; Membro do PCP.

Vila Viçosa

CM
Manuel João Condenado
38 anos; Professor do ensino básico; Vereador no mandato de 82/85; Membro do PCP.
AM
Nemeu Fernandes
Industrial de hotelaria; Membro do PCP.

Distrito: Faro

Albufeira

CM
António Pimenta
42 anos; Bancário; Independente.
AM
Fernando Batista Alves Carvalho
56 anos; Engenheiro; Membro do PCP.

Alcoutim

CM
João Manuel Rita Batista
37 anos; Funcionário Público; Foi vereador da CM de Alcoutim até 1985; Comandante da Assoc. dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim; Membro do PCP.
AM
Luís Manuel Abrantes Santos
40 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Aljezur

CM
Manuel José de Jesus Marreiros
36 anos; Bancário; Actual Presidente da CM de Aljezur; Independente.
AM
José Oliveira Cavaco
62 anos; Capitão da Força Aérea na reserva; Independente.

Castro Marim

CM
Henrique Graça
52 anos; Controlador de produção; Membro do PCP.
AM
Manuel Bernardino Lago Bandeira
55 anos; Professor de Educação Física; Membro do PCP.

Faro

CM
João Goulão
39 anos; Médico; Foi candidato da CDU à CM de Faro em 1989; Director do CAT-Algarve; Membro do PCP.
AM
Carlos Luís Figueira
48 anos; Empregado; Membro da Com. Política do CC do PCP.

Lagoa

CM
Carlos Manuel de Jesus Boto
36 anos; Bancário; Foi vereador da CM de Lagoa no mandato 85/89; Vice-Presidente do Lagoa Académico Clube; Membro do PCP.
AM
Fernando Garcia F. Amaro Silva
41 anos; Barman; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Algarve; Membro da Com.

Executiva da Região de Turismo do Algarve; Membro do CC do PCP.

Lagos

CM
Maria Luísa Miranda M. C. Teixeira
44 anos; Conservadora do Registo Civil de Lagos; Foi Juiz de Instrução Criminal no Tribunal de Lagos; Licenciada em Direito; Independente.
AM
Jorge Sequeira
63 anos; Médico; Independente.

Loulé

CM
João Manuel Sousa Martins
41 anos; Funcionário Público; Dirigente sindical da Função Pública; Independente.
AM
Filipe Pires Pombo
62 anos; Aposentado; Membro do PCP.

Monchique

CM
José Lino de Carvalho
71 anos; Comerciante; Vereador da Câmara entre 1976 e 1980; Membro do PCP.
AM
António José Matias Firmino
35 anos; Empregado; Membro do PCP.

Olhão

CM
Godofredo Santos Poeria
50 anos; Funcionário da TAP; Independente.
AM
Isabel Maria Silva Marques
41 anos; Médica; Membro da Assembleia de Freguesia de Quelfes no actual mandato; Membro do PCP.

Portimão

CM
Rui Jesus Sacramento
49 anos; Empresário; Vereador da CDU na CM de Portimão; Membro da DORAL do PCP.
AM
Luís Manuel Alves Campos Catarino
66 anos; Advogado; Vice-Presidente da Intervenção Democrática (ID).

S. Brás de Alportel

CM
José Ramos Gomes Cabral
48 anos; Médico; Director do Centro de Saúde de S. Brás de Alportel; Foi vereador da CM no mandato 85/89; Membro do PCP.
AM
Orlando Sobral da Silva
57 anos; Técnico de telecomunicações; Actualmente é membro da AM; Membro do PCP.

Silves

CM
José António Correia Viola
44 anos; Funcionário Público; Presidente da Câmara no mandato de 86/89; Vereador da CM; Membro do PCP.
AM
José Correia Fernandes Leal
53 anos; Professor; Licenciado em ciências matemáticas; Membro da AM de Silves. Membro do PCP.

Tavira

CM
Vitor Carneira Gil
35 anos; Professor; Licenciado em Antropologia; Independente.
AM
Pedro Nascimento Mestre
64 anos; Arquitecto; Foi membro da AM nos mandatos 82/89 e 85/89; Independente.

Vila do Bispo

CM
José de Deus Vieira Rodrigues
38 anos; Professor; Actual Presidente da CM de Vila do Bispo; Membro do PCP.
AM
José Manuel Raposo Salmonete
38 anos; Motorista; Independente.

Vila Real de Santo António

CM
António José Filipe Martins
45 anos; Engenheiro Técnico; Vereador da CM de Vila Real de Santo António; Independente.
AM
Manuel das Neves Moia
47 anos; Director de Hotel; Actual Presidente da AM. Membro do PCP.

Distrito: Guarda

Aguiar da Beira

CM
Rodolfo José Caseiro
47 anos; Empregado da Indústria Hoteleira; Dirigente Sindical; Membro do PCP.
AM
Joaquim de Jesus Silva
48 anos; Operário; Membro do PCP.

Almeida

CM
Fernando Augusto Sobral
44 anos; Electricista; Membro da DORG do PCP.
AM
José Monteiro Vaz
36 anos; Professor; Membro do PCP.

Celorico da Beira

CM
Eduardo Simão Marques
66 anos; Comerciante; Membro do PEV.
AM
António Carlos Figueiredo Martins
33 anos; Professor; Independente.

Figueira de Castelo Rodrigo

CM
António Joaquim Clara
65 anos; Empreiteiro; Membro do PCP.
AM
João Ricardo Maria Rebolho
61 anos; Oficial do Exército (aposentado); Independente.

Fornos de Algodres

CM
Henrique Gonçalves de Albuquerque Alves
27 anos; Professor; Membro do PCP.
AM
Joaquim Alberto dos Santos Almeida
47 anos; Bancário; Membro do PCP.

Gouveia

CM
Luís Manuel Cambra Nogueira
55 anos; Professor; Director Artístico do Grupo Cénico Objectiva/Teatro de Gouveia; Membro do PCP.
AM
Maria do Céu de Jesus Ferreira
47 anos; Empregada de Escritório; Coordenadora da União dos Sindicatos da Guarda; Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Membro do PCP.

Guarda

CM
José Manuel Costa
37 anos; Professor do ensino preparatório; Foi membro da AM de Torre de Moncorvo de 1976 a 1986; Membro do Sec. da União Distrital dos Sindicatos da Guarda; Membro do PCP.
AM
António Manuel Antunes Ferreira
33 anos; Advogado; Membro da AM da Guarda; Membro do PCP.

Manteigas

CM
José Duarte Saraiva Baptista
47 anos; Quadro Técnico Superior na TAP; Escritor e pintor autodidacta, colaborador da imprensa regional, exerceu funções de director no «Notícias de Manteigas»; Membro da AM de Manteigas; Independente.
AM
José Manuel Novo de Matos
39 anos; Médico; Membro da Sociedade Europeia de Cirurgia Oncológica; Membro da Sociedade Europeia de Mastologia; Presidente da Assoc. Cultural «Amigos da Serra da Estrela»; Independente.

Meda

CM
João Carlos de Matos Domingos
32 anos; Empregado de Escritório; Membro do PCP.
AM
Carlos Duarte Almeida Pedro
39 anos; Comerciante; Membro do PCP.

Pinhel

CM
António Bernardo Silva
45 anos; Comerciante; Membro do PCP.
AM
Francisco Alípio Fernandes
33 anos; Funcionário Público; Independente.

Sabugal

CM
Geraldo Mendes
50 anos; Bancário (Reformado); Membro do PCP.
AM
João Carlos Taborda Manata
34 anos; Relojoeiro; Membro do PCP.

Seia

CM
Humberto Mota Veiga
56 anos; Técnico de Gestão Administrativa; Membro da AM de Seia; Membro do PCP.
AM
Manuel Leitão
38 anos; Professor; Membro do PCP.

Trancoso

CM
José Mendes
69 anos; Ajudante de Notário (Aposentado); Foi membro da AM de Trancoso de 1976 a 1979; Independente.
AM
Manuel da Caridade Santos
53 anos; Industrial; Foi membro da Assembleia de Freguesia dos Tamanhos-Trancoso de 1982 a 1985; Independente.

Vila Nova de Foz Côa

CM
Armando Augusto Branquinho Pinto
37 anos; Ferroviário; Membro do PCP.

AM

José Manuel da Costa Ribeiro
46 anos; Professor; Independente.

Distrito: Leiria

Alcobaça

CM
Rogério Manuel Madeira Raimundo
42 anos; Professor; Dirigente Sindical; Membro da Assembleia de Freguesia de Cela; Membro do PCP.
AM
José Miguel Marques Subtil
44 anos; Licenciado em História; Professor do Ensino Secundário; Membro da AM de Alcobaça; Membro do PCP.

Alvaiázere

CM
Acácio Ribeiro de Carvalho
58 anos; Comerciante; Membro do PCP.
AM
Hélio Nunes dos Santos
31 anos; Operário da construção civil; Independente.

Ansião

CM
José Fernando Paz
40 anos; Trabalhador da Administração Pública; Membro do PCP.
AM
Isidro Pimenta
43 anos; Padeiro; Membro do PCP.

Batalha

CM
António Lopes Canhoto
47 anos; Tractorista; Independente.
AM
José Joaquim Filipe Valentim
34 anos; Pintor de Automóveis; Membro do PCP.

Bombarral

CM
José Célio Mil Homens
65 anos; Ajudante Técnico de Farmácia; Membro do PCP.
AM
Fernando Sobral
55 anos; Técnico de Contas; Membro do PCP.

Caldas da Rainha

CM
Ana Maria Rodrigues da Silva
42 anos; Professora; Membro da Dir. do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa; Membro do PCP.
AM
Fernando Ferreira
55 anos; Médico; Foi membro da AM entre 1980 e 1982; Foi vereador da CM de 1983 a 1985; Membro do PCP.

Castanheira de Pêra

CM
Hermâni Lopes
65 anos; Cenógrafo, Pintor; Membro do PCP.
AM
Maria José Henriques
37 anos; Licenciada em Filosofia; Membro do PCP.

Figueiró dos Vinhos

CM
Joaquim Neves Almeida
59 anos; Bancário; Membro do PCP.
AM
João Vaz Simões
46 anos; Agricultor; Membro do PCP.

Leiria

CM
Sérgio Carvalho Jorge Silva
34 anos; Licenciado em Economia; Chefe da Divisão de Administração e Finanças da CM da Marinha Grande; Membro do PCP.
AM
José Augusto Esteves
45 anos; Empregado de Escritório; Membro do CC e do Conselho Nacional do PCP.

Marinha Grande

CM
João Barros Duarte
60 anos; Bancário; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.
AM
Luís Guerra Marques
47 anos; Licenciado em Economia; Membro da AM; Membro do PCP.

Nazaré

CM
Elpidio Codinha Santos
Economista; Independente.
AM
Eduardo Moradas Ferreira
Neurologista; Membro do PCP.

Óbidos

CM
Bárbara de Figueiredo Martins de Freitas
54 anos; Secretária; Membro do PCP.
AM
António Henriques Ribeiro
47 anos; Operário Cerâmico; Membro do PCP.

Candidaturas da CDU à Presidência de

Pedrógão Grande

CM
Afonso José
65 anos; Comerciante (aposentado); Membro do PCP.
AM
António Duarte Dinis
54 anos; Auxiliar de biblioteca; Membro do PCP.

Peniche

CM
Margarida Taveira
42 anos; Advogada; Consultora Jurídica do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Leiria; Independente.
AM
Jorge Amador
28 anos; Empregado; Membro da AM; Membro do Secretariado da Dir. Nacional da JCP; Membro suplente do CC do PCP.

Pombal

CM
Adelino de Barros Malho
31 anos; Engenheiro técnico mecânico; Independente.
AM
Silvino Jorge Alves
50 anos; Bancário; Independente.

Porto de Mós

CM
António Pereira Carvalho
42 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.
AM
Jorge Manuel Guerreiro
39 anos; Operário Têxtil; Membro do PCP.

Distrito: Lisboa

Alenquer

CM
Álvaro Diniz
39 anos; Licenciado em Finanças; Vereador da CM de Alenquer; Membro do PCP.
AM
Vladimiro Matos
40 anos; Comerciante; Membro da AM de Alenquer; Membro do PCP.

Amadora

CM
Orlando Almeida
50 anos; Engenheiro Agrônomo; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.
AM
Mário Ventura Henriques
57 anos; Escritor; Independente.

Arruda dos Vinhos

CM
Abel Ribeiro
36 anos; Sociólogo; Independente.
AM
Rogério Quirino
39 anos; Técnico de Audiovisuais; Foi Vereador no mandato 1986/89; Membro do PCP.

Azambuja

CM
Cid Simões
62 anos; Profissional de Telecomunicações; Membro do PCP.
AM
António José Rodrigues
49 anos; Licenciado em Direito; Vereador da CM da Azambuja; Membro do PCP.

Cadaval

CM
João Luís Pinto Machado
52 anos; Encarregado; Membro do PCP.
AM
Jorge Manuel Francisco
39 anos; Electricista; Membro do PCP.

Cascais

CM
Carlos Sota
42 anos; Funcionário Público; Vereador da CM de Cascais; Membro do PCP.
AM
Vitor Silva
48 anos; Gestor; Vereador da Câmara Municipal de Cascais; Membro do PCP.

Lisboa

CM
(1º Candidato do PCP)
Rui Godinho
45 anos; Engenheiro Químico; Vereador da CM de Lisboa; Membro do PCP.
AM
João Amaral
48 anos; Deputado à Assembleia da República; Presidente da AM de Lisboa; Membro do CC do PCP.

Loures

CM
Demétrio Alves
42 anos; Licenciado em Engenharia; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.
AM
Manuel Veiga
52 anos; Jurista; Presidente da AM de Loures; Membro da Com. Concelhia do PCP.

Lourinhã

CM
Fernando Isaac Figueiredo Gonçalves
53 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.
AM
José Neto da Silva
45 anos; Operário; Membro do PCP.

Mafra

CM
Olga Pires
40 anos; Professora; Eleita na Freguesia da Venda do Pinheiro; Membro do PCP.
AM
José Piorno
59 anos; Engenheiro Maquinista da Marinha Mercante; Membro do PCP.

Oeiras

CM
José Tavares da Cruz
56 anos; Economista; Presidente da Assembleia de Freguesia de Camaxide; Membro do PCP.
AM
Celorico Moreira
57 anos; Professor de Educação Física; Vereador da CM de Oeiras; Membro do PCP.

Sintra

CM
Lino Paulo
44 anos; Sociólogo; Técnico Superior de Autarquias; Vereador da CM de Sintra; Membro do PCP.
AM
Fernando Silvino Teixeira
48 anos; Advogado; Delegado da Ordem dos Advogados no Concelho de Sintra; Membro do PCP.

Sobral de Monte Agraço

CM
António Bogalho
35 anos; Operário; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.
AM
Egídio Ribeiro
43 anos; Bancário; Presidente da AM; Membro do PCP.

Torres Vedras

CM
Manuel Fernandes
43 anos; Professor; Vereador da CM de Torres Vedras; Membro do PCP.
AM
Conceição Ceia
46 anos; Professora; Directora da Cooperativa de Comunicação e Cultura de Torres Vedras; Independente.

Vila Franca de Xira

CM
Daniel Branco
47 anos; Engenheiro, técnico de electrónica e máquinas; Actual Presidente da CM; Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa; Membro do CC do PCP.
Assembleia Municipal
José Ernesto Cartaxo
50 anos; Operário; Membro da Com. Executiva da CGTP-IN; Membro do PCP.

Distrito: Portalegre

Alter do Chão

CM
Maria Eugénia Palha Marques Ferreira
43 anos; Médica; Actual Presidente da AM; Membro do PCP.
AM
João Manuel Laureano Martins
34 anos; Técnico de Telecomunicações; Actual vereador na CM; Membro do PCP.

Arronches

CM
Diogo Júlio Cleto Serra
40 anos; Empregado de Escritório; Actual vereador na CM; Membro do PCP.
AM
Daniel José da Silva Pereira Balbino
39 anos; Professor; Actual Vereador da Câmara; Membro do PCP.

Avis

CM
António Raimundo Bartolomeu
48 anos; Engenheiro Técnico Agrícola; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.
AM
Manuel Maria Libério Coelho
25 anos; Estudante; Membro do PCP.

Campo Maior

CM
António João Borrego Gonçalves
47 anos; Empregado de Escritório; Actual Vereador na CM; Membro do PCP.
AM
João Carlos Martins Cordeiro
36 anos; Professor; Membro do PCP.

Castelo de Vide

CM
Manuel Fernando Serpa Soares
46 anos; Médico; Membro do PCP.
AM
Rui Pereira Alves Brás
37 anos; Médico; Membro da AM; Independente.

Crato

CM
Manuel António Sanches Ferreira
45 anos; Funcionário Público; Actual vereador na CM; Membro do PCP.
AM
Maria Leonor Maia Xavier
43 anos; Operária Agrícola; Membro da AM; Membro do PCP.

Elvas

CM
João Manuel Matias Vintém
37 anos; Funcionário Público; Actual Vereador na CM; Membro do PCP.
AM
João Manuel Restolho Orelhas

36 anos; Professor; Membro da Dir. Distrital do Sindicato dos Professores da Zona Sul; Membro da AM; Membro do PCP.

Fronteira

CM
Florianio Ludovico Cordeiro
52 anos; Agente Técnico Agrário; Membro do PCP.
AM
João António Figueira
34 anos; Funcionário Público; Independente.

Gavião

CM
António da Silva Francisco
69 anos; Empregado de Escritório (reformado); Membro do PCP.
AM
Alberto Paisana Faria
46 anos; Empregado Bancário; Independente.

Marvão

CM
José Caldeira Martins
42 anos; Médico Veterinário; Independente.
AM
Custódio José Cáceres Marques
39 anos; Professor; Membro do PCP.

Monforte

CM
José Fernando Amanso Lange
41 anos; Funcionário Público; Vereador da CM; Independente.
AM
Eliseu Laureano Martins
Instrutor de Condução; Independente.

Nisa

CM
José Manuel Basso
38 anos; Médico; Presidente da Dir. Câmara; Membro do PCP.
AM
Arménio Almeida
49 anos; Médico; Presidente da AM; Independente

Ponte de Sôr

CM
José Amante
47 anos; Engenheiro Técnico Agrário; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.
AM
Manuel Prates Miguel
46 anos; Advogado; Independente.

Portalegre

CM
Casimiro António da Piedade Menezes
39 anos; Médico; Membro do PCP.
AM
Clementina Gonçalves da Fonseca Miranda
42 anos; Professora; Membro do PCP.

Sousel

CM
António Pereira Feliz
44 anos; Industrial de Padaria; Membro do PCP.
AM
António José Mendes Justo
42 anos; Motorista; Presidente da AM; Membro do PCP.

Distrito: Porto

Amarante

CM
Carlos Manuel Pinheiro Gonçalves
36 anos; Comerciante; Foi dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte; Foi membro da AM de Amarante 1985/89; Membro do PCP.
AM
José Maria Duarte
38 anos; Comerciante; Membro do PCP.

Baião

CM
Maria Manuela Rosas Batista Silva Pereira
37 anos; Industrial; Independente.
AM
Manuel Pereira da Silva Rodrigues
43 anos; Empregado Escritório; Membro da AM; Membro do PCP.

Felgueiras

CM
José Lemos Martins
54 anos; Técnico Operacional de Telecomunicações; Membro da Assembleia de Freguesia de Caramos; Foi Membro da AM de Felgueiras entre 1979/1982; Membro do PCP.
AM
António Manuel Vivaldo de Almeida
43 anos; Licenciado em História; Professor, Vice-Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de Felgueiras; Membro da AM de Felgueiras; Membro do PCP.

Gondomar

CM
António Luís Pimenta Dias
36 anos; Empregado de Escritório; Vereador da CM; Membro da DORP do PCP.
AM
Armando Pimenta
51 anos; Delegado de Propaganda Médica; Foi membro da CA da CM de Gondomar; Foi vereador da CM de Gondomar; Membro da AM; Membro do PCP.

Lousada

CM
José Fernando Araújo Calçada

46 anos; Inspector Pedagógico; Presidente do Sindicato dos Inspectores de Ensino; Membro do Conselho Nacional da CNA; Membro da AM de Lousada; Deputado à Assembleia República; Membro da Com. Concelhia de Lousada do PCP.
AM
José da Silva Pinto Matos
49 anos; Industrial; Membro do PCP.

Maia

CM
Mário Rui P. S. Pereira
43 anos; Bancário; Activista do Movimento Associativo e Popular das Colectividades de Cultura e Recreio; Treinador de Futebol; Membro do PCP.
AM
Manuel Bastos Cunha
43 anos; Bancário; Membro do Conselho Geral dos Bancários do Norte; Membro do PCP.

Marco de Canavezes

CM
Rodrigo Fernandes Lopes Pinto
28 anos; Advogado estagiário; Independente.
AM
José Manuel Vasconcelos
42 anos; Técnico de Vendas; Membro do PCP.

Matosinhos

CM
Albino Valdemar Ferreira Madureira
48 anos; Economista; Chefe da Delegação Aduaneira de Leixões; Foi vereador da CM de Matosinhos; Foi Membro dos Conselhos de Administração dos SMEAS e dos SMAS de Matosinhos; Membro do CC e da DORP do PCP.
AM
António dos Santos Graça
49 anos; Médico; Presidente da Dir. Regional do Norte da Assoc. Portuguesa de Médicos Hospitalares; Membro da AM de Matosinhos; Membro do PCP.

Paços de Ferreira

CM
Emiliano Fernando de Sousa Ribeiro
37 anos; Director Comercial; Treinador da Selecção Portuguesa de Futebol de Salão; Membro do PCP.
AM
José Paulo Torres
46 anos; Motorista; Membro do PCP.

Paredes

CM
Álvaro Pinto
37 anos; Ferroviário; Foi Membro da AM de Paredes; Tem exercido vários mandatos como membro da CT da CP e como dirigente sindical do sector; Membro do Conselho Regional do Porto do PCP.
AM
Cristiano Ribeiro
36 anos; Médico; Membro da Assoc. de Pais da Escola Preparatória de Paredes; Membro da Com. Concelhia de Paredes do PCP.

Penafiel

CM
Adrião Palmiro Bessa da Cunha
54 anos; Gestor; Membro da AM; Vice-Presidente da Assembleia Geral da Cooperativa Agrícola de Penafiel; Independente.
AM
António Alberto Vieira Simões
38 anos; Professor; Presidente da Dir. da Assoc. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penafiel; Independente.

Porto

CM
Ilda Figueiredo
44 anos; Economista; Professora do Ensino Secundário; Foi vereadora da CM de Vila Nova de Gaia; Foi deputada à Assembleia da República; Membro do CC do PCP.
AM
Emílio Peres
60 anos; Médico endocrinologista; Chefe de serviço hospitalar; Professor convidado do curso de Ciências de Nutrição da Universidade do Porto; Presidente da Sociedade Portuguesa de Endocrinologia; Membro de várias Sociedades Médicas nacionais e estrangeiras; Presidente da Dir. da Universidade Popular do Porto; Membro do PCP.

Póvoa do Varzim

CM
Joaquim Cancela
64 anos; Inspector Notarial; Foi membro da AM; Independente.
AM
José Maria Reina
45 anos; Advogado; Independente.

Santo Tirso

CM
Atanagildo Lobo
33 anos; Advogado; Membro da AM de Santo Tirso; Membro do Conselho Regional do Porto do PCP.
AM
Miguel Renato
49 anos; Bancário; Cabeça de lista pela primeira vez em 1983; Membro do PCP.

Valongo

CM
Eduarda Ferreira
44 anos; Professora do Ensino Secundário; Vereadora da CM; Membro do PCP.
AM
Fernando António Vaz Faria Sampaio
57 anos; Médico; Assistente hospitalar

de obstetrícia e ginecologia; Foi vereador da CM e membro da AM; Membro do PCP.

Vila do Conde

CM
Júlio Vasques
44 anos; Bancário; Independente.
AM
Jorge Marques
45 anos; Médico; Membro do PCP.

Vila Nova de Gaia

CM
José Honório Novo
42 anos; Engenheiro Electrotécnico; Professor do Ensino Secundário; Vereador da CM; Membro do Conselho Regional do Porto do PCP.
AM
Alberto Andrade
66 anos; Bancário reformado; Foi Presidente da AM de Vila Nova de Gaia; Membro da AM de Vila Nova de Gaia; Dirigente da Assoc. dos Escritores de Vila Nova de Gaia e da Assoc. dos Amigos do Parque Biológico; Independente.

Distrito: Santarém

Abrantes

CM
Luís Peixoto
38 anos; Médico; Vereador da CM de Abrantes; Deputado à Assembleia da República; Membro do PCP.
AM
Manuel Lopes
54 anos; Chefe de Serviços Administrativos; Independente.

Alcanena

CM
Valdemar Henriques
43 anos; Coordenador da União dos Sindicatos de Santarém; Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Foi vereador da CM de Alcanena em 1985/1989; Membro do PCP.
AM
António Martins
61 anos; Técnico de Vendas; Membro do PCP.

Almeirim

CM
Gabriel Duarte
41 anos; Técnico Tributário; Actual vereador da CM de Almeirim; Independente.
AM
José Alfaiate
43 anos; Engenheiro; Membro do PCP.

Alpiarça

CM
Raul Figueiredo
48 anos; Engenheiro Químico; Assessor da Assoc. dos Municípios do Distrito de Setúbal; Membro do PCP.
AM
Armindo Pinhão
40 anos; Professor; Presidente da AM; Membro da Com. Executiva da Região de Turismo do Ribatejo; Membro do PCP.

Benavente

CM
António José Ganhão
48 anos; Professor; Actual Presidente da CM; Membro do Conselho Directivo da Assoc. Nacional de Municípios; Presidente da Assoc. de Municípios da Lezíria do Tejo; Membro do PCP.
AM
Silvia Frazão
67 anos; Investigadora Científica; Membro do PCP.

Cartaxo

CM
Helder Travado
64 anos; Professor; Actual vereador da CM; Membro do PCP.
AM
Aurélio Marques
55 anos; Professor; Independente.

Chamusca

CM
Sérgio Carrinho
44 anos; Empregado de Escritório; Actual Presidente da CM; Membro do Conselho Geral da Assoc. Nacional de Municípios; Presidente da Assembleia Distrital de Santarém; Independente.
AM
João Saramago
46 anos; Empregado de Escritório; Presidente da AM; Independente.

Constância

CM
António Mendes
43 anos; Electricista; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.
AM
Virgílio André
Bancário; Independente.

Coruche

CM
Manuel Brandão
43 anos; Animador Cultural; Actual Presidente da CM; Membro do Conselho Geral da Assoc. Nacional de Municípios; Membro do PCP.
AM
António da Silva Teles
59 anos; Economista; Ex-presidente da CM; Membro do PCP.

Entroncamento

CM
José Luís Fernandes
53 anos; Ferroviário; Actual vereador da CM; Membro do PCP.

AM
Henrique Leal
39 anos; Professor; Independente.

Ferreira do Zêzere

CM
Mário Ribeiro
44 anos; Ferroviário; Membro do PCP.
AM
António Orlando Lopes Alcobia
39 anos; Empregado; Independente.

Golegã

CM
Manuel Madeira
34 anos; Professor; Actual Presidente da CM; Independente.
AM
António Brás
41 anos; Professor; Independente.

Mação

CM
João Nunes Pequeto
55 anos; Assistente de gestão; Independente.
AM
Fernando Torres
71 anos; Arquitecto; Independente.

Rio Maior

CM
João Narciso Verde da Costa
39 anos; Soldador; Membro do PCP.
AM
José Manuel da Silva Neves
34 anos; Pintor de automóveis; Membro do PCP.

Salvaterra de Magos

CM
Ana Cristina Ribeiro
40 anos; Empregada de Escritório; Membro da AM; Membro do PCP.
AM
Rui Antão
49 anos; Electricista; Membro do PCP.

Santarém

CM
João Luís Madeira Lopes
49 anos; Advogado; Membro da Intervenção Democrática (ID).
AM
José António Martins Leitão
54 anos; Advogado; Actual Membro da AM; Membro da Intervenção Democrática (ID).

Sardoal

CM
Mário Jorge Sousa
40 anos; Jornalista; Membro do PCP.
AM
Júlio Santos
39 anos; Operário Fabril; Membro do PCP.

Tomar

CM
António Eduardo Conceição Serraventoso
40 anos; Professor; Membro da AM entre 1980 e 1989; Membro do Partido Ecologista «Os Verdes».
AM
João Gassman da Silva Pinto
53 anos; Maquinista naval; Membro do PCP.

Torres Novas

CM
Carlos António Lopes Tomé
35 anos; Advogado; Independente.
AM
Carlos Trincão de Oliveira Marques
49 anos; Advogado; Membro da AM de Torres Novas; Membro do PCP.

Vila Nova de Ourém

CM
Sérgio Ribeiro
57 anos; Economista; Deputado do PCP no Parlamento Europeu; Membro do PCP.
AM
Isabel Espada Lourenço
46 anos; Comerciante; Membro do PCP.

Vila Nova da Barquinha

CM
Justino dos Santos
62 anos; Advogado; Independente.
AM
João Filipe Ricardo
40 anos; Funcionário Administrativo; Membro do PCP.

Distrito: Setúbal

Alcácer do Sal

CM
Rogério de Brito
47 anos; Engenheiro agro-industrial; Deputado no Parlamento Europeu; Membro do PCP.
AM
Rui Carlos Oliveira
36 anos; Médico; Membro do PCP.

Alcochete

CM
Miguel Boiero
46 anos; Contabilista; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.
AM
Álvaro Costa
43 anos; Funcionário Administrativo; Actual Presidente da AM; Membro do PCP.

Almada

CM
Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa
48 anos; Bancária; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.

Câmaras e Assembleias Municipais

AM
José Manuel Maia Nunes de Almeida
47 anos; Serralheiro Mecânico; Presidente da AM de Almada; Deputado do PCP na Assembleia da República.

Barreiro

CM
Pedro Alberto Correia Andrade Canário
41 anos; Director Comercial; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.

AM
Helder da Silva Nobre Madeira
53 anos; Empregado de Escritório; Presidente da AM do Barreiro; Membro do PCP.

Grândola

CM
Fernando Travassos
Arquiteto; Membro da AM de Grândola; Independente.

AM
António Figueira Mendes
50 anos; Empregado de Escritório; Actual Presidente da AM; Membro do PCP.

Moita

CM
José Luís Lopes Pereira
52 anos; Bancário; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.

AM
João Almeida
51 anos; Empregado de Escritório; Actual Vereador da CM; Membro do PCP.

Montijo

CM
Jacinta Ricardo
45 anos; Contabilista; Actual Presidente da CM; Membro do PCP.

AM
Jorge Peixinho
53 anos; Professor/Músico; Independente.

Palmela

CM
Carlos Manuel Barateiro de Sousa
41 anos; Analista de Sistemas; Vereador da CM de Palmela; Membro do PCP.

AM
Vitor Manuel Barrocas Borrego
50 anos; Desenhador; Presidente da AM de Palmela; Membro do PCP.

Santiago do Cacém

CM
Ramiro Francisco Guiomar Beja
50 anos; Motorista; Actual Presidente da CM; Independente.

AM
Sérgio Baptista Pereira Bento
38 anos; Professor; Presidente da Assembleia Municipal de Santiago do Cacém; Membro do PCP.

Seixal

CM
Eufázio Filipe Garcez José
44 anos; Gestor de Recursos Humanos; Actual Presidente da Câmara Municipal; Membro do PCP.

AM
Joaquim Eusébio Reis Silveira Oliveira
56 anos; Bancário; Presidente da AM do Seixal; Membro do PCP.

Sesimbra

CM
Ezequiel Lino
56 anos; Bancário; Actual Presidente da Câmara; Membro do PCP.

AM
Carlos Afonso
40 anos; Empregado da Indústria Hoteleira; Membro do PCP.

Setúbal

CM
Heitor Manuel de Oliveira Matos
43 anos; Professor do Ensino Secundário; Membro do PCP.

AM
Francisco Leonel Rodrigues Lobo
63 anos; Gestor; Presidente da CM de Setúbal entre 1980 e 1985; Membro do PCP.

Sines

CM
Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco
45 anos; Bancário; Actual Presidente da Câmara Municipal; Membro do PCP.

AM
Carlos Alberto Carmo Costa Espadinha
48 anos; Pescador; Membro da AM de Sines; Membro do PCP.

Distrito:

Viana do Castelo

Arco de Valdevez
CM
Joaquim Barreira
48 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
António Machado
65 anos; Professor aposentado; Membro do PCP.

Caminha

CM
Manuel Lopes Afonso
52 anos; Professor do Ensino Secundário; Foi cabeça de lista em 1989; Independente.

AM
José Manuel Nogueira Gil
48 anos; Inspector do Ensino Secundário; Foi professor da Faculdade de Letras da UP; Crítico Literário; Membro

da Assembleia Municipal de Caminha; Membro da DORVIC do PCP.

Melgaço

CM
Horácio Lima
52 anos; Bancário; Membro do PCP.

AM
José António Gonçalves
51 anos; Empregado de Escritório; Membro do PCP.

Monção

CM
Carlos Henrique Campos de Araújo Barbeitos
51 anos; Advogado; Foi consultor jurídico do Movimento Sindical; Foi candidato pela CDU nas eleições legislativas em 1991; Foi cabeça de lista da CDU nas eleições intercalares para a CM de Monção em 1990; Membro do PCP.

AM
Jaime Fernandes Alves
34 anos; Comerciante; Foi candidato pelo círculo da Europa nas eleições legislativas em 1991; É presidente da Assoc. dos Portugueses na cidade de Nanterre; É da Dir. da Assoc. "Portugal de Abril" em Paris; Membro do organismo de coordenação do PCP na Europa.

AM
José Manuel Cunha Alves
47 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
Arlindo Fernandes Alves
37 anos; Professor; Membro do PCP.

Paredes de Coura

CM
José Manuel Cunha Alves
47 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
Arlindo Fernandes Alves
37 anos; Professor; Membro do PCP.

Ponte da Barca

CM
João Lobo
47 anos; Bancário; Membro do PCP.

AM
Arnaldo Gonçalves Pereira
38 anos; Independente.

Ponte de Lima

CM
António Fiúza
36 anos; Bancário; Independente.

AM
Cândido Monteiro
60 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Valença

CM
Fernando Décio Sousa Galeão
43 anos; Ferroviário; Membro do PCP.

AM
Alípio Nunes Vaz Sousa
43 anos; Electricista; Membro do PCP.

Viana do Castelo

CM
António Gonçalves da Silva
54 anos; Inspector Principal Adjunto da Inspeção Geral do Ensino; Membro da AM de Viana do Castelo; Membro da Dir. do Centro Cultural do Alto-Minho; Membro da Dir. do Sindicato dos Inspectores do Ensino; Membro da DORVIC do PCP.

AM
Alberto Jaime Marques Midões
37 anos; Médico Cirurgião no Hospital Distrital de Viana do Castelo; Foi eleito pela APU na AM de Póvoa do Varzim; Activista de associações desportivas; Foi candidato nas eleições legislativas em 1991; Membro do PCP.

Vila Nova de Cerveira

CM
Egas Correia Pires
42 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
Carlos Alberto Plácido de Sousa
68 anos; Médico Investigador; Membro do PCP.

Distrito: Vila Real

Alijó
CM
Rui Costa
61 anos; Professor, geometra; Independente.

AM
Agostinho Monteiro
54 anos; Bancário; Membro do PCP.

Boticas

CM
Maria Cristina Afonso Magalhães
25 anos; Estudante Universitária; Independente.

AM
Domingos Afonso
61 anos; Agricultor; Membro do Secretariado dos Baldios de Trás-os-Montes; Membro do PCP.

Chaves

CM
António Barreira Batista
42 anos; Funcionário da EDP; Membro da AM de Chaves; Membro da Com. Concelhia de Chaves do PCP.

AM
Maria José Teles Grilo
48 anos; Professora do Ensino Secundário; Delegada Sindical; Membro da Com. Concelhia de Chaves do PCP.

Mesão Frio

CM
Manuel Silva Santos
48 anos; Motorista; Membro do PCP.

AM
Felisberto Correia de Freitas
55 anos; Motorista; Independente.

Mondim de Basto

CM
Bernardino Alegre

35 anos; Técnico auxiliar de pecuária; Independente.

AM
António Martins
40 anos; Controlador Têxtil; Membro do PCP.

Montalegre

CM
Bernardo Fernandes
55 anos; Escriturário; Membro do PCP.

AM
António Gonçalves Lopes
66 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Murça

CM
Carlos Araújo
37 anos; Vendedor; Membro do PCP.

AM
Mário Borges Rodrigues
47 anos; Comerciante; Membro do PCP.

Peso da Régua

CM
Valério Moutinho
30 anos; Engenheiro Agrônomo; Professor na Escola Secundária de Rodó; Membro do PCP.

AM
Guedes Pereira
44 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Ribeira de Pena

CM
Manuel Silva
60 anos; Empregado; Membro do PCP.

AM
Arnaldo Magalhães
46 anos; Funcionário da EDP; Membro da AM; Membro do PCP.

Sabrosa

CM
Maria Teresa Peixoto Fonseca
50 anos; Professora; Membro do PCP.

AM
Francisco Cuevas
34 anos; Professor; Membro do PCP.

Santa Marta de Penaguião

CM
João Gonçalves
36 anos; Funcionário da EDP; Membro do PCP.

AM
Manuel Monteiro;
63 anos; Empreiteiro; Independente.

Valpaços

CM
Alfredo Paula
45 anos; Industrial de Farmácia; Membro do PCP.

AM
José Barroso
40 anos; Comerciante e Empreiteiro; Membro do PCP.

Vila Real

CM
Virgílio Cardoso Alves
44 anos; Engenheiro Zootécnico; Professor assistente na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; foi candidato em diversas eleições autárquicas, Assembleia da República e Parlamento Europeu; Membro da DORVIC do PCP.

AM
Frederico Neves
44 anos; Médico Oftalmologista; Membro do PCP.

Distrito: Viseu

Armamar
CM
António Manuel Lareiro dos Santos
39 anos; Ajudante Técnico de Farmácia; Membro do PCP.

AM
Mário Ferreira Carneiro Cirineu
38 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Carregal do Sal

CM
António Luís Correia
47 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
Maria Amélia Monteiro
71 anos; Professora; Membro do PCP.

Castro Daire

CM
António Maria Ferreira Mendes
69 anos; Sargento na reserva; Independente.

AM
José Carlos Duarte Pinto
41 anos; Ajudante de Farmácia; Independente.

Cinfães

CM
Armando Monteiro Nogueira
47 anos; Empresário; Membro do PCP.

AM
António Alberto da Costa Cardoso
43 anos; Professor; Independente.

Lamego

CM
Gabriel da Conceição Costa Osório
44 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

AM
Manuel Joaquim Rodrigues
46 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Mangualde

CM
Mário da Silva Ferreira
39 anos; Empregado de Escritório; Membro do PCP.

AM
Fernando Ferreira Campos
39 anos; Empresário; Membro do PCP.

Moimenta da Beira

CM
Armando Santana Ferreira Aguiar
41 anos; Comerciante; Membro do PCP.

AM
Mário Ferreira Carneiro Cirineu
38 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Mortágua

CM
Laurindo Vieira Marques
41 anos; Bancário; Independente.

AM
José Manuel Cabral
44 anos; Técnico de Finanças; Independente.

Nelas

CM
Maria dos Prazeres Lopes Marques Rovisco
36 anos; Professora; Membro do PCP.

AM
José António Saraiva Brinquete
40 anos; Empregado de Escritório; Membro do PCP.

Oliveira de Frades

CM
António Fernandes de Oliveira
54 anos; Agricultor; Independente.

AM
Viriato Bastos Coelho
72 anos; Agricultor; Independente.

Penalva do Castelo

CM
Otilia de Lemos Martins Ramalho
50 anos; Funcionária Pública; Membro do PCP.

AM
António Fernandes Pereira
36 anos; Corticeiro; Membro do PCP.

Penedono

CM
José Maria da Silva
36 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
Orlando Augusto Timóteo Rodrigues
41 anos; Professor; Membro do PCP.

Santa Comba Dão

CM
Alberto Lopes de Andrade
36 anos; Operador de Laboratório de Betões; Membro do PCP.

AM
António Alves da Cruz Brinca
39 anos; Agricultor; Membro do PCP.

S. João da Pesqueira

CM
António Luís Vieira da Silva
37 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

AM
Amaro Pinto da Silva
49 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

São Pedro do Sul

CM
João de Lima Pinheiro
39 anos; Professor, licenciado em Engenharia; Independente.

AM
José Carlos Chã de Almeida
45 anos; Bancário; Membro da AM; Independente.

Sátão

CM
Rodrigo José Borbinha Belfo
37 anos; Empresário; Membro do PCP.

AM
Gustavo José Ferreira Cândido
36 anos; Professor; Membro do PCP.

Sernancelhe

CM e AM
Oswaldo Ribeiro Peliz
66 anos; Advogado; Membro do PCP.

Tabuaço

CM
Lucinda Maria Costa Pinto
30 anos; Engenheira Técnica Agrária; Membro do PCP.

AM
João Nunes Cardoso
37 anos; Técnico de Telecomunicações; Membro do PCP.

Tarouca

CM
Natalino da Silva Ferreira
53 anos; Industrial; Independente.

AM
Arménio de Almeida Libânio
46 anos; Funcionário Público; Independente.

Tondela

CM
Cílio Pereira Correia

36 anos; Médico; Membro do PCP.

AM
Carlos Alberto Antunes Dias
44 anos; Professor; Membro do PCP.

Vila Nova de Paiva

CM
Baltasar Manuel de Almeida
27 anos; Operário da Construção Civil; Membro do PCP.

AM
Maria Clementina Ferreira
45 anos; Funcionária Pública; Membro do PCP.

Viseu

CM
Manuel Rodrigues
40 anos; Licenciado em filosofia; Membro da Dir. da CNA.

AM
António Macário Monteiro
40 anos; Membro do Conselho Nacional da CGTP-IN; Membro do PCP.

Vouzela

CM
António Alexandrino de Figueiredo
42 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
José Maria Ferreira
62 anos; Comerciante; Membro do PCP.

R. A. dos Açores

Angra do Heroísmo
CM
Francisco Machado
42 anos; Técnico de Finanças; Membro do PCP.

AM
Emílio Martins Ribeiro
57 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Corvo
[Neste concelho, o PCP e o PEV concorrem integrados numa coligação com o PS]

Horta

CM
Luís Carlos Decq Mota
45 anos; Médico; Membro do PCP.

AM
Luís Carlos Decq Mota
76 anos; Médico; Membro do PCP.

Lagoa

CM
Manuel da Ponte
74 anos; Carpinteiro; Membro do PCP.

AM
José Luís Cabral Tavares
31 anos; Pedreiro; Membro do PCP.

Lajes das Flores

CM
Gabriela Silva
35 anos; Professora; Independente.

AM
Manuela Gomes
64 anos; Professora; Membro do PCP.

Lajes do Pico

CM
Hélio Dutra
31 anos; Empregado do Comércio; Membro do PCP.

AM
José Dinis Tomé
49 anos; Marítimo; Independente.

Madalena

CM
José Rodrigues
46 anos; Industrial de Táxis; Independente.

AM
João Medeiros Garcia
46 anos; Comerciante; Membro do PCP.

Nordeste

CM
Daniel Valério de Oliveira
29 anos; Professor; Membro do PCP.

AM
João Jacinto Medeiros Mota
38 anos; Funcionário Público; Membro do PCP.

Ponta Delgada

[Neste concelho, o PCP e o PEV concorrem integrados numa coligação com o PS, a UDP e o PDA]

Povoação

CM
Adelino Carvalho
36 anos; Empreiteiro; Independente.

AM
José Eduardo Amaral de Sousa
25 anos; Professor; Membro do PCP.

Ribeira Grande

CM
Jaime Furtado Pinheiro
35 anos; Empreiteiro; Independente.

Autarquias e corrupção em Trás-os-Montes

■ Modesto Navarro

Um homem volta a casa. Volta à terra, depois de alguns meses de ausência. Tem tempo para falar com os outros. Alguém conta a primeira história. É, afinal, a continuação de histórias antigas. O filho do presidente da Câmara Municipal é assessor do pai. Não tem vocação especial para o cargo. É assessor porque é. O pai é presidente deste há muitos anos e nomeou-o quando entendeu. O filho precisava de emprego e pronto, agora ganha cerca de duzentos contos naquela autarquia transmontana ainda liderada pelo PSD. Mas, recentemente, o rapaz decidiu abraçar também a carreira de «jovem agricultor». Já antes, como responsável do clube de futebol local, demonstrara enorme capacidade de gestão financeira... Portanto, como «jovem agricultor», teve experiência adquirida e artes de ir buscar uns dinheiros largos desses programas da Comunidade Europeia.

Assim, comprou uma carrinha, um tractor e tudo o que era necessário para viver melhor e agricultar nos intervalos. Passou a levar os trabalhadores assalariados aos restaurantes da vila, para almoçarem na paz do senhor e para provar que andava na terra a trabalhar. Entretanto, o tractor ficou muito danificado e ele vendeu a carrinha, continuando obviamente como assessor na Câmara. Jogar pelo seguro e «arriscar» sempre mais e mais, no âmbito da procura de financiamentos junto de ministérios do Governo do seu partido, não é obra difícil para estes dignos representantes da «juventude PSD».

Ouvindo a história, vamos andando por um caminho agrícola e lá vem um tractor com o atrelado bem carregado. Ao volante, Manuel Cordeiro faz-nos um aceno amigável. Rapaz ainda, já andava à frente e atrás dos machos, nas carradas e na lavra. Agora conduz um tractor já velho.

— Tenho este e queria trocá-lo... — diz. — Mas onde está o dinheiro?!

— Então e as ajudas da CEE?

— Essas são para os que não metem as mãos no trabalho! — sintetiza de imediato.

Ficamos a falar do cereal que não será recebido pela EPAC e dos objectivos da nova PAC.

— O verdadeiro agricultor vai acabar de vez — diz. E o tractor velho lá segue carregado, talvez uma das últimas imagens de trabalho e de amor ao campo.



normal. Depois passa a receber aí uns trinta contos por mês, se forem...

Sabe de mais, este comerciante. O agricultor ficou boquiaberto, na frente dele.

— O quê!? As minhas terras ficarem sem produzir?! Pode lá ser!...

— É isso mesmo que eles querem, caro senhor.

E lá foi o agricultor do PSD para a aldeia, a acreditar ainda mais na capacidade política do Governo que ajudou a manter no poder...

A corrupção instalada

«Jovens agricultores» financiados há muitos, em Trás-os-Montes, hoje em dia. São, normalmente, filhos de famílias antigas ou das novas famílias que apareceram e enriqueceram bem ligadas ao PSD e ao CDS. Solares antigos da vila foram recuperados com esses dinheiros para reconverter a agricultura. E ainda deram para comprar casas no Porto e noutros lados, com o louvável propósito de as boas famílias se manterem o tempo suficiente na cidade e passarem férias.

pela CE fica depois calado, na avenida, a olhar os longes da Vilarça. Ouço repetidamente o discurso sobre a CE e a destruição da agricultura transmontana e duriense. Gente de direita, agricultores, comerciantes e outros, analisam o que vem acontecendo e nem me apetece perguntar-lhes se não era isso o que lhes dizíamos há cinco e dez anos. Avisámos muito acerca do «Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes e Alto Douro» e das medidas e golpes violentos para o vinho do Porto, e para a agricultura em geral, que aí vinham. Hoje, esse discurso vem, com sabor a experiência vivida, da boca das pessoas que nos olhavam até desconfiadas, quando fazíamos a previsão do que se preparava em Lisboa e em Bruxelas. Mas, agora, Valente de Oliveira já não aparece no Norte e em Trás-os-Montes para vender a banha da cobra. Outros continuam a obra de esvaziamento das terras e do interior, silenciosos e longínquos ministros e secretários de Estado do PSD.

Em Bragança, em Mogadouro, em Vila Flor e noutros concelhos do Nordeste repetem-se as situações de corrupção e também de revolta. Os apaniguados e braços armados dos poderes local e central do PSD governam-se à sombra dos dinheiros e apoios que exigem contrapartidas. Estas são e serão o abandono dos campos e são, também, a imoralidade, o roubo descarado e o salve-se quem puder como exemplos terríveis nomeadamente para os jovens. Depois disto, que valores ficam para as novas gerações, para além da continuação da emigração, da droga já espalhada pela região e do desinteresse crescente pelo trabalho?

O «reino» mais triste

Não venham falar do reino maravilhoso de Trás-os-Montes sem avaliarem o que acontece à agricultura, à pouca indústria que por lá foi implantada e também à nossa cultura e à identidade local e regional, sistematicamente destruídas por forças políticas de direita, assentes em caciques distritais e locais ávidos de poder, de dinheiro e de benesses. As redes da corrupção, directamente ligadas aos ministérios e ao PSD, lá estão montadas e funcionam às ocultas e às claras. Os factos saltam a cada momento, na praça, no comércio, na avenida, no café e nos campos, quando por lá andamos e falamos nomeadamente com os reais trabalhadores da terra, em vias de extinção. A amargura e a revolta são imensas e prenunciam novas viragens. Oxalá continue a ser feito um trabalho sério de esclarecimento e de mobilização para as lutas em defesa da economia da região, da cultura e da nossa capacidade de sermos fraternos e frontais perante o mundo. Mas os perigos são imensos e a destruição e a imoralidade «exemplares» que vêm dos poderes local e central do PSD cavam fundo.

Entretanto, as eleições autárquicas estão à porta. Com sacrifício, muito trabalho e vontade de intervir na vida local e regional, a CDU apresentou listas de candidatos nos concelhos do distrito de Bragança. Jovens operários, agricultores e trabalhadores dos serviços estão em campo para trazerem estas e outras situações de destruição dos concelhos e da região à reflexão e à intervenção das populações.

Tudo isto numa situação em que candidatos do PS, como é o caso do primeiro candidato à Câmara Municipal de Vila Flor, são rodeados por agrários e outra gente de direita, esperançados em voltarem a ver na autarquia representantes da sua casta de privilegiados desaposados do poder com o 25 de Abril. Tristes e controversas situações que preocupam os habitantes conscientes do concelho e os levam a ponderar na razão acrescentada das candidaturas da CDU que foram apresentadas à Câmara e à Assembleia Municipal de Vila Flor.

A burla da PAC

Numa loja da vila, o comerciante e amigo conta a história do agricultor já idoso, desde sempre dedicado à terra, com a família. Veio de Sampaio, entusiasmado com a perspectiva de reforma messiânica da nova PAC. É um homem do PSD e cacique da aldeia. Chega à loja do comerciante e diz:

— Já sei o que vou fazer. Reformo-me, fico com cento e cinquenta contos por mês e ponho as terras em nome dos meus filhos. Eles passam a jovens agricultores, têm os subsídios da Europa e ficamos todos com a vida resolvida.

— Pois é... — diz o comerciante. — Só que o senhor esquece-se de um pequeno pormenor. É que, para receber cento e tal contos de reforma por mês, aos cinquenta e cinco anos, as suas terras têm de ficar incultas a partir de agora, sem qualquer produção. É essa a contrapartida que a Comunidade Europeia quer.

— Não me diga!...

— Digo, digo. Eles querem isso, que é para nos venderem os produtos deles. E dão-lhe os cento e tal contos até chegar à idade da reforma



Os Estados Unidos intensificam a instrumentalização da ONU

(Conclusão)

■ Miguel Urbano Rodrigues

O desastre somali

O desastroso desenvolvimento da intervenção na Somália veio, entretanto, perturbar os estrategos de Washington, ao pôr em causa a ambiciosa política de instrumentalização da ONU.

A Operação «Restaurar a Esperança», iniciada com um espectáculo mediático e propagandeada como gesto de fins exclusivamente humanitários, foi um enorme fracasso. Ao fazer dos capacetes azuis um exército de ocupação colonial, contribuiu simultaneamente para o desprestígio das Nações Unidas, iluminando a sua subalternização.

Nos EUA, a Casa Branca e sobretudo o Pentágono não avaliaram com lucidez a situação quando ocorreram os primeiros choques com os *habrighdir* de Mohamed Farid Aidid, o «general» que antes da intervenção era tratado como um «aliado» e que estimulou e aplaudiu o desembarque das tropas americanas. Os «falcões» do Departamento de Defesa reagiram mal às advertências da Itália e criaram um conflito absurdo com a Itália, exigindo (e obtendo) a cabeça do general Loi, um soldado que conhecia bem a Somália e os seus clãs.

Washington somente se apercebeu da extensão do desastre quando os *rangers* – os rambos da Somália – acumularam fracassos ridículos, os helicópteros Cobra começaram a ser abatidos pelos homens de Aidid e os primeiros caixões principaram a chegar aos EUA.

Warren Christopher, definido pela imprensa de Nova Iorque como o pior secretário de Estado do último meio século, sugeriu então a Bill Clinton que abrisse as portas a uma mudança de política, usando para o efeito a tribuna das Nações Unidas. Mas o Presidente dos EUA não é um político vocacionado para o tratamento inteligente dos assuntos internacionais. O discurso que lhe fizeram ler na ONU, no final de Setembro p. p., é uma peça oratória infeliz. A repercussão na opinião pública norte-americana foi agravada pela morte de duas dezenas de *rangers* nas semanas seguintes, em operações surrealistas de caça a Aidid.

Clinton temperou ameaças com contradições.

1. Reafirmou a vontade de eternizar o *leadership* dos EUA, retomando a tese da nação predestinada para dirigir e salvar a humanidade.

2. Responsabilizou as Nações Unidas pelo fracasso na Somália.

3. Advertiu que futuramente os EUA se reservam o direito de intervir militarmente onde julguem isso necessário para a defesa dos interesses americanos ou dos direitos do homem.

4. Sugeriu a criação na ONU do cargo de Alto Comissário para os Direitos do Homem.

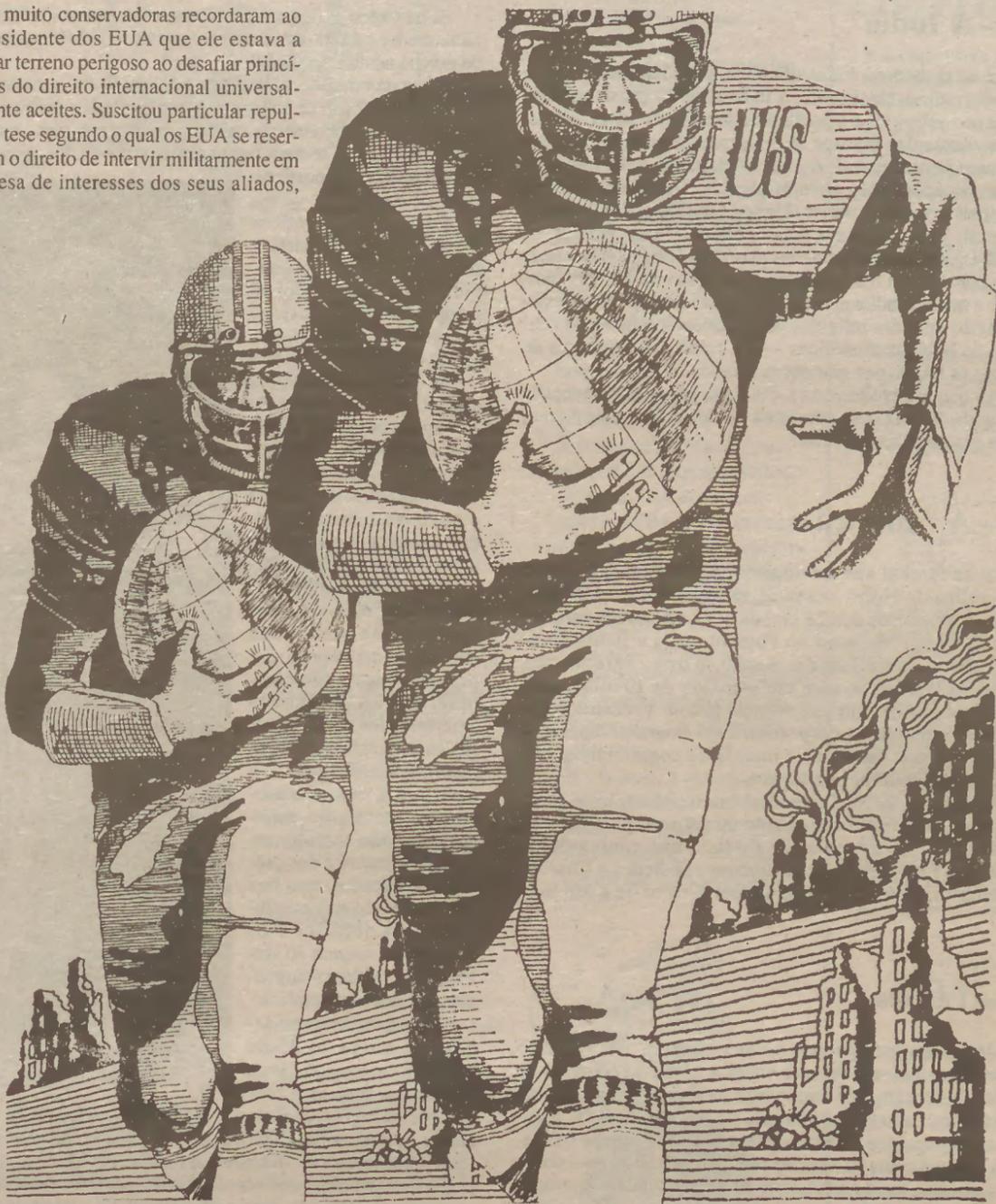
A imprensa norte-americana logo lhe avivou a memória, ao lembrar que a Operação «Restaurar a Esperança» foi concebida e montada em Washington e que, na época, os EUA desenvolveram um grande esforço para que a intervenção na Somália fosse apresentada ao mundo como projecto de George Bush apoiado pelas Nações Unidas. Aliás, mais de 80% das tropas que em Dezembro de 1992 foram desembarcadas em Mogadíscio eram, na primeira fase, norte-americanas. Durante os primeiros meses, o comando da Operação foi igualmente norte-americano. E, na prática, continua a ser dos EUA, pois o general turco nomeado pela ONU é uma personagem decorativa.

Ao discursar na ONU, Clinton acreditava ainda na possibilidade de esmagar rapidamente as forças de Aidid. Daí as ambiguidades do texto lido. A admissão do malogro coincidiu, paradoxalmente, com a intensificação das acções militares e o envio de mais tropas.

Esquecendo tudo os que os EUA têm afirmado sobre o insubstituível papel das Nações Unidas, como árbitro de conflitos internacionais, o Presidente lançou uma advertência ameaçadora: «Não hesitaremos em agir unilateralmente no caso de ameaça aos nossos interesses ou aos dos nossos aliados».

Não foi apenas nos EUA que o discurso provocou mal-estar. Da Europa choveram críticas. Até personalidades e for-

ças muito conservadoras recordaram ao Presidente dos EUA que ele estava a pisar terreno perigoso ao desafiar princípios do direito internacional universalmente aceites. Suscitou particular repulsa a tese segundo a qual os EUA se reservam o direito de intervir militarmente em defesa de interesses dos seus aliados,



passando por cima da ONU. Por outras palavras, Clinton veio dizer que não reconhece limites ao intervencionismo norte-americano.

Os adversários do Presidente qualificaram o seu discurso de duplamente hipócrita. Em primeiro lugar, porque ao responsabilizar a ONU pelo fracasso na Somália omitia o facto transparente de que o Conselho de Segurança das Nações Unidas actuou sob pressão de Washington, como seu instrumento. Em segundo lugar, porque Clinton, ao discursar e semear ameaças em todos os azimutes, considerava já a hipótese de recuo.

A cadeia de desaires militares do início de Outubro forçou a Casa Branca a uma guinada de 180°. A chegada dos caixões e sobretudo as imagens que a televisão levou aos lares americanos colocaram Clinton sob uma pressão insustentável do Congresso.

A desculpabilização não funcionou e as acusações à ONU cobriram o Presidente e o seu Governo de ridículo. O menos que alguns colonistas chamaram a Bill Clinton foi fariseu quando ele, como peregrino atormentado, afirmou que a ONU não deverá no futuro intervir em país algum antes de obter respos-

ta a quatro perguntas cruciais: «Existe ali uma verdadeira ameaça para a Paz internacional? A missão proposta tem objectivos concretos? Pode-se imaginar o tempo que vai durar? E quanto custará?»

O povo norte-americano compreendeu, de repente, que havia sido, mais uma vez, enganado. A opinião pública percebeu, com atraso, que a Operação «Restaurar a Esperança» não visava, afinal, fins humanitários e que os EUA corriam o risco de ficar atolados num pequeno Vietname.

Ficou igualmente evidente que as Nações Unidas foram arrastadas pelos EUA para uma intervenção militar aventureira de tipo colonialista em que as tropas envolvidas sob a bandeira da organização internacional abateram até agora milhares de somalis invocando sempre a defesa das liberdades e dos direitos do homem...

Post Scriptum – Este artigo já estava redigido quando o presidente Clinton voltou a responsabilizar a ONU pelo fracasso na Somália e decidiu submeter o Haiti a um bloqueio naval rigoroso. Hoas depois, o Conselho de Segurança aprovava uma Resolução no mesmo sentido quando a flotilha da US Navy já navegava em águas do Caribe...

Não julguei necessário alterar o texto encaminhado ao «Avante!» porque as iniciativas do presidente Clinton e o gesto do CS confirmam o que nela se afirma sobre a estratégia da Casa Branca e a instrumentalização da ONU pelos Estados Unidos.

No caso do Haiti, a atitude do Conselho de Segurança dificilmente poderia encontrar oposição, pois aquele país permanece submetido a uma ditadura sanguinária. Cabe perguntar, entretanto, por que motivo ou motivos descobriu Clinton, neste momento, de repente, que era indispensável e urgente punir o regime haitiano? Certamente não foi o assassinio de um ministro, acontecimento trivial em Port au Prince desde os tempos em que François Duvalier era tratado como amigo e aliado por presidentes tão respeitáveis como Roosevelt e o general Eisenhower.

O que está em causa, para Washington não é a ditadura haitiana nem a permanente violação dos direitos humanos naquele país. O que faz correr Clinton é o desejo de aliviar a pressão resultante do desastre somali, é a necessidade de desviar as atenções e de reforçar a instrumentalização do Conselho de Segurança e, quem sabe, a oportunidade para criar um precedente que entreabra a porta para outras iniciativas na área do Caribe, mas dirigidas contra Cuba (bloqueada unilateralmente pelos EUA).

O CNUCED e o GATT

No âmbito da política de instrumentalização de organizações internacionais desenvolvida pelos EUA, merecem referência especial o uso que os EUA estão a fazer do GATT e o esvaziamento paralelo do CNUCED.

Nos anos 60 e 70, quando o equilíbrio de poder entre os EUA e a URSS foi uma realidade, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – CNUCED desempenhou um papel signficante na luta contra as pretensões norte-americanas a ditar as regras do comércio internacional.

Como organização multilateral das Nações Unidas, o CNUCED defendeu os interesses dos fracos contra os poderosos, pondo a tónica nos problemas do Terceiro Mundo. Algumas das suas reuniões foram acontecimentos internacionais de grande repercussão. Actualmente está reduzido à situação de sigla, praticamente sem função concreta.

Em contrapartida, o GATT, Acordo Geral de Comércio e Tarifas, instituição criada pelos principais países industrializados, emerge como o instrumento adequado para a liberali-

zação do comércio mundial em função dos interesses do clube dos poderosos. Mas dentro do próprio GATT explodem contradições (sobretudo entre os EUA e a CEE e o Japão) que Washington trata de resolver em seu benefício, como aconteceu com o Acordo de Blair House, imposto através de manobras de pressão e chantagem.

É, aliás, cada vez mais notória a tendência para o afunilamento dos centros de poder com capacidade para tomar decisões que afectam toda a humanidade. Como a OCDE demonstrou ser um fórum pouco operacional com as suas duas dúzias de membros, os EUA forçaram a criação do Grupo dos 7, que reúne os países mais ricos do mundo. Mas na Casa Branca já se fala em constituir um clube menor: o G-3, uma troika de que somente fariam parte os EUA, o Japão e a Alemanha. O objectivo é centralizar mais, sob a égide dos EUA, as grandes decisões estratégicas que condicionam a evolução da política e da economia a nível mundial. Se o G-3 se concretizar será mais uma etapa no processo de esvaziamento das Nações Unidas.

Novas descobertas portuguesas

— a «Super-Hipoteca»

■ Manoel de Lencastre

1 — A Índia

Dê-se de beber à Índia milenária, profunda, misteriosa e sempre confusa, finalmente, a Índia onde os constangimentos de raiz religiosa e a política de sucessivos governos tem criado obstáculos injustos ao consumo das grandes bebidas de marca internacional. Agora, oficializada a liberalização das importações pelo governo de P.V. Narasimha Rao, os principais grupos do sector (United Distillers, da Guinness; Seagram; IDV, da Grand Metropolitan; Hiram Walker, da Allied-Lyons) tomam posições para duas fundamentais tarefas: o controlo do mercado e a «libertação» do homem indiano (e a mulher indiana, compreenda-se) que é preciso desintoxicar do ópio das religiões para reorientar através do consumo de bebidas alcoólicas — ou cairão nas funduras do Ganges os lucros dos grandes grupos.

Por que motivo haveria a chamada primeira democracia do mundo de deixar-se atrasar na corrida consumista com as outras grandes democracias?

2 — A América

Dê-se futebol aos americanos. À cidade de Charlotte, na Carolina do Norte, acaba de ser concedida autorização pelos proprietários dos 28 clubes que constituem o monopólio da «Liga Nacional do Futebol» para a fundação de um clube naquele Estado. Assim, a nova agremiação, «Carolina Panthers», com um mercado de 10 milhões de adeptos potenciais, poderá avançar já com a construção do respectivo complexo desportivo cujo financiamento está assegurado por inevitáveis interesses comerciais até ao limite de 160 milhões de dólares.

As cidades de St. Louis, Baltimore, Memphis e Jacksonville, que haviam corrido também ao privilégio da Organização de um clube de futebol, não conseguiram, segundo a Liga, reunir as adequadas condições e Charlotte, portanto, foi a grande triunfadora. Chama-se a isto futebol?

3 — Lisboa

Dê-se, aos portugueses, a super-hipoteca, um «produto financeiro» que, em recente visita a Lisboa, encontramos sendo vigorosamente anunciado pelos megalómanos da publicidade, no rádio, nos jornais, na TV. Facilitado o acesso à super-hipoteca oferecida pelos Bancos da praça lisboeta, os portugueses, talvez não tão inconscientemente como possa parecer, terão ganho mais uma das aliantes e sempre desastrosas liberdades do capitalismo: a da posse ilusória da habitação própria, mas super-hipotecando-se. Na oferta, nada existe de original.

Já na Grécia antiga a super-hipoteca era conhecida. Assistia ao credor o direito de colocar uma placa no prédio hipotecado proclamando o seguinte:

«Esta propriedade, pertencente a fulano de tal, encontra-se sob hipoteca a favor de beltrano». E, nas condições da época, se o empréstimo hipotecário e os respectivos juros, como é evidente, não fossem resgatados nos prazos combinados, o credor não só realizava a posse do imóvel em causa, como garantia a dos respectivos locatários (os ex-proprietários) na qualidade de escravos, sempre que o valor de mercado do prédio em questão não fosse suficiente para a total cobertura da dívida.

A diferença reside em que, atingidos por situações daquela ordem, os escravos dos tempos clássicos ficavam, pelo menos, com o pão de cada dia garantido e um tecto sobre as cabeças, em casa do respectivo amo. Nas condições actuais de capitalismo moderno e selvagem, os super-hipotecados que por razões diversas (o desemprego em primeiro lugar) não cumpriam com os pagamentos determinados pelas imposições acordadas, já sabem o destino que os aguarda: o meio da rua. Um certo progresso se conseguiu, entretanto: já não se colocam placas no exterior dos prédios hipotecados, mas fica tudo registado nas escrituras — os notários e os advogados, sempre ao serviço dos poderes supremos, sabem como é.

No capitalismo português de antes do 25 de Abril, se ouvíamos falar de alguém que houvesse contraído uma hipoteca sobre valores de propriedade real, isso queria simplesmente significar o aparecimento de uma situação problemática — questões de família, dívidas antigas, o pequeno agricultor que hipotecava as courelas para casar uma filha ou mandar o filho para o Brasil, alguém que sofria um «azar» a cujas consequências financeiras era necessário dar resposta, os custos de uma doença. As pessoas, quan-

do atingidas por situações financeiras difíceis e desde que possuíssem os chamados bens de raiz, recorriam à realização de hipotecas (quase sempre em lágrimas) para a obtenção de fundos. Claro que tudo, invariavelmente, terminava mal.

Os credores hipotecários (os Bancos, a Caixa e congéneres, prestamistas particulares) venciam quase sempre as longas batalhas com os hipotecados acabando por se apropriarem das coisas, semeando ruínas e desgraças. Não são poucas as histórias de hipotecas que se iniciaram em condições normais e até amigáveis, mas que acabaram em sangue.

Hoje, todavia, as pessoas tendem a aceitar existirem na condição de super-hipotecados. Tomam essa situação com normalidade, coisa que espanta e faz reflectir. Não ignoram, mas preferem esquecer as responsabilidades que assumem e o caminho perigoso que as espreita. O que surpreende, é a indiferença com que no Portugal pós-25 de Abril se escolhe a possibilidade de um Banco oferecer publicamente as suas super-hipotecas, sem que os drásticos riscos inerentes que os super-hipotecados vão correr sejam devidamente explicados.

Não terá o Portugal do 25 de Abril, no fim de contas, caído já no fosso para onde Robert Clive (1725/174) empurrou Bengala? Nos princípios da colonização britânica da Índia, o homem de Bengala, inocente, simplesmente desconhecia o que era uma hipoteca. Por isso, vítima da sua crueldade, achou-se lançada para as mais degradantes misérias enquanto os ingleses expropriaram a Bengala hipotecada a toda a Índia, na realidade, marchando para a construção do segundo império.

Mas, saberá o homem português de 1993 em que consiste a super-hipoteca que, aliciantemente lhe oferecem? Podemos explicar isso, em três simples palavras: a sua escravização.



Um novo folhetim para os leitores do «Avante!»

Emigrantes com problemas — 1.ª Parte

Nunca, como naquele ano já afastado de 1976, se haviam apresentados tantos portugueses aos balcões dos serviços de imigração e de controlo de passaportes do aeroporto de Mirabel, em Montreal. Desconfiados, mas pretendendo afabilidade, os funcionários perguntavam:

«Gentlemen: o que os traz ao Canadá?»

«Vimos assistir aos Jogos Olímpicos» era a invariável resposta.

Todos os dias, com efeito, chegavam dezenas, centenas de portugueses. E os agentes em serviço no aeroporto, bastante experientes, suspeitavam, evidentemente, de que tudo aquilo eram imigrantes em potencial, gente que, uma vez no país, se dispersaria pelas diversas províncias e ficaria para sempre. Mas, a justificação dos portugueses estava bem estudada e deixava-os desarmados.

«Vimos ver os Jogos Olímpicos»

«E onde projectam ficar? Trazem dólares para a vossa hospedagem nos hotéis?»

Alguns mostravam dinheiro. Outros, indicavam nomes de portugueses já legalizados no Canadá, para casa dos quais se dirigiam. Em certos casos, as autoridades telefonavam a esses emigrantes

inquirindo sobre a autenticidade das declarações dos recém-chegados. Porém, tudo previamente combinado entre os portugueses, ouviam uníssonas confirmações:

«Ah, sim senhores, o meu amigo Carvalhais... vem assistir aos Jogos Olímpicos».

Um problema. A verdade é que a cidade de Montreal e o governo de Ottawa tinham tirado o máximo partido da realização grandiosa dos Jogos na capital do Quebec para atraírem o maior número possível de visitantes que, naturalmente, deixariam dinheiro no país. Não se mostrava lógico, assim, recusar a entrada a pessoas que desembarcavam em Mirabel com a precisa finalidade de estarem presentes na grande festa desportiva da juventude mundial.

Mas, os portugueses... aquilo era gente bem conhecida que originava sempre algumas desconfianças. Entretanto, talvez que as coisas se houvessem transformado em Portugal. A revolução de Abril de 1974 havia quebrado todo um passado de obscuridade. No mundo inteiro se falava dos grandes acontecimentos que haviam ocorrido em Portugal. Talvez, portanto, que as condições económicas portuguesas houvessem

melhorado. Talvez que aqueles visitantes, cuja chegada em grupos a Mirabel causava suspeitas, fossem, afinal, genuínos desportistas única e simplesmente interessados nas Olimpíadas. Sempre desconfiadas, entretanto, as autoridades canadenses lá os iam deixando entrar.

E foi assim que as doiradas e grandiosas portas desse belo e grande país que é o Canadá se abriram para muitos portugueses que, como é evidente, entraram, mas sem quaisquer intenções de saírem. E espalharam-se, de imediato, através das vastas regiões e províncias. Que mal fazia, no fim de contas, a presença de mais dois ou três milhares de portugueses no Canadá? Gente de trabalho, muitos foram para Toronto, Outros, seduzidos pelo carácter francês da vida no Quebec, deixaram-se ficar em Montreal. Mas, Cipriano Guerreiro e a mulher, Mariana, decidiram ir para mais longe e aventuraram-se nas terras distantes do Saskatchewan. Aí, as pradarias intermináveis sofriam a febre intensa da construção de estradas, novas cidades, tudo impulsionado pela abertura de explorações petrolíferas e dando lugar, naturalmente, à necessidade de mão-de-obra casual em larga escala.

Guia para Recém-Chegados (Informações sobre Serviços no Ontário)

WELCOME TO ONTARIO

POST OFFICE

CHARITABLE CANADIENNE DES DROITS ET LIBERTÉS

PONTOS CARDEAIS

Gazetilh

Comércio

Pouca assistência.
Muita falência
tudo deserto
ao deus-dará.
Quem for esperto
o que fará
na grande peste
do desemprego?
Está visto: investe
nas casas de prego...

Diálogo

Não há escolas
nem hospitais.
Vazias, as sacolas.
Emprego, nem sinais.

E há os sem abrigo
há os velhos sem pão.
— **Queres falar comigo?**
(diz o ministro) **Então
vamos lá a combinar
agora que aqui estamos.
Conversarmos? Vou nessa.
Tenho de inaugurar
uma estradita
bem catita.
Depois, mais tarde conversamos.
Creio que não há pressa....**

Ladrão, mas...

Muito juridicamente
resolveu a Comissão:
o ladrão é ladrão
mas está inocente...

Ele é corrupto? É bruto?
E a Comissão: Que mal faz?
Amigo e corrupto:
vai em paz...

Desapareceu a massa?
A factura dissolve-se?
Não sabe o que se passa
na Comissão. Absolve-se...

Em certos meios é assim:
eu por ti e tu por mim...
... Atchim!

Sondagem

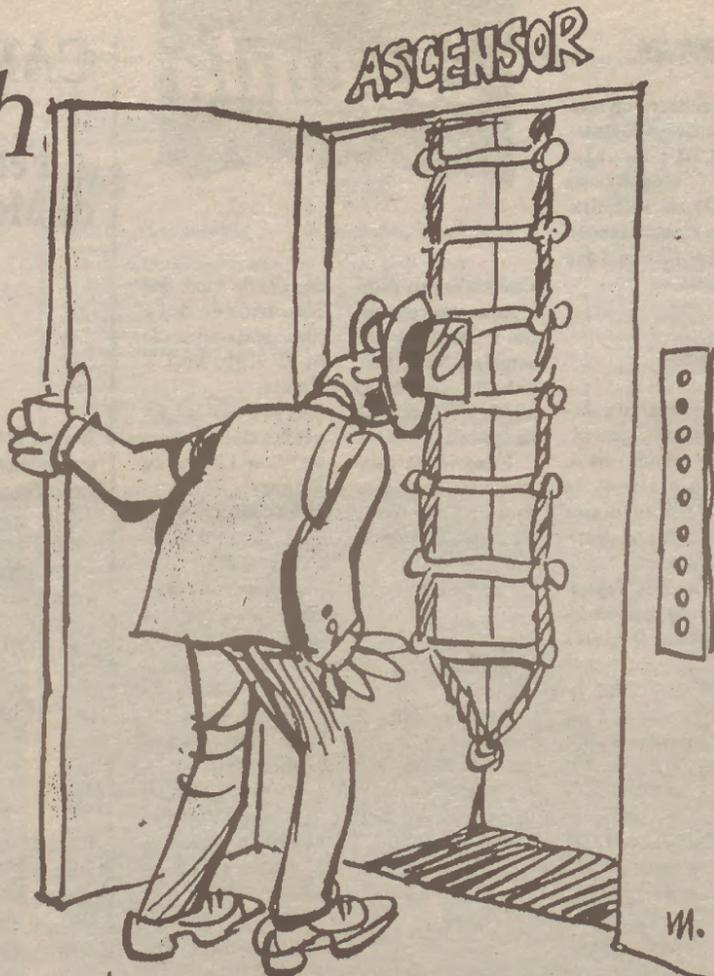
O tempo é breve. Posso perder tudo.
Eu, nada ou muito pouco ambiciono
mas jamais deixo ao simples abandono
um teste, uma sondagem, um estudo.

Uma notícia já escalou o trono
notícia, aliás, de excelso conteúdo.
Dizia, com pezinhos de veludo,
que o povo vive mesmo e só no sono.

Que o deixassem dormir. Que o largassem.
Que se fossem. Que não o acordassem
do sono solto ao fundo da cisterna.

Sondagem tola, estupidez enorme!
Igual a Deus, o povo nunca dorme.
Não espere dele bem quem mal governa.

■ IGNOTUS SUM



"Chega-lhe!"

Um dos melhores bocadinhos que a televisão nos proporcionou a semana passada foi a fúria de Braga de Macedo, quando o deputado, do PCP, Lino de Carvalho lhe lembrou o "oásis".

- Já cá faltava o oásis! - gritou o ministro e prosseguiu com uma tirada atabalhoada de desculpas e justificações e algumas paroladas do estilo "eu sou professor", "eu sou um economista profissional"... Mas o ministro das Finanças chegou a um tão adiantado descrédito que já muito poucos o levam a sério, mesmo no seu próprio partido. Os jornais fizeram-se eco dos choques e discordâncias que defrontou na bancada do PSD a propósito da eliminação retroactiva de benefícios fiscais prevista no orçamento suplementar. Braga de Macedo teve que recuar e aceitar alterações à proposta do orçamento, mas isso não aplacou os rancores entre os deputados laranja. Assim, quando o deputado Nogueira de Brito, do CDS, se levantou para interpelar o ministro já no final do debate, Rui

Carp, do PSD, fez-lhe com a mão o sinal de "dá-lhe com força!", "chega-lhe!". A televisão mostra o gesto inconfundível de Carp. Braga de Macedo pode consultar o vídeo...

Amizades

Santana Lopes, o primeiro político convidado para o programa "Falas tu ou falo eu" não foi divertido. Divertidos foram os outros - entrevistadores e convidados. Santana Lopes limitou-se a deixar-se amar, elogiar, incensar, adular com a singela naturalidade dos detentores do poder. Percebia-se que fez, vai fazer ou pode fazer ainda mais por todas aquelas amizades desinteressadas. Mas como? Se se confirmar que vai para a Administração Interna substituir o Dias Loureiro. Daqueles quem é que manda para os incêndios, para a segurança rodoviária, para os estrangeiros, para polícias ou para os serviços de informações? Ou será que arranja então outras amizades desinteressadas? E estas?

Barõezinhos

Isaltino Morais não se mostra nada tranquilo com os resultados das próximas eleições autárquicas e já se vai sangrando em saúde. Entretanto, diz verdadeiras inconveniências que Cavaco Silva provavelmente não perdoa. Pois é o Presidente da Comissão Política Distrital de Lisboa do PSD quem afirma, parece que polemizando com o chefe: vive-se "indiscutivelmente, um período de crise económica". Então isso da crise não é só no estrangeiro, como diz Cavaco?

Isaltino vai no entanto mais longe, numa prévia tentativa de desresponsabilização em relação a um mau resultado eleitoral. Diz ele que os outros partidos vão procurar que "em vez de se julgarem candidatos, se julga a acção do Governo, o que pode ter reflexos negativos nos resultados eleitorais". Como assim? Então a acção do Governo do professor Cavaco Silva é assim tão má? Na verdade, a autoridade de Cavaco começa a andar um bocado por baixo. Não são só os barões que levantam cabelo, são os barõezinhos também.



Alberto João, procura-se!

A Madeira passa dias angustiosos em consequência dos temporais. Contam-se cinco mortos, alguns desaparecidos, dezenas de feridos, prejuízos incalculáveis. Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional, anda em digressão pelo Brasil e não interrompeu a viagem para acudir à calamidade. Há quem diga que está à espera que o temporal amaine. A sua coragem só dá para insultar políticos e jornalistas do Continente. E de longe...

frases da Semana

"A raça mais racista que existe são os pretos, não somos nós. Há sítios onde os pretos não deixam nenhum branco entrar, enquanto os pretos entram sempre em todo o lado."

✉ (José Ferreira, PSN, candidato n.º 2 à CML - «Diário de Notícias», 28.10.93)

"É preciso controlar nas fronteiras portuguesas os imigrantes miseráveis, que devem procurar protecção na sua própria terra."

✉ (João Santos, PSN, candidato n.º 1 à CML - «Diário de Notícias», 28.10.93)

"Caro Joaquim Ferreira do Amaral. Eles estão a uivar nostálgicos do PREC! Se V. lhes der um dedo, agarram-lhe o sovaço. E não-de dizer sempre que a culpa foi sua e que V. é quem andou a provocar os alvos cordeirinhos indefesos. A tática é típica do PC de 1975. O caso é de polícia e de manutenção da ordem pública. Não lhes dê nem a falangeta!"

✉ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 31.10.93)

"Há uma inversão perigosa na questão dos debates televisivos com candidatos a eleições: o critério deve ser da responsabilidade dos órgãos de comunicação social e não o estipulado pelos eventuais candidatos."

✉ (Raul Vaz, Comentário - «Público», 30.10.93)

"Ninguém, de boa-fé, poderá pôr no mesmo plano de importância um debate entre Fernando Gomes e António Taveira e um idêntico tempo de antena concedido a Gomes e Morgado. Ou Morgado contra Ilda Figueiredo, por exemplo. A decisão deverá caber sempre aos responsáveis editoriais e nunca aos agentes políticos. Depois, o mercado faz a sua escolha em função das opções dos determinados órgãos de espaço televisivo. É assim que, em democracia, funciona uma concorrência livre, por muito que, circunstancialmente, não dê jeito aos políticos."

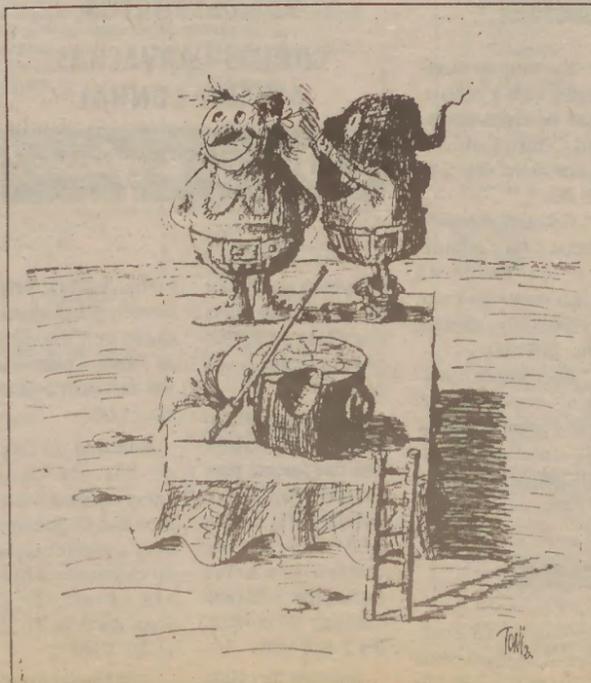
(Idem)

"Vou entrar numa luta e pedir mais, mais e mais."

✉ (Carlos Avilez, novo Director do Teatro Nacional D. Maria - «Expresso-Revista», 30.10.93)

"A história de Cascais far-me-á justiça. Quem me atacou atingiu o PSD."

✉ (Georges Dargent, ex-presidente da Câmara de Cascais - «Diário de Notícias», 26.10.93)



ÁLVARO CUNHAL

nos distritos de
**Aveiro, Braga,
Viana do Castelo**

AVEIRO

Sábado, dia 6

* **Sever do Vouga** - Encontro de candidatos e simpatizantes da CDU, no restaurante "Vitorino", às 12h00.

* **Águeda** - Almoço-convívio no restaurante "O Democrata", em Mourisca do Vouga, às 13h15.

* **Aveiro** - Sessão pública de apresentação de candidatos, às 15h30, no Conservatório de Música de Aveiro.

* **Feira** - Jantar-convívio no restaurante "O Telheiro", em S. Paio de Oleiros, às 19h30.

* **S. João da Madeira** - Sessão pública de apresentação de candidatos, no Pavilhão Polivalente da Escola Preparatória de S. João da Madeira, às 21h45

BRAGA

Domingo, dia 7

* **Vila Verde** - Concentração em Prado, às 14h30.

* **Merelim de Sampaio** - Contacto com a população.

* **Guimarães** - Comício, às 16h

VIANA DO CASTELO

Domingo, dia 7

Encontros com a população

- em Darque - às 9h40

- em Caminha - às 10h30

- em Afife - em 11h15

- em Ponte de Lima - às 12h15

Almoço-convívio em Arcozelo/Ponte de Lima

- às 13h

ALENQUER

Encontro de candidatos e apoiantes da CDU: domingo, dia 7, a partir das 15.00, na Romeira, com a participação do camarada José Casanova.

AVEIRO

O camarada Álvaro Cunhal participa no sábado, dia 6, em iniciativas da CDU nas seguintes localidades do distrito de Aveiro:

- **Sever do Vouga:** Encontro de candidatos e simpatizantes da CDU, no restaurante "Vitorino", às 12.00;

- **Águeda:** Almoço-convívio no restaurante "O Democrata", em Mourisca do Vouga, às 13.15;

- **Aveiro:** Sessão pública de apresentação de candidatos, às 15.30, no Conservatório de Música de Aveiro;

- **Feira:** Jantar-convívio no restaurante "O Telheiro", em S. Paio de Oleiros, às 19.30;

- **S. João da Madeira:** Sessão pública de apresentação de candidatos, no Pavilhão Polivalente da Escola Preparatória de S. João da Madeira, às 21.45.

AZAMBUJA

Encontro concehlio de candidatos e apoiantes da CDU, que tem início (às 15.30) com uma visita à freguesia de Manique do Intendente, e prossegue com debate das linhas de orientação programática, a partir das 16.30, na Casa da Junta, em Manique do Intendente. No encerramento participa José Casanova.

Apresentação pública dos candidatos da CDU à freguesia de Vale do Paraíso. "Fado pela CDU" com o "Fado de Abril" e fadistas do concelho. Na A.D.R. "O Paraíso", sábado, dia 6, às 21.30.

BENAVENTE

Encontro de candidatos com a população de Benavente no Centro Cultural, sexta-feira, dia 5, às 21.00.

Encontro de candidatos com a população de Foros da Charneca - na Escola Primária, sábado, dia, às 21.00.

Encontro de candidatos com a população Foros de Almada - no Centro Social, sábado, dia 6, às 17.00.

CASCAIS

Reunião da Coordenadora Eleitoral da CDU do Concelho de

Agenda

Cascais, com a participação dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal: sábado, dia 6, às 19.00, no CT do PCP de Cascais.

Plenário alargado da Comissão Concelhia de Cascais do PCP: segunda-feira, dia 8, às 21.00, no CT de Cascais.

CORUCHE

Apresentação dos candidatos à freguesia da Erra: no Centro Social da Erra, sexta-feira, dia 5, às 21.00.

COVILHA

Plenário concehlio de candidatos e activistas da CDU, com a participação de Sérgio Teixeira: sábado, dia 6, às 15.00, na sala da Assembleia Municipal da Covilhã.

LISBOA

Plenário de militantes da Freguesia de S. Nicolau: hoje, quinta-feira, às 21.00, no CT de Santos.

Plenário da célula da Marconi: quinta-feira às 19.00, no CT de Santos.

Reunião da célula dos dirigentes sindicais do STSSRA: quinta-feira às 17.30 no CT Vitória.

Apresentação pública dos candidatos "Com Lisboa" da

dos CG do Sind. dos Bancários do Sul e Ilhas: sexta-feira, dia 5, às 9.30, no CT Vitória.

Apresentação pública dos candidatos "Com Lisboa" da Freguesia de Campolide: sábado, dia 6, às 13.00, no S. L. Campolide.

Almoço da Juventude da Zona Ocidental de Lisboa: no CT de Alcântara, sábado, às 13.00.

Apresentação pública dos candidatos "Com Lisboa" da Freguesia da Pena: na sede da Junta de Freguesia, sábado, às 15.00.

Jantar-convívio da Freguesia do Alto do Pina: sábado, no CT de Arroios.

Convívio-lanche para apresentação pública dos candidatos "Com Lisboa" da Freguesia de S. Domingos de Benfca: no Jardim Zoológico, sábado, às 17.00.

Almoço-convívio para apresentação pública dos candidatos "Com Lisboa" da Freguesia da Ameixoeira: sábado.

Apresentação dos candidatos "Com Lisboa" à Assembleia de Freguesia de Alcântara: domingo, dia 7, às 13.00, no Salão dos Reformados da Junta de Freguesia de Alcântara. Almoço-convívio (inscrições até sexta-feira pelo tel. 338512).

Convívio, com magusto, no CT

CARLOS CARVALHAS

nos concelhos de
**Ferreira do Alentejo, Sobral
de Monte Agraço e Torres Vedras**

FERREIRA DO ALENTEJO

Quinta-feira, dia 4

Encontros com a população e apresentação de candidatos da CDU:

- em Santa Margarida do Sado - junto à estrada, às 18h

- em Peroguarda - junto à Casa do Povo, às 19h15

- em Alfundão - junto à Igreja, às 19h45

- em Ferreira do Alentejo - na Casa do Povo, às 20h30

- em Figueira de Cavaleiros - na Casa do Povo, às 21h30

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Sábado, dia 6

* **Sapataria**

Encontro com a população, às 11h30, junto à Junta de Freguesia

* **Sobral de Monte Agraço**

Visita ao Mercado, às 11h

Almoço de confraternização de candidatos e apoiantes da CDU:

na garagem da CM, às 13h.

TORRES VEDRAS

Sábado, dia 6

* **Dois Portos** - Encontro com a população, no Largo Principal, às 15h

* **Runa** - Encontro com a população, às 15h30

* **Matacães** - Encontro com a população, às 16h

* **Monte Redondo** - Encontro com a população, às 16h30

* **Torres Vedras** - Comício, junto ao Castelo, às 17h

de Seguros: quarta-feira, dia 10, às 18.00, no CT Vitória

LOURES

"A CDU e a Arte e a Cultura nas Autarquias" - sessão-debate no Teatro da Malaposta (Olival Basto), promovida pela Comissão para a Cultura Literária e Artística do PCP, com a participação de eleitos autárquicos, dirigentes do PCP e outras personalidades da vida cultural: sábado, dia 6, às 15.00

Encontro de Severiano Falcão e Duarte Nuno com Reformados: no Centro de Convívio de S. João da Talha, sexta-feira, às 15.30, e em Vale de Figueira, às 17.00.

Apresentação pública dos candidatos à Freguesia de Fanhões, com participação de Severiano Falcão e Manuel Veiga: em Ribas de Cima, sábado, às 13h.

Apresentação pública dos candidatos à Freguesia de Bobadela - sábado, às 15.00

Apresentação pública dos candidatos à Freguesia de Prior Velho, com a participação de Duarte Nuno - sábado, às 15.00.

Apresentação pública dos candidatos à Freguesia de Camarate - sábado,

às 21.30, no Águias de Camarate, com a participação de Demétrio Alves.

Jantar CDU no Centro Republicano Tenente Valdez, na Pontinha - sábado, às 19.30.

Apresentação pública dos candidatos à Freguesia de Ramada - domingo, às 13.00, no restaurante "Ideal".

Apresentação pública dos candidatos à Freguesia de S. João da Talha - domingo, às 21.30 em Vale de Figueira.

Encontros de Severiano Falcão com Reformados: segunda-feira, no Centro de Dia de Pinheiro de Loures, às 15.00, e no de S. António dos Cavaleiros às 17.00; terça-feira no Centro de Dia de Camarate, às 15.00, e no Centro de Dia do Bairro de Santiago, em Camarate, às 17.00; quarta-feira no Centro de Dia de Apelação, às 17.00, e no do Catujal, às 17.00.

OEIRAS

Sábado, dia 6, porta-a-porta dos candidatos da CDU - de Linda-a-Velha no Bairro 25 de Abril, às 14.30; de Carnaxide na Praceta António Aleixo, às 14.30; de Queijas em Linda-a-Pastora (Bairros Verdes, Eira Velha, Sra. da Rocha, Pombais).

Sessão pública para discussão do Programa da CDU para Barcarena: no Valejas Atlético Clube, de Barcarena, sábado, às 21.30.

PORTO

Iniciativas com a participação de Ilda Figueiredo, candidata à presidência da CM do Porto:

- na sexta-feira, às 17.00, visita à Associação de Moradores da ex-Escola Académica, em Cedofeita e, às 20.00, no restaurante "Triunfante", jantar de apresentação dos candidatos à Freguesia de Campanhã;

- no sábado, Ilda Figueiredo visita, a partir das 10.00, a Zona Corticeira, na Sé, participa às 15.30, na Cooperativa de Ramalde, num magusto durante o qual serão apresentados os candidatos à Freguesia de Ramalde e, a partir das 20.00, no restaurante "Cá te Quero", no jantar de apresentação dos candidatos à Freguesia de Paranhos;

- no domingo, às 10.00, visita à zona da Cantareira, na Foz do Douro.

Visita de eleitos e candidatas da CDU na CM e Junta de Freguesia à zona da Póvoa/Bonfim: sábado, às 10.00.



Comemorações do XIV Aniversário da JCP

Sábado, dia 13 de Novembro, às 15h30

Centro de Trabalho Vitória

Com a participação de

Álvaro Cunhal

Lisboa

Quinta-feira, 11 de Novembro

Magusto do Sector de Seguros
CT Duque de Loulé - 19h

Magusto do Sector Público
CT Vitória - 18h30

Lisboa Comissão do Ensino Superior do PCP

apresenta

PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Domingo, 7 de Novembro, às 11h no Hotel Continental (Sala Vasco da Gama (2))

com a participação de **Carlos Carvalhas**

A Arte e a Cultura nas Autarquias

Sessão-debate no Teatro da Malaposta Loures
Sábado, dia 5, às 15h

COMÍCIO FESTA



6ª Feira - 5 NOV - 21.30 H. PAV. DESPORTOS

CARLOS CARVALHAS
ÁLVARO CUNHAL

CDU é de confiança!

Freguesia da Penha de França: no Sporting Clube da Penha, quinta-feira, às 21.00.

Comício-Festa do PCP no Pavilhão dos Desportos, promovido pela DORL e pela DORS, com a participação dos camaradas Carlos Carvalhas e Álvaro Cunhal: sexta-feira, dia 5, às 21.30.

Reunião da célula

Pedro Soares, promovido pela Organização de Freguesia de Santo Condestável: domingo a partir das 15.00.

Reunião do Org. de Dir. da Zona Norte alargada a quadros das freguesias, com a participação do camarada António Abreu: terça-feira, dia 9, às 21.30, no CT Vitória.

Plenário do Sector

Televisão

Quinta, 4



- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Forças Especiais
14.25 O Viajante no Tempo
15.20 O Regresso do Par Invisível
(ver «Filmes na TV»)

Sexta, 5



- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Crônicas de Narnia
10.00 Pela Manhã
12.00 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Vizinhos
14.00 Desportos Fantásticos
14.35 Viajante no Tempo
15.25 Luz Sobre o Assassino
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Agora Escolha!

Sábado, 6



- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
11.30 Luta Livre Americana
12.30 Magia
13.00 Notícias
13.15 Parlamento
13.55 Clube Disney
15.40 Samantha, Uma Rapariga Endiabrada
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Beverly Hill's 90210
18.35 Clube Paraíso
19.00 Palavra Puxa Palavra

Domingo, 7



- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.00 Sem Limites
12.30 Contos das Mil e Uma Noites
13.00 Notícias
13.10 Top +
14.05 Mares Vivas
15.10 Caminho da Glória
(ver «Filmes na TV»)
17.40 Beverly Hill's 90210
18.50 Dinossauros
19.15 Câmara do Cándido
20.00 Jornal de Domingo

Segunda, 8



- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.35 Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Vida Animal
14.25 O Viajante no Tempo
15.25 Lembranças de Amor
(ver «Filmes na TV»)
17.05 Agora Escolha!

Terça, 9

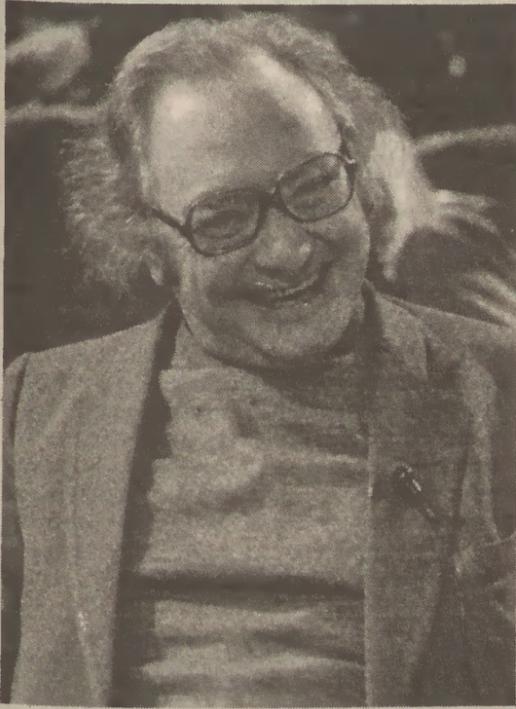


- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Q.E.D.
14.25 O Viajante no Tempo
21.40 Culpado ou Inocente
(ver «Filmes na TV»)
17.20 Agora Escolha!

Quarta, 10



- 08.00 Bom Dia
09.10 Rua Sésamo
09.30 Os Anos Dourados
10.00 Pela Manhã
11.40 Culinária
12.05 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.05 Flash Moda
14.30 O Viajante no Tempo
15.25 Sua Exa, o Vagabundo
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Agora Escolha!



António Victorino d'Almeida fala sobretudo de música em «Ouvir e Falar», à segunda-feira, à noite na TV2



Diamantes, na TVI ao domingo: mais uma série policial



Eugénio de Andrade, o Poeta, no «Artes e Letras» desta semana. Sexta-feira, às 20.25, na TV2

- 16.50 Agora Escolha!
18.20 Caderno Diário
18.25 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Mundo do Mundo
21.40 Isto... Só Vídeo!
22.20 Raios e Coriscos
23.20 Vietnam
00.05 24 Horas

- 18.10 Caderno Diário
18.20 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.50 RTP / Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Niço d' Obra
22.15 Os Últimos Dias do Paraíso
(ver «Filmes na TV»)
00.05 24 Horas
00.40 Criança Adorável
(ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 O Rebelde do Cabo
15.05 Ponto por Ponto
16.00 Força Bruta
16.45 O Grupo da Esquina
17.15 Temas e Telmas
18.05 Vamp
19.00 Um, Dó, Lí, Tá
20.00 Magazine "Viver com Saúde"
20.30 A Dança
21.35 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.30 Casa Comum
00.30 O Vigilante da Estrada

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.30 As Aventuras de Robin Hood
14.00 O Rebelde do Cabo
15.05 Ponto por Ponto
15.35 O Mundo Animal
16.25 O Grupo da Esquina
17.00 Outras Margens
18.00 TV2 Desporto
19.00 Vamp
20.00 A Bruma da Memória
20.25 Artes e Letras: «Eugénio de Andrade»
21.20 Desenhos Animados
21.40 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP - Financial Times
23.15 Remate
23.30 Sexualidades
00.15 Irmãs
01.05 A Sede
(ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.00 A Carne que Comemos
22.05 Minas e Armadilhas
22.45 Casas de Polícia
23.45 Corações em Chamas
00.20 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
01.00 MTV

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Chuva de Estrelas
22.30 Na Cama Com...
23.35 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Playboy
01.00 A Ninhada
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.35 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
18.55 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.25 Animação
21.40 Irmãos de Sangue
22.30 Que Deus Abençoe as Crianças
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Ponto Final
00.50 Hunter

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
12.55 A Amiga Olga
13.25 Topázio
14.15 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.15 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
17.00 Animação
17.30 A Casa do Tio Carlos
18.00 Quem Sai aos Seus
18.30 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 O Novo Caminho das Estrelas
22.10 Artur Albarran
23.40 Ponto Final
24.00 O Rancho das Paixões
(ver «Filmes na TV»)

- 19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Maria Elisa Entrevista...
21.00 Despedida de Solteiro
22.10 Parabéns
23.50 Uma Mulher Chamada Jackie
00.50 O Túmulo Vivo
(ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Caminhos
08.25 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
11.45 O Combato dos Órfãos
(ver «Filmes na TV»)
14.30 Tauromaquia
15.00 Errie Indiana
16.00 TV 2 Desporto
22.15 Desenhos Animados
22.25 Teatro: «Comédia de Camas»
00.15 Principal Suspeito
01.10 Os Amantes
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Notícias
13.40 Dra. Quim
14.40 Ataque ao Amanhecer
(ver «Filmes na TV»)
16.35 Raven
17.35 Grandes Planos
18.05 Portugal Radical
18.40 Melrose
19.20 Benny Hill
19.50 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.10 Repórter da Meta-Noite
23.00 Água na Boca
23.50 Último Jornal
00.15 Diários Eróticos
00.45 Boxe
01.15 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Os Bastidores do Espectáculo
11.30 Momentos de Glória
13.00 Desporto - Contra-Ataque
14.30 Lágrimas (compacto)
19.30 Informação Quatro
20.00 Futebol: Mónaco-Paris St. Germain
22.15 Aítra a Mamã do Combolo
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Ponto Final

- 20.30 Casa Chela
21.10 Despedida de Solteiro
22.15 Os Bonecos da Bola
22.40 A Aluna e o Professor
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Clips e Spots

- 08.00 À Mão de Semear
08.25 Crime, Disse Ela
09.20 Regiões
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Forum Musical
12.40 Realce
13.10 Gente Remota
14.05 Musical: «Aretha Franklin Duets»
15.00 TV2 Desporto
22.45 Desenhos Animados
23.00 Ideias com História
24.00 O Sedutor
(ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Programa Infantil/Juvenil
13.30 Notícias
13.40 O Prazer da Condução
13.55 National Geographic
14.55 Duas Semanas Noutra Cidade
(ver «Filmes na TV»)
17.00 Tarzan
17.30 O Santo
18.30 Labirinto
19.00 Os Imortais
20.00 Anos Rebeldes
20.45 Jornal da Noite
21.30 Corpos Escaldantes
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Conversas Curtas
00.30 Último Jornal
00.55 Espídes
01.25 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 Animação
11.30 Quatro Ventos
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.20 Rica Saúde
13.45 País Real
14.20 Forum
15.15 O Tio Carlos
16.40 Rosa Baiana
18.30 O Novo Caminho das Estrelas
19.30 Informação Quatro
20.05 Na Mira do Crime
(ver «Filmes na TV»)
21.00 Diamantes
21.55 A Última Canção
24.00 Ponto Final
00.20 Caixa de Perguntas

- 18.30 Roda da Sorte
19.00 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.40 O Dono do Mundo
21.40 Os Inocentes
22.10 Concurso "Entre Famílias"
23.25 Querido John
23.50 24 Horas

- 11.00 Infantil
11.55 Clínica Veterinária
12.45 Sobreviver
13.35 As Aventuras de Robin Hood
14.05 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
16.00 Colombo - A Idade das Descobertas
16.55 O Grupo da Esquina
17.10 Jogo de Damas
17.55 Vamp
18.00 Um, Dó, Lí, Tá
19.50 Magazine: "Cinema"
20.20 Telas da Cidade
21.10 Desenhos Animados
21.30 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.15 Remate
23.30 Ouvir e Falar
00.30 Heimat II

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Orestes e Mílhões
(ver «Filmes na TV»)
23.00 Tostões e Mílhões
23.35 Último Jornal
24.00 Os Donos da Bola
00.10 Três é Companhia
00.40 MTV

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.45 Topázio
14.35 Meteorologia
14.40 Uma Casa na Pradaria
15.30 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.20 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Céus de África
22.20 Momentos de Glória
23.50 Prolongamento (Desporto)
00.20 Ponto Final
00.30 País Real

- 18.30 Roda da Sorte
19.05 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Mundo do Mundo
21.40 Cuidado com as Imitações
22.15 Você Decide
22.55 De Caras
24.00 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.10 O Rebelde do Cabo
15.00 Ponto por Ponto
15.50 Para Além do Ano 2000
16.35 O Grupo da Esquina
17.15 Jogo de Damas
17.55 Vamp
18.50 Um, Dó, Lí, Tá
19.50 Magazine: "Artes Visuais"
20.25 Os Trintões
21.05 Desenhos Animados
21.20 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 RTP/Financial Times
23.15 Remate
23.30 Tramas de Seda
00.20 Rotações

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.05 O Resto é Conversa
19.05 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Ora Bolas, Marina
22.00 A Brincar, A Brincar
22.30 Terça à Noite
00.00 A Bolsa e a Vida
00.05 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
00.40 Internacional Sic
01.10 MTV

- 12.00 Animação
12.25 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.25 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.20 A Casa do Tio Carlos
17.55 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Maxie e a Outra
(ver «Filmes na TV»)
23.45 Ponto Final
23.55 Prova dos Nove
00.25 Telemotor
00.55 Hunter

- 18.10 Roda da Sorte
18.55 Verão Quente
19.50 RTP - Financial Times
20.00 Telejornal
20.35 O Dono do Mundo
21.40 Sozinhos em Casa
22.20 Misery, o Capítulo Final
(ver «Filmes na TV»)
00.05 24 Horas

- 11.00 Infantil
12.00 Clínica Veterinária
12.50 Sobreviver
13.40 As Aventuras de Robin Hood
14.05 O Rebelde do Cabo
15.05 Ponto por Ponto
15.50 Para Além do Ano 2000
16.45 O Grupo da Esquina
17.10 Jogo de Damas
17.55 Vamp
18.50 Um, Dó, Lí, Tá
20.05 Magazine: "Artes Visuais"
20.25 Amor à Primeira Vista
20.50 Futebol: Portugal-Estónia
23.00 TV2 Jornal
23.45 Deus Nos Acuda
00.40 Remate
00.55 Desaparecidos
01.20 A Ponte de Brooklyn

- 16.30 Notícias
16.40 Santa Bárbara
17.10 Roque Santeiro
18.00 Notícias
18.10 O Resto é Conversa
19.00 Praça Pública
19.30 Notícias
19.40 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 David Lean: Homenagem do "American Film Institut"
00.15 Último Jornal
00.40 Os Donos da Bola
00.50 Hoover vs. Kennedys
01.50 MTV

- 12.00 Animação
12.30 A Casa do Tio Carlos
13.00 A Amiga Olga
13.30 Topázio
14.25 Meteorologia
14.30 Uma Casa na Pradaria
15.20 Rica Saúde
15.45 Fecho da Emissão
16.30 Lassie
16.55 Animação
17.10 A Casa do Tio Carlos
17.40 Quem Sai aos Seus
18.05 Lágrimas
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação Quatro
20.05 Esquadrão Classe A
20.55 Parker Lewis
21.20 Animação
21.40 Queridos Inimigos
23.10 Rua Jump, 21
00.10 Ponto Final
00.30 Quarta a Fundo
01.00 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 4

O Regresso do Par Invisível

«Topper Returns» (EUA/1941). Real.: Roy Del Ruth. Int.: Joan Blondell, Roland Young, Carole Landis, Billie Burke. P/B, 84 min. *Comédia*. (15.20, Canal 1)

Que Deus Abençoe as Crianças

«God Bless the Child» (EUA/1988). Real.: Larry Eli-kann. Int.: Mare Winningham, Grace Johnston, Dorian Harewood. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (22.30, Quatro)

SEXTA, 5

Luz Sobre o Assassino

«Pleins Feux Sur l'Assassin» (Fr./1960). Real.: Georges Franju. Int.: Pierre Brasseur, Pascal Audret, Jean-Louis Trintignant. P/B, 88 min. *Ver Destaque*. (15.20, Canal 1)

Os Últimos Dias do Paraíso

«Medicine Man» / «The Last Days of Eden» (EUA/1991). Real.: John McTiernan. Int.: Sean Connery, Lorraine Bracco, José Wilker. Cor, 102 min. *Ver Destaque*. (22.15, Canal 1)

O Rancho das Paixões

«Rancho Notorious» (EUA/1952). Real.: Fritz Lang. Int.: Marlene Dietrich, Arthur Kennedy, Mel Ferrer, Gloria Henry. Cor, 88 min. *Ver Destaque*. (00.00, Quatro)

Criança Adorável

«Little Sweetheart» (Gr.Br./1987). Real.: Anthony Simons. Int.: John Hurt, Karen Young, Cassie Barasch, Ellie Raab. Cor, 89 min. *Ver Destaque*. (00.40, Canal 1)

A Ninhada

«The Brood» (Can./1979). Real.: David Cronenberg. Int.: Oliver Reed, Samantha Eggar, Art Hindle, Cindy Hinds, Nuala Fitzgerald. Cor, 90 min. *Terror*. (01.00, SIC)

A Sede

«Torst» (Suécia/1949). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Birger Malmsten, Eva Henning, Birgit Tengroth, Mimi Nelson, Bengt Eklund. P/B, 87 min. *Ver Destaque*. (01.05, TV 2)

SÁBADO, 6

O Comboio dos Órfãos

«Orphan Train» (EUA/1979). Real.: William A. Graham. Int.: Jill Eikenberry, Kevin Dobson, John Femia, Peter Neuman. Cor, 156 min. *Telefilme*. (11.45, TV 2)

Ataque ao Amanhecer

«Rage at Dawn» (EUA/1955). Real.: Tim Whelan. Int.: Randolph Scott, Forrest Tucker, Mala Powers, J. Carrol Naish. Cor, 85 min. *«Western»*. (14.40, SIC)

Samantha - Uma Rapariga Endiabrada

«Samantha» (EUA/1991). Real.: Stephen La Rocque. Int.: Martha Plimpton, Dermot Mulroney, Hector Helizondo, Mary Day Place. Cor, 96 min. *Comédia*. (15.40, Canal 1)

Atira a Mamã do Comboio

«Throw Momma From the Train» (EUA/1987). Real.: Danny DeVito. Int.: Danny DeVito, Billy Crystal, Anne Ramsey, Kim Greist. Cor, 88 min. *Ver Destaque*. (20.05, Quatro)

Livre à Quarta-Feira

«Any Wednesday» (EUA/1966). Real.: Robert Ellis Miller. Int.: Jane Fonda, Jason Robards, Dean Jones, Rosemary Murphy. Cor, 109 min. *Ver Destaque*. (00.00, Quatro)

O Túmulo Vivo

«Graveyard Shift» (EUA/1990). Real.: Ralph S. Singleton. Int.: David Andrews, Kelly

Wolf, Stephen Macht, Brad Dourif. Cor, 83 min. *Fantástico*. (00.30, Canal 1)

Os Amantes

«Les Amants» (Fr./1958). Real.: Louis Malle. Int.: Jeanne Moreau, Alain Cuny, Jean-Marc Bory, Judith Magre, José Luis de Villalonga. P/B, 87 min. *Ver Destaque*. (01.10, TV 2)

DOMINGO, 7

As Noites de Cabria

«Le Notte di Cabiria» (It./1957). Real.: Federico Fellini. Int.: Giulietta Massina, Amadeo Nazzari, François Périer. P/B, 116 min. *Ver Destaque*. (14.55, SIC)

Caminho da Glória

«Bound For Glory» (EUA/1976). Real.: Hal Ashby. Int.: David Carradine, Ronnie Cox, Melinda Dillon, Gail Strickland. Cor, 145 min. *Ver Destaque*. (15.10, Canal 1)

A Última Canção

«Honkytonk Man» (EUA/1982). Real.: Clint Eastwood. Int.: Clint Eastwood, Kyle Eastwood, John McIntire, Alexa Kenin. Cor, 122 min. *Comédia Dramática*. (20.05, Quatro)

Corpos Escaldantes

«Two Moon Junction» (EUA/1988). Real.: Zalman King. Int.: Sherilyn Fenn, Richard Tyson, Louise Fletcher, Burl Ives. Cor, 109 min. *Drama*. (21.30, SIC)

A Aluna e o Professor

«A Change of Seasons» (EUA/1980). Real.: Richard Lang. Int.: Shirley MacLaine, Anthony Hopkins, Bo Derek. Cor, 98 min. *Ver Destaque*. (22.40, Canal 1)

O Sedutor

«Le Cavaleur» (Fr./1978). Real.: Philippe de Broca. Int.: Jean Rochefort, Nicole Garcia, Danielle Darrieux, Annie Girardot. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (24.00, TV 2)

SEGUNDA, 8

Lembranças de Amor

«Do You Remember Love?» (EUA/1985). Real.: Jeff Bleckner. Int.: Joanne Woodward, Richard Kiley, Geraldine Fitzgerald. Cor, 100 min. *Ver Destaque*. (15.15, Canal 1)

O Pestinha

«Problem Child» (EUA/1990). Real.: Dennis Dugan. Int.: John Ritter, Jack Warden, Michael Oliver, Amy Yasbeck. Cor, 81 min. *Comédia*. (21.30, SIC)

TERÇA, 9

Culpada ou Inocente?

«Madeleine» / «Strange Case of Madeleine» (Gr.Br./1949). Real.: David Lean. Int.: Ann Todd, Leslie Banks, Elizabeth Sellars. P/B, 101 min. *Ver Destaque*. (15.15, Canal 1)

Maxie e a Outra

«Maxie» (EUA/1985). Real.: Paul Aaron. Int.: Glenn Close, Mandy Patinkin, Ruth Gordon, Barbard Hughes, Valerie Curtin. Cor, 98 min. *Comédia*. (21.40, Quatro)

QUARTA, 10

Sua Excelência, O Vagabundo

«Merrily We Live» (EUA/1938). Real.: Norman Z. McLeod. Int.: Constance Bennett, Brian Aherne, Alan Mowbray, Billie Burke. P/B, 90 min. *Comédia*. (15.10, Canal 1)

Misery, O Capítulo Final

«Misery» (EUA/1990). Real.: Bob Reiner. Int.: James Caan, Kathy Bates, Lauren Bacall. Cor, 103 min. *Drama*. (22.25, Canal 1)

Nota: a Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Que Deus Abençoe as Crianças

(Quinta, 22.30, Quatro)

Às vezes aparecem telefilmes que, por uma razão ou por outra, conseguem ultrapassar a confrangedora e habitual mediania inerente à sua forma de produção e ao tipo de consumo normalizado e indiferenciado a que se destinam. A crer no que rezam as referências, parece ser este o caso do telefilme hoje transmitido pela Quatro na rubrica «Um Caso da Vida» (como habitualmente, seguido de debate) e cujo argumento nos conta, com elevada sensibilidade para os problemas sociais, a história dramática de uma mãe solteira que, atingida por uma situação económica extremamente difícil, procura com a sua filha abrigo numa instituição de solidariedade.

Luz Sobre o Assassino

(Sexta, 15.20, Canal 1)

Continuando, como parece ser hábito nos últimos tempos, a atenuar um pouco a hegemonia do cinema americano na televisão (sobretudo intolerável nos casos em que filmes dessa proveniência apresentam, como tem sido frequente, mediocre qualidade), a RTP apresenta, desta vez no Canal 1, um filme de um importante cineasta francês - Georges Franju - cuja história se desenvolve num velho castelo e é contada em forma de sátira, com os herdeiros de um velho conde (que se retirara para um local secreto, esperando os seus últimos dias) a procurarem o seu cadáver para, enfim, poderem ter acesso à herança. Uma comédia rodeada de crime e mistério que, embora muito longe de representar uma obra indispensável na filmografia do realizador, entretém bem uma «sessão da tarde».

Os Últimos Dias do Paraíso

(Sexta, 22.15, Canal 1)

Ao contrário do que é habitual no realizador deste filme - que atingiu a fama e o sucesso comercial ao assinar filmes como *O Assalto ao Arranha-Céus*, *Predador ou Caça ao Outubro Vermelho* -, *Os Últimos Dias do Paraíso*, que realizou em 1991, é uma obra extremamente recatada e alheia à espectacularidade, cujo argumento se debruça sobre as relações de sedução entre um excêntrico médico que está apostado em encontrar na floresta do Amazonas uma droga para a cura do cancro e uma jovem e bela médica que ali se desloca para averiguar o ponto a que chegaram as investigações. Sean Connery e Lorraine Bracco destacam-se no elenco de intérpretes, em que também figura o conhecido actor brasileiro José Wilker (*Roque Santeiro*, etc.).

O Rancho das Paixões

(Sexta, 00.00, Quatro)

Embora transmitido a uma hora relativamente tardia, é fora de dúvida indispensável a visão deste insólito *western* de Fritz Lang, uma obra para a qual o grande realizador foi chamar Marlene Dietrich para um dos principais papéis. Tudo começa quando um cowboy empreende uma perseguição ao assassino da sua noiva, num itinerário que o vai levar a um antro de «foras-da-lei» dominado por uma antiga dançarina de *saloon*, no seio da qual brilha, afinal, o alfinete que pertencera à sua noiva... Uma história rotineira de perseguição e vingança, mas à qual a realização de Lang e a interpretação de Marlene e Arthur Kennedy imprimem particular brilho. E uma fabulosa canção, na banda sonora, só superada pela de *Johnny Guitar*. O melhor filme da semana, a não perder.

Criança Adorável

(Sexta, 00.40, Canal 1)

As referências são favoráveis em relação a este filme, inédito entre nós, e que foi co-produzido pela BBC. Trata-se de uma histórica insólita, que começa em tom descontraído e irónico para se desenvolver numa atmosfera de progressiva tensão, com duas miúdas a interferirem na vida de um casal cujo marido acabara de fazer um desfalque e a provocarem a sua prisão, afinal por um outro crime que não cometeu... O argumento, como se vê, é potencialmente interessante e diz-se que a realização não lhe fica atrás. A confirmar.

A Sede (Sexta, 01.05, TV 2)

À espera da primeira obra-prima do realizador - *Um Verão de Amor*, previsto para a próxima semana - prossegue, na TV2, o ciclo dedicado a Ingmar Bergman. Hoje, é a vez de um filme negro e desesperado em que o realizador, através de uma adaptação de quatro romances da escritora Birgit Tengroth, encena uma história que reflecte os problemas da usura do par, um tema caro ao realizador.

Atira a Mamã do Comboio

(Sábado, 20.05, Quatro)

Glosando alguns dos ingredientes do celeberrimo *Desconhecido do Norte-Expresso*, de Hitchcock, o actor e realizador Danny DeVito, põe de pé uma *comédia negra* em que dois escritores frustrados decidem, em ordem a modificar as suas vidas, trocar os crimes que desejam sejam realizados nas pessoas da mulher de um e da mãe de outro, ambas absolutamente insuportáveis. Não tão hilariante nem tão eficaz como poderia supor-se, considerando a presença de dois cómicos impagáveis (DeVito e Billy Crystal), sem dúvida que, mesmo assim, o filme proporciona um bocado bem passado, não aspirando a mais.

Livre à Quarta-Feira

(Sábado, 00.00, Quatro)

Nesta comédia excelentemente interpretada por Jane Fonda e Jason Roberts, a história, condimentada com picante irreverência e encenada com inteligência e eficácia, está à altura dos propósitos do filme: entreter durante hora e meia e fazer-nos sorrir, ao apreciarmos as incidências das aventuras amorosas de um milionário que, marido irreprensível durante quase toda a semana, aproveita invariavelmente as quartas-feiras para, a propósito de alegadas viagens de negócios, ir a Nova Iorque dar umas «facadinhas no casamento»... e não só!



Jeanne Moreau, em «Os Amantes»



Arthur Kennedy, Marlene Dietrich e Mel Ferrer, em «O Rancho das Paixões», de Fritz Lang

Os Amantes (Sábado, 01.10, TV 2)

Passado no meio da grande burguesia da província francesa, o argumento deste filme conta a história de uma mulher que, enfasiada pela frustrante vida em comum com o marido, se entrega nos braços de um jovem inconformista. Tendo despertado à época da estreia um verdadeiro sucesso de público, provocado pela celeuma levantada por algumas cenas então eventualmente chocantes (hoje, de uma surpreendente normalidade, no cinema), este terceiro filme de Louis Malle é, sem dúvida, um dos menos interessantes que encontramos na carreira de um cineasta que, na Europa ou nos EUA, se destacou pela enorme sensibilidade das suas encenações e pela mestria técnica que sempre revelou.



«Atira a Mamã do Comboio», com Billy Crystal



de Louis Malle



Nicole Garcia e Jean Rochefort, em «O Sedutor», de Philippe de Broca

sua carreira, claramente marcada pela estética *neo-realista*, este filme de **Federico Fellini** (esse mestre do cinema italiano e mundial que esta semana nos abandonou) apresenta em tons negros e extremamente fortes, como os outros, o lado fatalista e miserabilista do mundo dos desprotegidos, dos humildes e dos marginais. Aqui, uma prostituta abandonada pelo seu *chulo* julga descobrir o amor nas sua nova relação com um outro homem que acaba por revelar-se um escroque ao desapossá-la de todas as suas sofridas economias. Naturalmente que, para além do génio nascente do realizador, sobressai em primeiro plano a excelente interpretação de **Giulietta Massina**, sua atriz predilecta.

Caminho da Glória

(Domingo, 15.10, Canal 1)

Inspirado na autobiografia de **Woody Guthrie**, este filme realizado por **Hal Ashby**, com uma surpreendente interpretação de **David Carradine** no papel principal, abrange o período situado em meados dos anos 30 em que o grande cantor e compositor *folk* percorria o país compondo, cantando e lutando ao lado dos trabalhadores com salários de miséria, dos desempregados e dos pobres do período pós-Depressão. Destaque, ainda, para a esplendorosa fotografia de **Haskell Wexler** e para a adaptação da partitura, por **Leonard Rosenman**, ambos premiados com *Oscars*.

A Aluna e o Professor

(Domingo, 22.40, Canal 1)

Comédia romântica, a que não faltam os indispensáveis ingredientes da «guerra dos sexos» e do «confronto de gerações», este filme de **Richard Lang** tem, como intérpretes principais, **Anthony Hopkins**, na pele de um professor universitário na meia-idade que se envolve amorosamente com uma aluna (**Bo Derek**), enquanto a sua mulher (**Shirley MacLaine**) decide pagar-lhe na mesma moeda...

O Sedutor

(Domingo, 24.00, TV 2)

Assistente de **Chabrol** e **Truffaut**, no início da sua profissionalização no cinema, **Phillipe de Broca** aproveitou-se da embalagem da *nouvelle vague* para dar os primeiros passos na realização, domínio onde se especializou na comédia, com tal sucesso junto do público que raramente se conseguiu afastar deste género. Constituindo uma excepção à regra, *O Sedutor* escapa aos mecanismos comerciais do filme de encomenda, e é um dos seus poucos filmes mais pessoais, em que o realizador consegue libertar-se de alguns mecanismos estandardizados. Começando, embora, em tom de comédia, o filme encaminha-se, após alguns desenvolvimentos, para um tom progressivamente dramático, ao contar a história de um pianista profissional, ainda e sempre metido em aventuras amorosas, que se dá conta da passagem dos anos e acaba por ceder à sua tomada de consciência.

Lembranças de Amor

(Segunda, 15.15, Canal 1)

Mais um outro telefilme a escapar à mediania do género, este brilhantemente interpretado por **Joanne Woodward**, num papel que lhe valeu um *Emmy* e em que ela personifica uma professora universitária vítima da «doença de Alzheimer». Um drama familiar, com um argumento extremamente bem escrito por uma estreadante, **Vickie Patik**, que também conquistou um outro *Emmy* com este trabalho.

Culpada ou Inocente

(Terça, 15.15, Canal 1)

Com argumento inspirado num caso real que atingiu, na época, foros de sensação - o de **Madeleine Smith** acusada de ter assassinado o seu amante francês - este filme, que não é dos que ficaram a marcar a filmografia de **David Lean**, tem por outro lado um fabuloso trabalho por parte dos intérpretes, em que avulta **Ann Todd**, então mulher do realizador.

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Na Linha de Fogo	-	★★★	★★★
B Parque Jurássico	★★★	-	★★★★
C O Piano	-	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Wolfgang Petersen — *Alfa/2* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); *Amoreiras/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Fonte Nova/1* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45); *Monumental/2* (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.15, 00.30); *Mundial/3* (14.10, 16.30, 19.00, 21.45, 00.15); *Quarteto/4* (14.30, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00); *S. Jorge/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. Steven Spielberg — *Alfa/1* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Amoreiras/1* (12.00, 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15); *Fonte Nova/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); *Monumental/Cine Teatro* (11.30, 14.15, 16.45, 19.15, 22.00, 00.30); *Mundial/2* (14.10, 16.30, 19.00, 21.45); *S. Jorge/2* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Jane Champion — *King Triplex/2* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

Teatro

CASA DA COMÉDIA

Lisboa, Rua de S. Francisco Borja, 24 (às Janelas Verdes). Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **A DAMA PÉ-DE-CABRA**, adaptação de uma narrativa de Alexandre Herculano; encenação de José Ramalho, pelo grupo Marionetas de Lisboa.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17.00. **PERDIÇÃO**, de Hélia Correia, encenação de João Mota.

ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ENTRECAMPOS

Lisboa. De 4ª a sáb., partida às 21.24. **GENTE SINGULAR**, de Manuel Teixeira Gomes, encenação de João Brites (reservas pelo tel. 3953290 - Teatro O Bando)

PALÁCIO RIBAMAR

Algés, Palácio Anjos. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA - OS NOIVOS E OS CONVIDADOS**, de Bertolt Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo, Grupo de Teatro.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Lisboa, R. Ten. Raul Cascais. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **UM CERTO PLUME**, de Henri Michaux, encenação de Adriano Luz.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, R. António Maria Cardoso (Sala Estúdio). Tel. 3471279. 6ª, sáb. e 2ª às 21.45, dom. às 16.45. **ENQUANTO SE ESTÁ Á ESPERA DE GODOT**, de Samuel Beckett, encenação de Mário Viegas, pela Companhia Teatral do Chiado.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O LEQUE DE LADY WINDERMERE**, de Oscar Wilde, encenação de Carlos Avilez.

TEATRO DA TRINDADE

Lg. da Trindade. Tel. 3420000. De 4ª a dom. às 19.00. **SEGREDOS**, de Richard Cameron, encenação de Diogo Infante.

TIL

Lisboa, R. Leão de Oliveira, nº 1 (ao Calvário). Tel. 3639974. Sáb., dom. e fer. às 16.00 (de 3ª a 6ª para grupos organizados). **FABULANDO, FABULANDO**, baseado em Fábulas de La Fontaine, adaptação e encenação de File Crawford, pelo TIL - Teatro Infantil de Lisboa.

PALAVRAS CRUZADAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														

HORIZONTAIS: 1 — Uma cidade e uma província da China; 2 — Pref. neg.; quase maluco; a ti. 3 — Apologia; letra grega; ouve-se nas touradas; progenitor. 4 — Cobertura para cabeça com pala; título dos descendentes de Mafoma. 5 — Ofertar; depósitos de cereais e forragens; oceano. 6 — Tanto; acusado; já não é. 7 — Primeiro nome de Stravinski; rio que passa pelo Porto; descaramento (pop.). 8 — Cântamo da Índia; camareiras; antiga Pérsia; freg. do conc. de Oliv. de Azeméis. 9 — Reze; cabelos entrelaçados; mangueira do Gabão. 10 — Grande amoroso de Verona; santo; lutem. 11 — Amarrem; pequena embarcação da pesca do bacalhau. 12 — Porco; natural da América; dentro do cano. 13 — Pega de chávena; rei dos Visigodos; Estados Unidos da América (sigla ingl.).

VERTICAIS: 1 — Algodoeiro; tímida. 2 — Espaço de tempo; rapazes vadios. 3 — Desço de preço; nome de letra. 4 — Gálio (sím.); discursara; ave corredora australiana; 5 — Assim seja; pau-ferro; cruel. 6 — Barcos de recreio; entregar; matéria açucarada fabricada pelas abelhas. 7 — Nota musical; furiosas; Rádio (sím.). 8 — Despido; vara; ponto oposto ao Zénite. 9 — Cobalto (sím.); tanto pode ser do mar, ou cacheiro; centésimo primeiro. 10 — Peças de abafo das mulheres do povo; discursa; partícula dos nomes escoceses. 11 — Cidade do Iémen democrático; pega de cafeteira; laço apertado. 12 — Cont. prep. e art.; sacrifício matando; República Democrática Alemã (abrev.). 13 — Areal; vazio. 14 — Estado dos U.S.A.; trombetas. 15 — Ambiente; ilha grega onde a frota de Temístes derrotou a persa.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

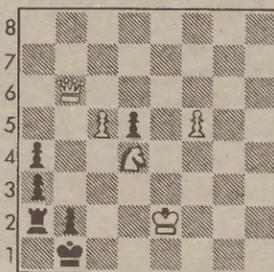
HORIZONTAIS: 1 — Harpagão; médico. 2 — Ópio; aí; revocar. 3 — Rio; Alda; sirene. 4 — Ás; área; más. 5 — Unes; Faial; st. 6 — Avis; pisaram. 7 — Eram; Lagos; pois. 8 — Safiras; paço. 9 — Má; meses; cura. 10 — Ora; Ciro; fé. 11 — Limara; sono; mal. 12 — Adamado; am; raia. 13 — Sarara; amazonas.

VERTICAIS: 1 — Horas; esmolas. 2 — Apis; ar; árida. 3 — Rio; uvas; amar. 4 — Pó; animam; ama. 5 — Ares; ferrar. 6 — Gales; Lis; Ada. 7 — Aída; pares. 8 — Figs. 9 — Rasos; coam. 10 — Mês; ias; cinzas. 11 — Evitar; puro. 12 — Dor; láparo; ró. 13 — Icem; moça; Man. 14 — Canas; Io; faia. 15 — Orestes; belas.

XADREZ

CDXXXV - 4 de Novembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993X087
Por: JOSEF HALUMBIREK
1.º Prémio Deutsche Schachblätter, 1963

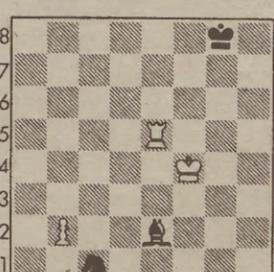
Pr.: [6]: Ps.a3, a4, b2, d5-Ta2-Rb1
Br.: [5]: Pç5, f5-Cd4-Db6-Ré2



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1993X088
Por: HENRI RINCK
1.º Prémio Sydsvenska Dagbladet Snällposten, 1925

Pr.: [3]: Cç1-Bé2-Rg8
Br.: [3]: Pb2-Té5-Rf4



Branças jogam e ganham

N.º 1993X087 [J. H.]: 1. Dd8!, Ra1; 2. Dh8, b1-D; 3. Cç2+
1.... Ta1; 2. D:d5!,-; 3. Dh1+
1.... Rç1; 2. Dg5+, Rb1; 3. Dg1++

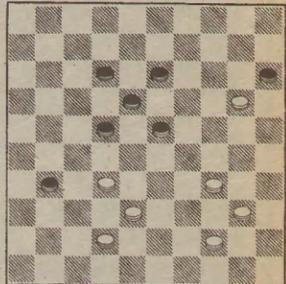
N.º 1993X088 [H.R.]: 1. Ré3, Ba6; 2. Ta5, Bb7; 3. Tb5, Ba6!; 4. Tb6, Bf1; 5. Tg6+eg; Se. 1. Tg5+; Rf8; 2. Ré3, Ba6!; 3. Ta5, Bb7; 4. Tb5, Bg2!; 5. Rd2, Ca2; 6. b3, Bc4; 7. Ta5, Bb1!

A. de M. M.

DAMAS

CDXXXV - 4 de Novembro de 1993
PROPOSIÇÃO N.º 1993D087
Por: GEORGES POST
Trésor des Miniaturistes Français, 1979

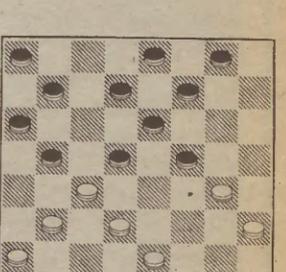
Pr.: [7]: 12-13-15-18-22-23-31
Br.: [7]: 20-32-34-38-40-42-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1993D088
GOLPE N.º 4393
Por: JOSUUA STURGES
- G. B. 1758-1813

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 27-22; 3. 11-15, 31-27; 4. 7-11, 21-18; 5. 14-21, 25-18; 6. 10-13, 23-20. DIAGRAMA.



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXXXV
N.º 1993D087 [G.P.]: 1. 42-37, (31x33); 2. 34-29, (23x45); 3. 44-40 (x); 4. 32-28+

N.º 1993D088 [J.S.]: 7. 11-14, 20-11; 8. 6-15, 18-11; 9. 13-18, 22-13; 10. 15-31+
SE: 8. 19-10; 9. 15-19, 22-15; 10. 13-31+
SE: 7. 18-11; 8. 13-18...+
SE: 7. 19-10; 8. 15-19...+

A. de M. M.

Tempo

Fim-de-semana

Continuação do tempo chuvoso, com algumas abertas.



ystall e Danny DeVito, que também

a talhe de FOICE

La nave

A semana foi rica em acontecimentos. No entanto, por um qualquer paradoxo, deixou-me um sentimento desagradável de requentado, como se, ao invés de avançar, o mundo cambalhotasse para trás. Novidades velhas, memórias de outros tempos e outras lutas, afinal as mesmas.

Os olhos incrédulos de muitos não se refizeram ainda hoje do espanto da brutal carga policial sobre os trabalhadores da TAP, transformada nos jornais em título de filme, em paralelo com ficções que não vêm ao caso, a não ser para escamotear uma realidade demasiado desagradável e que alguns teimam em não encarar.

Numa capital na Europa, agora tornada, diz-se, União, Cavaco Silva brindou com champanhe o alvorecer de um futuro em que todos os velhos problemas permanecem na ordem do dia, chamando defesa da ordem e da legalidade à carga policial com que o seu Governo respondeu aos trabalhadores da TAP. Como noutros tempos, quando a liberdade era proibida e a democracia subversiva, e todos falávamos por códigos e espreitávamos as sombras que nos perseguiam na rua, incluindo a nossa, não fosse o diabo tecê-las.

Ao pensar nisso, sinto ainda mais a morte de Fellini, bem menos dolorosa no entanto do que a perspectiva de uma vida vegetal que ele certamente não merecia. Fellini foi uma figura sempre presente num tempo em que as ausências não tinham conta. Foi uma mancha de luz e cor no cinzento dos dias impostos pela ditadura. Foi a imaginação, a irreverência, o recomeçar de novo, a quebra de tabus, a alegria, a dor, a raiva, a arte.

Para os jovens que então éramos, foi ainda o pomo de todas as discórdias, a razão de todas as exaltações, o motivo de incompreensões sem fim, a fonte do mais puro leite. Custa a aceitar que a exemplo do comum fosse mortal. E logo nesta semana em que o tempo pareceu andar para trás, quando a polícia de choque era uma realidade nas nossas vidas e as ruas um campo de batalha contra a guerra, contra o fascismo, pela democracia e pela paz.

Para mim, Fellini está ligado a este tempo de forma indissociável. E, no entanto, neste momento em que as palavras não bastam para dizer a mágoa de saber que secou aquela fonte de criação, uma frase me martela na cabeça insistentemente - la nave va.

Como se a morte fosse isso, e a vida também. Fellini partiu, e a sua nave voga já noutros mares. Os bebedores de champanhe de todas as nações andam à deriva, perdido o rumo do sucesso, cada vez mais encostados à polícia e menos amigos de conversas. Os operários, empregados, camponeses, quais figurantes de uma peça em que malgrado todas as tramas estão condenados a desempenhar o papel principal, tacteiaram também à procura de um rumo para esta nave em mar de tormentas. Para todos, 'la nave va'. Só que alguns não chegam a descobrir que o mar é de prata e a lua de papelão, vivendo no faz-de-conta do celulóide, esquecidos que a história termina sempre da mesma forma, com a palavra 'fim'. É por isso que nesta semana, em que o mundo pareceu cambalhotar para trás e em que Fellini teve o descaramento de afinal ser mortal, começou outro capítulo de uma história que todos acabarão por ser obrigados a ver. Uma história em que os actores deixam cair as máscaras e em que todos descobrem que o rei vai nu.

■ AF

Reunião do Conselho Nacional

Reuniu na passada terça-feira o Conselho Nacional do PCP, o qual divulgou o comunicado que a seguir transcrevemos:

«No âmbito das suas funções de coordenação no plano nacional da actividade do Partido, o Conselho Nacional do PCP reuniu hoje para apreciar e debater a preparação das eleições autárquicas de 12 de Dezembro próximo.

«Com base num balanço do vasto trabalho já desenvolvido e do número e características das listas apresentada pela CDU, o Conselho Nacional concluiu que se regista globalmente um alto nível de intervenção

pré-eleitoral e se desenham favoráveis perspectivas para, com o seu confiante prosseguimento, garantir um reforço das posições e influência da CDU nas próximas eleições.

«De acordo com as orientações já definidas pelo Comité Central, pela Comissão Política e pelo Secretariado do CC, o Conselho Nacional considera essencial que, a par de uma activa intervenção do Partido e das suas organizações em torno dos problemas sociais, económicos e políticos mais sentidos pelos trabalhadores e pela população e das lutas sociais em curso, se amplie a dinâmica

da intervenção eleitoral, com base na valorização do trabalho realizado pelos eleitos da CDU, na divulgação dos programas e propostas da CDU para cada órgão autárquico e das respectivas candidaturas, num amplo contacto directo com as populações na programação de múltiplas acções de esclarecimento, na resposta com prontidão e vivacidade à campanha de outras forças políticas, numa activa mobilização para o voto na CDU.

«Saudando o grande esforço, dedicação e generosidade que os militantes e simpatizantes do Partido e muitos outros activistas da

CDU têm colocado na preparação das eleições autárquicas, o Conselho Nacional do PCP considera necessário que as organizações e militantes do Partido assim como todos os democratas que apoiam a CDU, reforcem ainda mais a sua contribuição para a organização e o êxito da campanha da CDU com vista a alcançar uma grande votação na CDU em 12 de Dezembro, como é indispensável para uma gestão democrática e eficiente no Poder Local e como é essencial para o avanço da luta contra a política de direita, por uma nova política e por uma alternativa democráticas».

Carvalhas no Congresso das Colectividades

O Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto decorreu no passado fim-de-semana no Complexo Municipal de Desportos Cidade de Almada, onde esteve presente, no último dia de trabalhos, uma delegação do PCP constituída pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, Carlos Rabaçal (membro do Conselho Nacional), António Filipe (deputado, membro do Comité Central) e Augusto Flor (membro da Direcção da Organização Regional de Setúbal).

Durante os dois dias de trabalhos foram discutidas as perspectivas de trabalho futuro das Colectividades de Cultura e Recreio e as dificuldades que agora enfrenta todo o movimento associativo que mobiliza largas centenas de

milhar de pessoas em actividade regular e constante em áreas que vão do desporto à cultura.

A necessidade de fortalecer a actual estrutura associativa que reúne as diversas colectividades, foi defendida em várias intervenções, passando eventuais modificações a esse nível por mudanças internas na Federação das Colectividades de Cultura e Recreio ou da Federação Distrital do Porto, as duas únicas estruturas de nível nacional actualmente existentes.

Criticadas foram as opções governamentais na matéria, pelas faltas de apoio e entraves colocados a estas organizações que, só em matéria de desporto popular, representam cerca de 90 por cento dos praticantes desportivos existentes no país.



Vinho na Europa em discussão

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) vai promover em Lisboa, sábado e domingo, um colóquio europeu sobre a reforma da Organização Comum de Mercado (OCM) vitivinícola e as suas repercussões sobre os vitivinicultores do sul da Europa, onde se pretende «debater séria e aprofundadamente não só as orientações e propostas já avançadas pela Comissão Europeia tendo em vista a projectada reforma da OCM Vitivinícola mas, também, a

presente situação e as perspectivas da Vitivinicultura Nacional», como se diz no comunicado que anuncia a iniciativa.

O colóquio vai contar com a presença de representantes de organizações congéneres à CNA de países europeus bem como do movimento associativo português - adegas cooperativas - eurodeputados e deputados na Assembleia da República e representantes do Ministério da Agricultura e das instâncias comunitárias.

PCP lamenta morte de Salgado Zenha

A morte de Francisco Salgado Zenha, na passada segunda-feira, foi lamentada, em comunicado, pelo Partido Comunista Português que exprimindo o seu pesar afirma que este falecimento «representa para Portugal a perda de um vigoroso combatente antifascista, de uma personalidade com papel de relevo na democracia portuguesa e de um homem de convicções e valores».

Em telegrama enviado à família de Salgado Zenha, o Secretariado do Comité Central do PCP transmitiu as suas «sentidas condolências pela morte do combatente antifascista e personalidade de grande relevo na democracia portuguesa».

Ao funeral desta persona-



lidade, o PCP enviou uma delegação composta pelo secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, pelo director do «Avante!» e membro da Comissão Política, Carlos Brito e Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Central.

STAL realiza II Congresso

Começa hoje, dia 4, em Bicesse, no Estoril, o 2º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local.

Os delegados que representam os cerca de 50 mil associados do STAL, o maior sindicato dos trabalhadores das autarquias, irão debater e aprovar um conjunto de documentos, onde se destaca a carta reivindicativa que apresenta os principais objectivos da luta sindical do sector.

Recorde-se que os trabalhadores da Administração Local, que no passado dia 29 cumpriram uma greve que registou níveis de adesão na ordem dos 80 por cento, há muito que estão em luta pela revalorização das carreiras e regulamentação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco, entre outras reivindicações.